

8 de Março Dia Internacional da Mulher

Uma data plena de significado histórico, um momento especial de divulgação de toda a batalha emancipadora das mulheres e dos homens que se não conformam com a injustiça e que lutam pelo progresso social, por uma sociedade em que as mulheres vejam assegurado o direito à igualdade.

Págs. 12, 22 e 23

PORTUGAL > 2000
DEBATES PARA UMA POLÍTICA DE ESQUERDA
PCP



Diálogo e debate à esquerda

Um «genuíno esforço de diálogo e de debate à esquerda, respeitador da pluralidade das expressões e das diferenças, em que o PCP assume também as suas próprias posições». Assim decorreram as iniciativas Portugal 2000, nas palavras de Carlos Carvalhas, proferidas na sessão de encerramento que decorreu no passado dia 4 e que fez um balanço do processo iniciado em Junho do ano passado.

Pág. 12

A VII Legislatura

Apesar de algumas convergências pontuais em torno de algumas iniciativas legislativas, o PCP, reconhecendo não ser oposição sistemática, posicionou-se claramente como oposição, mais concretamente como oposição de esquerda.

João Amaral

Pág. 20

Casa Hipólito é viável mas o Governo mantém «frieza»...

O tribunal de Torres Vedras deu mais seis meses, evitando a falência para já. Mas é apenas um adiamento se o Governo não quiser uma solução.

Pág. 21

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 11 de Março de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1319 • Director: José Casanova

78.º aniversário do PCP

Págs. 5, 16, 17 e 18

UM PARTIDO MAIS FORTE!

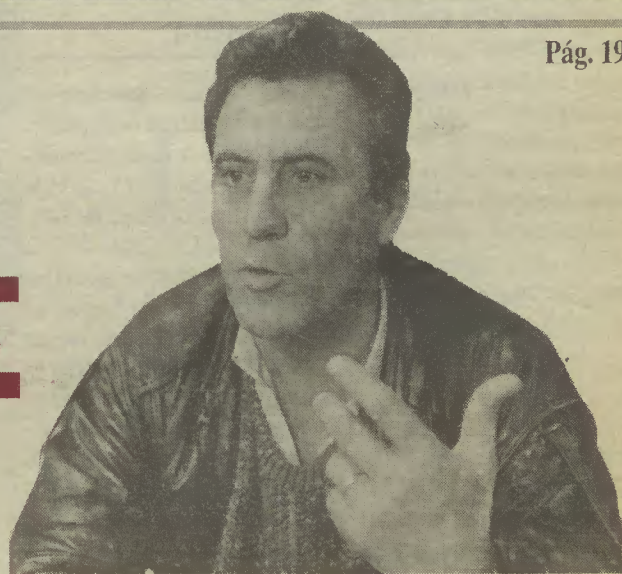
Carlos Carvalhas: «Os trabalhadores e os portugueses precisam de um PCP mais influente, com mais força política e eleitoral, capaz de travar com eles todas as lutas; mas também de um PCP com força bastante para alcançar um rumo diferente para o País, uma viragem à esquerda na política nacional.»

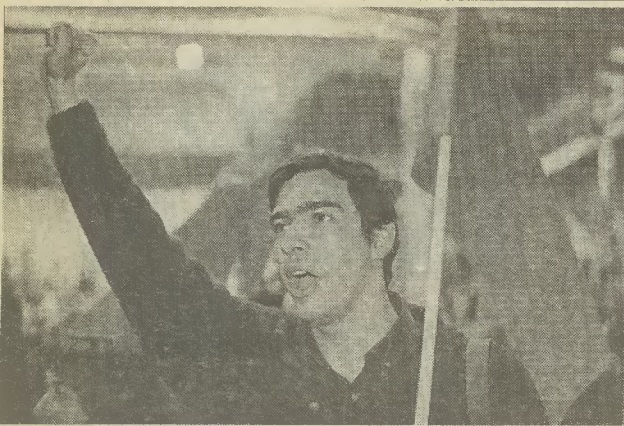


Entrevista com Jerónimo de Sousa

Pág. 19

CONTRA O PACOTE LABORAL





Os 78 anos do PCP foram comemorados em todo o País (foto do comício em Lisboa)

RESUMO

3 Quarta-feira

O ministro da Agricultura garante que Portugal «só dará o seu assentimento à reforma da PAC, se os seus interesses forem salvaguardados» ■ A Assembleia da República aprova dois novos projectos de lei sobre as uniões de facto ■ Em Jacarta, é anunciada a criação de um Grupo de Contacto para Timor-Leste, bem como o envio de mais tropas indonésias para o território ■ A ONU alerta para uma situação alimentar de emergência em algumas províncias de Angola devido aos combates entre a Unita e as Forças Armadas ■ Os albaneses do Kosovo afirmam-se dispostos a assinar um acordo político sobre a situação na região ■ Um estudo do Programa da ONU para o Desenvolvimento mostra que as mulheres são o alvo preferencial da violência.

4 Quinta-feira

Tem lugar a sessão de encerramento do Portugal 2000, com a participação de Carlos Carvalhas ■ A Assembleia da República rejeita a proposta-lei sobre as «quotas de participação» na vida política ■ Mais uma vez, o julgamento do caso das «milícias populares de Francos» é adiado ■ No Kosovo, os confrontos entre as forças militares sérvias e os independentistas prosseguem.

5 Sexta-feira

A comissão parlamentar aos negócios do Governo com grupos económicos aprova um relatório que conclui que, no caso Optimus, houve uso de dinheiros públicos para fins privados e violação do concurso público ■ Madeleine Albright, secretária de Estado dos EUA, encontra-se com Xanana Gusmão e defende a redução de tropas indonésias em Timor-Leste, no mesmo dia em que a CPLP anuncia que vai enviar uma missão ao território e à Indonésia ■ Nikola Poplasen, presidente da República sérvia, é demitido ■ O parlamento chinês inicia o processo de revisão constitucional.

6 Sábado

O 78.º aniversário do PCP é comemorado em todo o país, nomeadamente em Lisboa com um grande comício no Pavilhão Carlos Lopes que conta com as intervenções de Ilda Figueiredo e de Carlos Carvalhas ■ Inicia-se o Congresso dos Enfermeiros ■ A

imprensa noticia que a Polícia Judiciária está a investigar as relações entre a RTP e a Olivadosportos ■ O antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola, Venâncio de Moura, morre em Paris ■ O primeiro-ministro da Irlanda do Norte convida o Sinn Fein a debater as possíveis saídas da crise em que se encontra o processo de paz ■ Ta Mok, líder dos khmer vermelhos, é detido pelas autoridades do Camboja.

7 Domingo

Carlos Carvalhas participa na 4.ª Assembleia da Organização Regional de Aveiro do PCP ■ O Ministério da Administração Interna revela que, entre Outubro e Janeiro, a PSP e a GNR registaram quase três mil queixas de agressões, a maioria por mulheres ■ Mais de 300 pessoas são presas na Turquia, durante manifestações do Dia Internacional da Mulher ■ Realizam-se eleições legislativas na Estónia e presidenciais em El Salvador ■ O realizador Stanley Kubrick falece em Londres, com 70 anos de idade.

8 Segunda-feira

Mais de 70 por cento dos enfermeiros de Aveiro fazem greve, reivindicando a revalorização do índice 100 ■ É anunciado que a costa alentejana e vicentina vai receber um investimento de mais de um milhão de contos ainda este ano ■ É divulgado que a linha moderada do Presidente Khatami venceu as eleições autárquicas no Irão ■ Em Angola, os ataques da Unita à cidade de Malange provocam cinco mortos ■ Comemora-se o Dia Internacional da Mulher.

9 Terça-feira

Manifestantes concentram-se frente à Assembleia da República pela elevação de Canas de Senhorim a concelho - projecto cujo agendamento foi adiado ■ O Tribunal de Justiça francês absolve Laurent Fabius e Georgina Dufoix, da acusação de homicídio involuntário, no caso de sangue contaminado com HIV ■ O Presidente do Irão, Mohammad Khatami, inicia visita à Itália e ao Vaticano ■ É detido em Paris, com mais cinco elementos da ETA, Javier Arizeuren-Ruiz, tido como o principal responsável militar da organização ■ Manifestação de cerca de cinco mil pessoas a favor da paz na Guiné-Bissau, na capital, termina em confronto com os militares, causando dezenas de feridos ligeiros.

EDITORIAL

Fomos, somos, seremos

Comemorar 78 anos de vida de um partido político é, de uma forma geral, um acontecimento relevante. Se se trata de um partido que manteve durante todo esse tempo uma exemplar coerência revolucionária e que viveu e lutou quase meio século sob uma ditadura fascista - a importância desses 78 anos de existência adquire um significado singular.

É isso que acontece com o PCP e foi isso que esteve presente e deu um conteúdo muito preciso às comemorações deste 78.º aniversário, ocorridas por todo o País e em vários outros países onde vivem e trabalham muitos militantes e simpatizantes do Partido.

A diversidade do conteúdo e a distribuição geográfica das iniciativas levadas a cabo pelas organizações do Partido, evidenciam bem as características específicas da militância comunista bem como a força e as potencialidades de reforço do PCP. Desde o grande comício do Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa - no qual intervieram o Secretário-Geral do Partido, Carlos Carvalhas e a cabeça de lista da CDU às eleições para o Parlamento Europeu, Ilda Figueiredo -, até aos múltiplos e mais ou menos participados debates, convívios, confraternizações, passando pela inauguração de um Centro de Trabalho do PCP em casa própria (como aconteceu em Vila Real) - os comunistas comemoraram o 78.º aniversário do seu Partido condignamente: à sua maneira: com grande confiança, com um grande e legítimo orgulho.

Nestes 78 anos de vida e de luta, o PCP esteve sempre onde devia estar, ocupou sempre o lugar que lhe competia.

Foi assim durante o regime fascista, nesse tempo em que o Partido era a única força organizada na luta antifascista e que a essa luta - semente donde haveria de nascer Abril - atraiu muitos e muitos outros democratas. Foi assim nos momentos de festa, luta e alegria colectiva que se sucederam ao derrube do governo fascista pelo MFA, quando o PCP mobilizou os trabalhadores e as massas populares para a rua em apoio dos Capitães de Abril e conquistando, exercendo-os, direitos e liberdades que há muito eram suas bandeiras de luta. Foi assim no período exaltante dos avanços revolucionários, em que o PCP soube ser a vanguarda lúcida e mobilizadora das massas na construção da reforma agrária, das nacionalizações, do controlo operário, do poder local democrático. Foi assim, igualmente, quando a ofensiva contra-revolucionária fez dessas conquistas o seu alvo prioritário e o PCP encabeçou a prolongada e difícil luta pela sua defesa.

É tendo presentes os objectivos e ideais que suportaram todas essas lutas que o PCP tem prosseguido e prosseguirá a luta contra a política de direita a que o PS, o PSD e o CDS/PP - sozinhos ou agrupados conforme as conveniências de cada momento - têm vindo a submeter os trabalhadores e o povo português - essa política marcadamente de classe, ao serviço dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros e contrária aos interesses e direitos dos trabalhadores, dos jovens, dos reformados, das mulheres, da imensa maioria dos portugueses; essa política contra a qual a luta continua.

A situação hoje existente no Mundo é incisivamente marcada pela derrota da primeira tentativa de construção de so-

ciudades socialistas e pela tentativa de imposição de uma nova ordem imperialista de cariz totalitário. Cavalgando a derrota do socialismo, uma forte ofensiva ideológica, circulando por poderosos meios de difusão, pretende uniformizar à escala planetária a ideia de que o comunismo está definitivamente vencido e o capitalismo definitivamente vencedor. Nada mais falso, como o demonstram as consequências do próprio domínio capitalista - acentuação da exploração, do desemprego, da violação de direitos, liberdades e garantias, da pobreza, das injustiças e exclusões sociais, das ingerências violentas nos destinos dos povos, do belicismo, dos conflitos armados - contra as quais lutam milhões de comunistas em todo o Mundo.

É certo que as dificuldades e obstáculos à luta dos trabalhadores e dos povos pelo socialismo são hoje muito maiores; é certo que as perspectivas de sucesso dessa luta se situam hoje num horizonte muito mais longínquo; mas é igualmente certo que permanecem as razões que estiveram na origem da criação do primeiro Partido Comunista do mundo, as razões que estiveram na origem da criação, há 78 anos, do PCP - e é hoje tão importante como nessa altura a existência de partidos comunistas fortes e influentes, com grande capacidade de

intervenção, com uma sólida e estreita ligação às massas, fiéis aos seus princípios, aos seus ideais, à sua natureza de classe, às suas características essenciais.

Daí o vasto conjunto de medidas e orientações em curso visando o reforço orgânico do PCP, o reforço da sua ligação às massas - sua fonte de força fundamental - e, consequentemente, o reforço da sua influência social, eleitoral e política. Daí o empenho militante com que os comunistas, sem descurarem o combate contra a política de direita, preparam a sua intervenção nas grandes batalhas eleitorais deste ano.

A derrota da política de direita e a sua substituição por uma política de esquerda é, sem dúvida, um objectivo difícil de alcançar. Não mais difícil, no entanto, do que muitos outros pelos quais os comunistas, ao longo da sua história, lutaram e venceram. E no momento actual as possibilidades de êxito serão tanto maiores quanto mais forte for o Partido, quanto maior for a sua capacidade de resposta às exigências da situação, quanto mais deputados comunistas forem eleitos para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República.

“Celebramos o papel inconfundível na luta do povo português de um Partido que esteve sempre na primeira linha de combate por direitos, garantias, transformações e avanços de civilização que hoje para muitos portugueses e para as novas gerações são tão naturais como o ar que se respira, mas que custaram muito trabalho, muita determinação, muitos sacrifícios” - afirmou Carlos Carvalhas no comício de Lisboa. E é no espírito e na perspectiva contidos nesta apreciação a 78 anos de vida e de luta que olhamos para o futuro do Partido. Com uma enorme e fundamentada confiança. Com a certeza de que as gerações vindouras, ao comemorarem futuros aniversários do PCP, dirão, com tão legítimo orgulho como os comunistas de hoje: fomos, somos e seremos comunistas.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes, 3
- 1600 - 196 Lisboa - Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes, 3 - 1600 - 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matricula: 47058.
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
Distribuição ADE's
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capo Rota - Lisboa - 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
- Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
- Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

“Coboyada” rosa

A notícia de que o actual governo havia conseguido o invejável feito de nomear 10 mil “boys” para o correspondente número de “jobs” parece ter surpreendido alguns espíritos mais distraídos. Não se compreende bem porquê. Desde logo porque há bem mais de dois anos o PCP e o seu secretário-geral alertaram publicamente, com elementos bem precisos, para o turbilhão de nomeações que faziam já então deste acto uma das mais produtivas e realizadoras expressões do novo empenho governativo. E depois porque neste terreno pantanoso de identidades entre as políticas deste governo e as dos seus antecessores dificilmente, apesar do esforçado discurso para aparentar diferenças de estilo, se acreditaria que nesta matéria tão cara a um certo culto de poder se verificaria prática diversa.

Tudo pois na mais calma e tranquila normalidade. Hoje como ontem as mesmas fraquezas do corpo, a mesma e irresistível tentação do uso do poder, as mesmas e desajeitadas desculpas e explicações. Para Fausto Correia, secretário de

Estado da Administração Pública, um dos recordistas das nomeações (51 só para o seu gabinete) tudo não passa de um inexacto exercício de aritmética. Guterres, como se previa, nada sabe, nada viu. Mesmo tendo à sua conta 565 nomeações.

Não seguramente por razões de novidade mas pela oportunidade que as notícias propiciam, aqui se deixam três observações que procuram ir para além do que o registo estatístico evidencia.

A primeira para sublinhar que por detrás das nomeações e da sua expressão numérica se esconde uma intensa teia de clientelismos, conivências e cumplicidades indissociáveis de uma certa concepção utilitária de poder e de uma deliberada estratégia de perpetuação do poder.

A segunda para registar, como os factos e exemplos divulgados o confirmam, que a política de nomeações tem constituído um precioso instrumento de compra de consciências e de recompensa por dissidências que embora sempre apresen-

tadas publicamente pelos próprios em nome de repentinos assomos de lucidez, que conduziram à descoberta de anos a fio de engano ideológico, legitimam a dúvida sobre a ajuda que uma nomeação-zita sempre pode dar ao arejamento de uma mente mais permissiva.

A terceira que antever que, a exemplo do que já sucedera aquando das autárquicas, o governo se prepara para utilizar em força o conjunto de cargos e funções públicos, muitos dos quais ocupados por um processo de nomeações marcado pelo inconsciente objectivo de se constituírem instrumentos de influência e coacção eleitoral.

Comprovado que está, também nesta matéria, que o actual Governo não pede meças ao anterior, fique pelo menos em agenda, para todos aqueles que mantêm o salutar sentido de indignação intacto, o objectivo de em Outubro próximo não dar as condições para que esta coboyada prossiga com absoluta impunidade.

■ Jorge Cordeiro

O desafio

“Os nossos inimigos só esperam que nós nos cansemos.”

Bertolt Brecht

Com a vida nacional já dominada pelos próximos actos eleitorais - as europeias de 13 de Junho e as legislativas de Outubro - o país político entrou numa fase de clara aceleração.

Está confirmado, nos aspectos essenciais, o quadro que se vinha desenhando na arrumação das diversas forças e na definição dos seus objectivos. O PS procura tirar partido do facto de ser governo para alcançar a maioria absoluta. Os partidos da direita, coligados na AD, apresentam-se com o objectivo pouco credível de disputarem aos socialistas o lugar de força mais votada. E do lado dos partidos políticos extraparlamentares surge a iniciativa de juntarem forças no Bloco de Esquerda, com o indisfarçado objectivo de potenciarem os seus resultados eleitorais e de obterem representação parlamentar.

Pela parte do PCP, o fundamental está também definido: concurso na coligação CDU, constituída com o PEV, e contando com a participação da ID e de outros independentes; e o objectivo eleitoral de reforço das nossas próprias posições.

Sem dúvida que o PCP e a CDU estão confrontados com um período particularmente exigente em que se sucedem dois actos eleitorais - sendo óbvio que os resultados para o Parlamento Europeu irão ter uma inevitável influência nas legislativas -, e em que o PS e o Bloco irão tentar ocupar espaço no nosso campo.

Mas este é, apenas, um lado da questão.

Porque o PCP, para além de ter como primeiro alvo ganhar o eleitorado que habitualmente confia o seu voto à CDU, assume também o propósito de alargar a sua influência política e eleitoral. E entre as áreas políticas a privilegiar para esse reforço contam-se, naturalmente, os socialistas de esquerda, muitos independentes e os eleitores da extrema-esquerda.

Além disso as condições objectivas são favoráveis a esse alargamento de influência da CDU, decorrentes do facto de haver muitos eleitores de esquerda e em particular muitos trabalhadores que, tendo votado no PS nas legislativas de 1995, se desiludiram entretanto com a prática governamental deste partido.

Assumir, pois, as exigências que os próximos actos eleitorais comportam - ao nível da clareza da intervenção política e das ideias, das propostas, da campanha aberta à sociedade e aos seus problemas, dos protagonistas e das suas qualidades, da energia - constitui agora o maior desafio.

Um desafio que, pelo resultado das eleições é muito para além dele, é muito importante vencer.

■ Edgar Correia



Foto: Sérgio Moraes

Cortar - à esquerda

Por TIMOR

Reiniciaram-se as conversações sob a égide da ONU entre a Indonésia e Portugal a propósito da ocupação indonésia de Timor-Leste. À hora do fecho da edição do “Avante!” não se conhecia o desfecho dessas conversações. Entretanto, vale a pena ter presente que as conversações estão marcadas pela ausência daqueles que são os principais actores do conflito: os timorenses. É uma falta injustificável e que deixa as conversações coxas. Com efeito, a Resistência está fora, o que é um absurdo. Mas é desde já claro que o povo timorense não quer a autonomia que a Indonésia lhe oferece. Xanana Gusmão e os vários dirigentes da Resistência já deixaram as coisas claras: a autonomia vem muito tarde e é muito pouco.

As conversações em Nova Iorque inserem-se num contexto que é preciso ter em conta. A luta do povo timorense nas montanhas, nas ruas, no palco diplomático tornou a ocupação indonésia impossível. As próprias condições no poder indonésio entre a ditadura e o povo minaram e levaram à substituição de Suharto por Habibi, sem que, entretanto, a crise aberta fosse resolvida. O poder ou sectores a ele ligados aproveitando a sua heterogeneidade instigam grupos pró-integracionistas para criar cenários em Timor-Leste em que o território aparece como ingovernável e incapaz de viver sem o domínio indonésio.

Sectores ligados directamente ou indirectamente ao poder ou a círculos do poder criam milícias armadas pró-integracionistas que tiranizam o povo timorense, impedindo-o de poder respirar livremente. São manobras que visam, em última instância, condicionar a opção livre do povo maubere. Sabe-se que o comércio e a indústria estão nas mãos dos indonésios e de poucos timorenses a eles ligados, e que a sua fuga pode conduzir ao caos no território. O mesmo se passa com o sector da saúde e do ensino.

Neste contexto, Portugal tem um importante papel a desempenhar no sentido de contribuir para que se criem as condições para que os timorenses se possam pronunciar sobre o seu próprio destino. Apesar da distância, o consenso constitucional e nacional em torno de Timor pode dar uma maior consistência à parte portuguesa, sendo para esse efeito condição necessária um maior dinamismo por parte de governo português junto dos governos aliados, da CPLP e da própria opinião pública.

É, por isso, que mais do que nunca é urgente uma informação cabal por parte do governo à oposição acerca do que está em causa.

A tão propalada autonomia não é aceite pela Resistência. São os timorenses que se têm que pronunciar através de uma consulta genuína em que possam expor de modo livre a sua opção. Ora tal não é possível enquanto as tropas indonésias ocuparem Timor, houver grupos de timorenses armados, presos políticos e os refugiados não puderem regressar a Timor.

Para assegurar o processo de transferência de poder é também precisa a presença da ONU. Qualquer outro objectivo para a presença da ONU acarretaria novas e acrescidas desconfianças dos povos e países em relação ao seu papel. A presença da ONU deve estar vinculada apenas com a necessidade de assegurar o exercício do direito à autodeterminação por parte do povo maubere.

Longe vão os tempos em que ouvíamos por esse mundo fora que não havia outra solução para Timor-Leste que não fosse a integração. Acreditávamos que a luta do povo timorense havia de desequilibrar a correlação de forças. E a verdade é que desequilibrou. O processo de independência parece ser irreversível. Nas montanhas de Timor o povo maubere confirma a ideia que um povo unido, organizado e lutador é invencível. Vale a pena ter este facto presente. O PCP acaba de fazer 78 anos. Quantos nos disseram que tínhamos razão, mas não conseguiríamos fazer com que a razão triunfasse sobre a força da ditadura? Quantos são os que nos dizem hoje que é impossível mudar as coisas? Quantos nos olham como se combatêssemos por causas justas, mas incapazes de terem sucesso? A luta do povo timorense, como a luta de tantos outros povos, anima-nos e vale como certificado de que quem luta vence. Mais cedo ou mais tarde.

■ Domingos Lopes

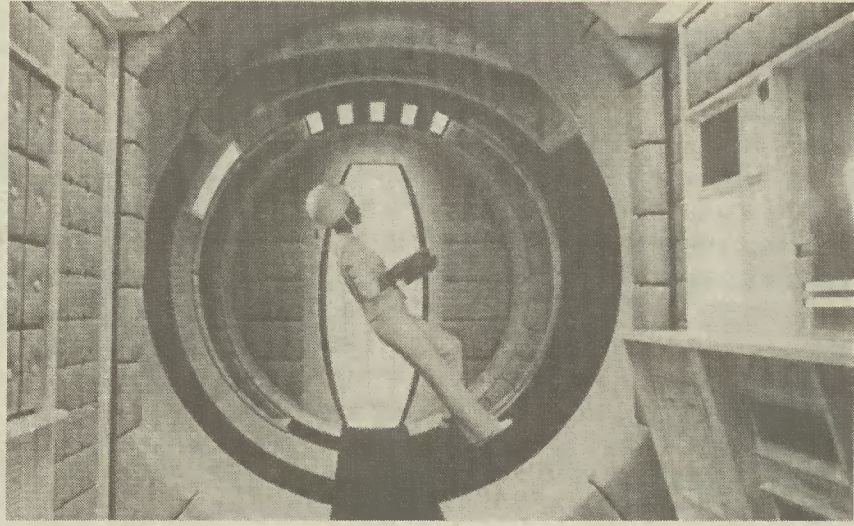
SEMANA

Morreu Stanley Kubrick

Aos 70 anos, morreu subitamente no passado dia 7 em Inglaterra, onde estava fixado há mais de 30 anos, o realizador norte-americano Stanley Kubrick, um dos grandes autores cinematográficos deste século e da própria 7.ª Arte. Em 49 anos de carreira realizou apenas 12 longas-metragens, mas pode dizer-se que nenhum destes seus filmes foi banal ou, sequer, mediano, com o pormenor de todos eles surgirem sempre marcados por uma poderosa e singular originalidade. Vários deles entraram directamente para a história do cinema como marcos decisivos ou referências incontornáveis, como

é o caso do celeberrimo 2001: Odisseia no Espaço - a grande matriz do género de ficção científica no cinema, ainda hoje, mais de 30 anos depois da sua realização, inultrapassado em inventiva, impacto visual e grandeza artística. Mas outros títulos fizeram da sua obra um património cinematográfico da humanidade - uma obra que atrai paixões e adjectivos -, com relevo para o inquietante, bizarro e premonitório A Laranja Mecânica, o corajoso e perspicaz Lolita, o corrosivo e hilariante Dr. Strangelove, o arrepiante The Shining, o contundente Nascido para Matar ou o fascinante e encantatório Barry

Lindon. O uso sem limites e de apurada sensibilidade que fez da música - toda a música - para construir as suas ficções é apenas uma das várias marcas da originalidade com que desbravou caminhos e influenciou a criação cinematográfica. Quem não ficou aturdido com o resultado da 9.ª Sinfonia de Beethoven a pautar os delírios homicidas do jovem psicopata Alex no A Laranja Mecânica ou pregado na cadeira quando, ao ritmo da valsa do Danúbio Azul, participou no mais fabuloso baile cósmico da história do cinema em 2001: Odisseia no Espaço? O mesmo se pode dizer da sua fabulosa

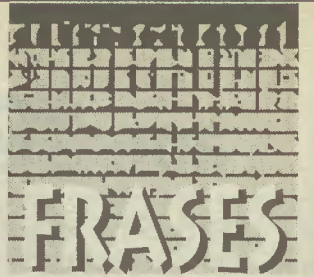


capacidade em dirigir actores, conseguindo sempre arrancar-lhes interpretações tão impressionantes, que alguns deles nunca mais se conseguiram libertar do peso da personagem nas suas carreiras. Criador obsessivo no apuro formal e na originalidade temática, percorreu vários géneros cinematográficos e em todos os

visitados deixou marcas. Foi o caso da ficção científica com 2001: Odisseia no Espaço, do fantástico no A Laranja Mecânica, do drama psicológico e de costumes em Lolita, da comédia de crítica social em Dr. Strangelove, da crítica da guerra em Horizontes de Glória e Nascido para Matar, do chamado género «his-

tórico» com Spartacus, dos filmes de época com Barry Lindon, do difícil género do terror com The Shining. O género dos filmes de guerra foi dos poucos que abordou mais de uma vez e sempre com contundência e lucidez arrasadoras. Todavia, em todos os outros géneros que visitou apenas uma vez surpreendeu e

desbravou sempre novos caminhos. Para grande desgosto dos seus incontáveis admiradores e perda para o cinema, deixou, aparentemente, na fase de montagem o filme em que trabalhava desde 1996, Eyes Wide Shut, embora conste que a poderosa Warner Bros., produtora da obra, já a tenha pronta para exibição.



“(...) Já não se pode escrever sobre Salazar com o primarismo com que se falava a seguir ao 25 de Abril: exige-se mais. (...) É impossível reduzir Salazar a uma faceta ou resumir a sua figura a um adjectivo. (...) Acalmou um país que no tempo da I República se consumia em revoltas quase diárias, com bastantes mudanças de governo e barbarismo nas ruas (factos que contribuíram para desenvolver nele um profundo desprezo pelo parlamentarismo e rejeição da democracia). Fez uma exposição magnífica de glorificação do império que revolucionou tanto a zona ocidental de Lisboa quanto a Expo, cinquenta anos mais tarde, revolucionaria a zona oriental. Lançou, de mãos dadas com Duarte Pacheco, uma política de obras públicas que modificou o país, construindo estradas, pontes, escolas - as célebres “escolas dos centenários” -, universidades, hospitais, estádios, gares marítimas, estações de correio... Quem se inteirar das obras edificadas nesse período ficará impressionado com o seu volume e arrojo. Evitou habilmente a entrada de Portugal na II Guerra Mundial.(...)”

(António José Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 06.03.99)

“Intervenho na polémica sobre Salazar porque nos últimos dias se disseram demasiados disparates.”

(idem)

“Os dinheiros da Moderna não passam por mim.”

(José Júlio Gonçalves, reitor da Universidade Moderna - «Diário de Notícias», 04.03.99)

“Cabe aguardar, com a mais viva curiosidade jurídica, que tipo de processo poderá pôr o outrora tão processado director de «O Independente» não contra os jornalistas autores de notícias, mas contra as suas alegadas, e não identificadas, fontes. Um verdadeiro mistério...”

(José Carlos Vasconcelos - «Visão», 04.03.99)

“Estou contigo até Outubro, mas com uma condição: nunca discutir lugares.”

(Luís Nobre Guedes para Paulo Portas, na convenção do CDS/PP, dos jornais)

“Sinto-me como Daniel na cova dos leões, cheio de fé mas cheio de perplexidade.”

(Nuno Rogeiro, citado na convenção do CDS/PP, dos jornais)

“O caso do programa da RTP mostra que, mais que querer manter a sua posição de favor, o problema é que (Mários Soares) não entende que os outros (PSD, PP e PCP) achem que ele não tem direito a esse favoritismo. Soares observa a política terrena como se a visse de uma nave espacial. A contrapartida é que o país acabará por vê-lo nesta campanha como um ovni.”

(João Amaral - «Expresso», 06.03.99)

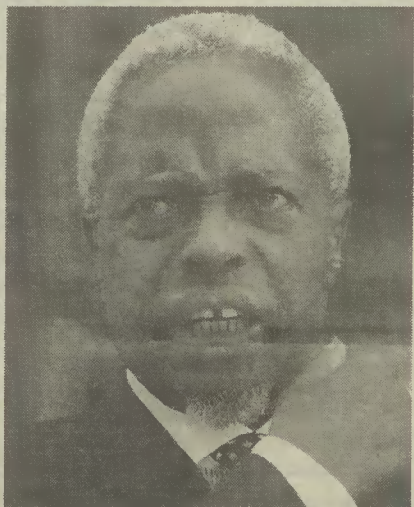
“(...) a maneira aberta e leal como (os comunistas) procuram contribuir para o diálogo e o debate, distancia-se radicalmente de qualquer utilização e instrumentalização da tão sentida necessidade de convergência de esquerda para uma afirmação estritamente partidária e eleitoral.”

(Carlos Carvalhas, no encerramento da série de debates «Portugal 2000», citado em «Diário de Notícias», 05.03.99)



Morreu Venâncio de Moura

O antigo ministro das Relações Exteriores (Negócios Estrangeiros) angolano, Venâncio de Moura, morreu no sábado passado em Paris, aos 64 anos, vítima de cancro linfático, doença, aliás, que obrigou ao seu afastamento definitivo, em Janeiro último, da pasta governamental que ocupava há 10 anos, onde sempre desempenhou uma acção de relevo, nomeadamente ao conduzir, pelo Governo angolano, o difícil processo de paz que desembocou nos acordos de Lusaca, que ele pró-



prio assinou. Entre as suas múltiplas missões dentro e fora do seu país, conta-se a mediação frutuosa que desempenhou na resolução do conflito político-militar que estalou em S. Tomé, na sequência de uma tentativa de golpe de Estado.

Militante do MPLA desde os anos 60, Venâncio de Moura viveu sempre profundamente envolvido nos processos de libertação e desenvolvimento de Angola e do seu povo, tendo ocupado pela primeira vez o cargo de vice-ministro das Relações Exteriores em 1979, então sob a direcção do Presidente Agostinho Neto. Natural de Sanza Pombo, no Sudeste da província do Uíge, Venâncio de Moura era casado com uma portuguesa, Mariana de Moura, e tinha um filho, presentemente cadete na Academia Militar, em Lisboa.

Peixe estragado à solta no País

O Diário de Notícias dominou o noticiário nacional desta semana com a revelação de que grande parte do peixe consumido em Portugal é ou está impróprio para consumo, avançando a afirmação de que são consumidas 20 a 30 mil refeições diárias confeccionadas com peixe sem condições higiénico-sanitárias. Estas revelações fundamentaram-se num extenso trabalho de investigação jornalística por todo o circuito de abastecimento, distribuição e venda de peixe, a par da recolha de informações de entidades tão responsáveis como o bastonário da Ordem dos Médicos-Veterinários, que confirmou as denúncias do DN, nomeadamente no que toca à insuficiência de fiscalização nas lotas nacionais por falta de um quadro de profissionais de inspecção sanitária suficiente para as necessidades. Cerca de metade das lotas, a nível nacional, nem licenciadas estão para exercerem a actividade do comércio grossista do peixe, com o pormenor de que as lotas de Aveiro, Tavira, Cascais, Espinho, Ericeira, Quarteira e Vila Real de Santo António deviam ser, pura e simplesmente, encerradas, dada a completa ausência de controlo sanitário no seu funcionamento. As indefinições legislativas no quadro legal que devia disciplinar o mercado do peixe, no seu

conjunto, e a gritante falta de meios humanos e técnicos no sector da fiscalização abrem caminho a um mar de ilegalidades onde vale tudo: importação e venda de peixe estragado, inflação dos preços, corrupção dos agentes fiscalizadores, pressões e ameaças de toda a ordem e o funcionamento de uma autêntica mafia de interesses em todo o circuito de comercialização. O DN informou ainda que «muito do peixe vendido em Portugal é deixado nos portos da Bretanha, da Holanda e da Noruega e trazido depois pelos espanhóis para os circuitos comerciais portugueses». Por outro lado, «os grossistas do país vizinho, quer isoladamente quer através de sociedades mistas com nacionais, conquistaram um lugar de peso no mercado português», de tal forma «que já definem os preços».

Senegal promete retirar da Guiné-Bissau

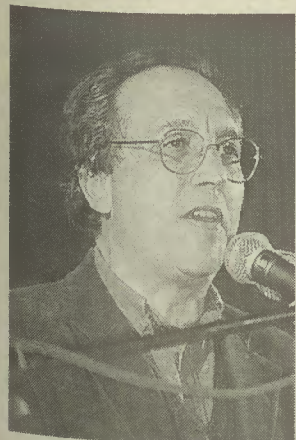


O ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal, Jacques Baudin, afirmou em Lisboa, onde se deslocou para conversações bilaterais sobre cooperação, que o seu país «não tem qualquer intenção de ser um exército de ocupação» na Guiné-Bissau, acrescentando que, até ao próximo dia 13, deverão retirar mais mil soldados senegaleses da capital guineense. O governante senegalês declarou também que a retirada completa das tropas do seu país se articulará com a instalação no terreno da força de interposição da Ecomog, ao mesmo tempo

que estas forças - que «também não são um exército de ocupação» - deverão retirar-se da Guiné-Bissau, como prevê o acordo de Abuja assinado pelas partes em contenda, quando estiver concluído o processo eleitoral e também o do desarmamento «dos amotinados». Quanto ao desenvolvimento das relações luso-senegalesas, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países afirmaram que estas se encontram «num bom momento», tendo ficado agendada uma visita de Jaime Gama ao Senegal em Novembro próximo.

78.º Aniversário do PCP

N uma sala decorada de vermelho, onde centenas de bandeiras do PCP se agitavam ao som do entusiasmo, milhares de comunistas comemoraram, no sábado passado, o 78.º aniversário do PCP. Antecedido de um momento musical, o comício do PCP, realizado no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, contou com a intervenção de Ilda Figueiredo, cabeça da lista CDU às eleições europeias e de Carlos Carvalhas, Secretário-geral do PCP (em separado).



Carlos Carvalhas no Pavilhão Carlos Lopes



O entusiasmo e a confiança foram notas dominantes do comício comemorativo do aniversário do PCP, em Lisboa

PCP está sempre na primeira linha de combate

As pessoas começaram cedo a afluir ao Pavilhão dos Desportos. Muitas, fazendo tempo, entretinham-se a confraternizar e «matar saudades» com camaradas e amigos que, não vendo todos os dias, habitualmente encontram nas grandes iniciativas do Partido.

À entrada, uma banca lembrava aos participantes a Campanha Nacional de Fundos em curso.

Foi, porém, com uma sala já cheia, que o coro alentejano entoou os seus cantares, vivamente aplaudidos. Seguiu-se Carlos Alberto Moniz com canções de resistência e intervenções de alegria e participação que trouxeram lágrimas aos olhos de muitos participantes. «Lágrimas de alegria por se pertencer a este grande colectivo que é o Partido Comunista Português, um Partido que há 78 anos luta por uma sociedade mais justa», nas palavras de uma militante que viveu a dureza do fascismo. Mas emoção podia também ver-se nos rostos dos que, à data do 25 de Abril, não passavam de jovens a despertar para a vida e dos que, tendo já nascido em democracia, conhecem por pais e avós a saga do povo português pela liberdade e pela democracia.

A alegria, o entusiasmo, a confiança foram, aliás, tónicas dominantes do comício que iniciou com a assistência a cantar em uníssono a «Internacional» e foi presidido por Deolinda Santos, membro do Comité Central.

A primeira oradora, Ilda Figueiredo, foi acolhida com calorosos aplausos. Antes, porém, de lhe ser dada a palavra, os comunistas e democratas presentes no comício evocaram o grande dirigente do Partido que foi Octávio Pato, gritando: «A luta continua! A luta continua!»

Só depois falou a cabeça de lista da CDU ao Parlamento

Europeu, para assegurar o seu empenho na batalha eleitoral que se aproxima. Entretanto, haviam chegado ao comício numerosas saudações de organismos e células do Partido, enunciadas por Deolinda Santos.

O papel do PCP

Por fim, Carlos Carvalhas, ao longo de uma intervenção que teve a atenção permanente dos presentes (ver páginas 16, 17 e 18), falou do motivo que ali os reunia. «Celebramos o papel inconfundível na luta do povo português de um Partido que esteve sempre na primeira linha de combate», disse. Combate «por direitos, garantias, transformações e avanços de civilização que hoje para muitos portugueses e para as novas gerações são tão naturais como o ar que se respira, mas que custaram muito traba-

lho, muita determinação e muitos sacrifícios».

A denúncia da política neoliberal que o PS, em conivência com a direita, está a desenvolver; o papel do PCP na luta dos trabalhadores pela satisfação de justas reivindicações; a necessidade de dar combate ao

pacote laboral que o Governo e o patronato querem impor; as eleições para o Parlamento Europeu e a importância de um bom resultado da CDU de forma a dar novo rumo à construção europeia; o reforço do PCP como essencial para uma viragem na política nacional

foram questões exaustivamente analisadas pelo Secretário-geral do PCP.

Pela proximidade do Dia Internacional da Mulher, na segunda-feira comemorado, a participação das mulheres a todos os níveis da vida nacional e o papel do PCP na luta

pela concretização dos seus direitos mereceu, contudo, de Carlos Carvalhas uma abordagem especial.

Designadamente em relação à lei das «quotas» que recentemente foi votada na Assembleia da República, disse o dirigente comunista: «Com a autoridade e a credibilidade de sermos o Partido que, como é reconhecido, tem feito um maior esforço e apresenta melhores indicadores de participação feminina, do que discordámos foi da opção de se querer resolver por via de uma imposição legal aquilo que, a nosso ver, devia e deve ser um compromisso livre e responsabilmente assumido pelos partidos.»

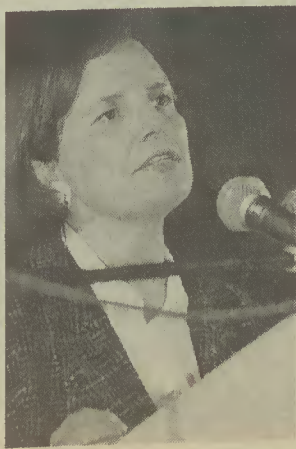
E foi assim, com a assembleia a entoar o «Avante, camarada!» e o hino nacional, que terminou a comemoração de aniversário do PCP, Partido com 78 anos de vida e os olhos postos no futuro.



Por uma Europa de maior igualdade

Cabeça de lista pela CDU às eleições para o Parlamento Europeu, Ilda Figueiredo começou a sua intervenção saudando os presentes pelo 78.º aniversário do PCP, que nesse dia se comemorava, e pelo 8 de Março, Dia Internacional da Mulher.

«É uma grande honra para mim estar aqui, convosco, num momento em que temos pela frente batalhas da maior importância para o País, designadamente as eleições para o Parlamento Europeu», disse, afirmando que «é através do voto que se pode influenciar o rumo das decisões».



«É através do voto que se pode eleger homens e mulheres capazes de lutar pela defesa dos interesses nacionais, de contribuir decisivamente para impulsionar e favorecer a luta e a viragem para um novo rumo da construção europeia, por uma Europa social e ecológica, democrática, solidária e de paz, por uma construção para a coesão económica e social, assente na convergência real das economias e numa harmonização por cima das políticas sociais.» Uma «Europa de mais e melhor emprego e de maior

igualdade entre homens e mulheres», de políticas que «tenham em conta as debilidades estruturais da economia portuguesa», com «maior justiça na repartição dos rendimentos», com «menos exclusão social e mais desenvolvimento.»

Considerando, depois, o reforço do PCP, da CDU e todas as suas componentes políticas, como «uma questão essencial para conseguir um bom resultado nas próximas eleições» e «contribuir para influenciar as políticas europeias e nacionais», garantiu o empenho de todos os elementos da lista CDU para «dar voz aos sectores económicos e sociais portugueses afectados por uma política europeia».

Queremos prosseguir o «valioso trabalho» e a «intensa, qualificada e

empenhada actividade dos actuais deputados europeus que, em colaboração com o colectivo partidário, intervieram sobre todos os principais problemas e aspectos da vida económica, social e política do País, da Europa e do mundo». Lutar «para que as declarações solenes e os planos propagandísticos relativos ao emprego e à dimensão social passem das intenções aos actos».

A candidatura da CDU, disse, por fim, Ilda Figueiredo, «vai-se afirmar na campanha eleitoral pela firmeza das suas convicções, pela certeza da necessidade de lutar por um novo rumo da construção europeia, pela defesa dos interesses nacionais, por uma nova dimensão social.

Contem connosco».

Organizações comemoram aniversário

Por todo o País as organizações do PCP comemoraram com as mais diversas iniciativas - comícios, sessões de esclarecimento, almoços e jantares/convívio, exposições ou simples encontros em Centros de Trabalho - o 78.º aniversário do Partido.

Nas diferentes iniciativas, a data foi assinalada não só por comunistas mas por muitos outros democratas que reconhecem no PCP o único Partido que desde a sua fundação, em 6 de Março de 1921, arrostando embora com todos os sacrifícios, sempre se pautou pela defesa dos seus ideais de liberdade, igualdade e justiça social.

Mas as comemorações do aniversário serviram também para chamar a atenção para as muitas tarefas que os comunistas vão ter de enfrentar nos próximos tempos, designadamente as próximas eleições para o Parlamento Europeu que, de uma forma geral, mereceram especial referência nas várias intervenções.

Assim, mais de centena e meia de comunistas e democratas do Alto Minho festejou o evento com um almoço numa escola de Vila Praia de Âncora. Na ocasião, João Duarte, membro do Comité Central e da Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo, depois de sublinhar a actualidade dos valores e das causas dos comunistas portugueses, apelou ao empenho de todas as organizações nas próximas batalhas eleitorais.

Honório Novo, deputado do PCP no PE, por sua vez, aproveitou para denunciar a «forma desigual e discriminatória» como os órgãos de comunicação social, designadamente a RTP1, estão a tratar as várias candidaturas, e alertou para o facto de, havendo nestas eleições um único círculo eleitoral, todos os votos contam, podendo a falta de um voto impedir a eleição de mais um deputado da CDU.

Açores

O PCP apareceu como um partido «com um posicionamento de classe claramente definido e com objectivos centrais de lutar pela justiça social e por uma democracia que não exclua todos os quantos vivem do seu trabalho», disse, por sua vez, José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores, num jantar-convívio que, na Horta, assinalou o aniversário do Partido.

O dirigente comunista, afirmando que hoje, como ontem, o PCP «continua uma luta que é absolutamente essencial para a construção de um futuro mais justo», alertou para a necessidade do reforço do Partido e do alargamento da sua força eleitoral.

Leonor Dutra, da Comissão Política do Faial, por sua vez, alertou para a demagogia do Governo no que respeita à quota de participação das mulheres. «Não é possível», disse, que as mulheres tenham uma participação activa na vida política e social do País, mesmo com quotas

«quando sentem dificuldades em conciliar os seus empregos com as tarefas domésticas».

Emigração

Também as organizações do Partido na Emigração se associaram às comemorações do 78.º aniversário com iniciativas em diversos pontos do globo.

Assim, na Suíça, um jantar-convívio com a participação do camarada São Belo, assinalou em Neuchâtel a data, que, em Thun, foi comemorada com um almoço convívio que contou com a participação de Manuel Alho.

Em Angola, foi num piquenique na Quinta da Rosa Linda que o evento foi assinalado, sendo que muitas outras iniciativas serão realizadas neste âmbito por diversos núcleos de comunidades portuguesas, designadamente em Toronto, Canadá.

Em São Paulo, Brasil, um animado almoço reuniu duas dezenas de camaradas e amigos, entre os quais dois representantes do Partido Comunista do Brasil, Pedro Oliveira e o deputado estadual Jamil Murad, e ainda o representante do PS português, capitão José Verdasca.

No decurso do almoço, Murilo Mello lembrou a luta antifascista no Brasil e a importante conferência pela amnistia aos presos políticos portugueses e espanhóis realizada em São Paulo, em 1960, e o capitão Verdasca, saudando o PCP, ressaltou a necessidade de aprofundar a luta unitária no Brasil contra a direita.

Na ocasião, falou ainda o militante comunista e conselheiro do CCP, Ildelfonso Garcia, e Alexandre Pereira que encerrou a sessão citando algumas conclusões da última reunião do Comité Central e apelando aos presentes para apoiarem a estada que o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, vai fazer no Brasil, de 15 a 23 de Março.

À iniciativa chegaram, entretanto, saudações de camaradas residentes no Rio de Janeiro, Brasília, Ribeirão Preto, Uberlândia, Belém do Pará e Campos.

Pelo País

Em Souselas, no âmbito destas comemorações, e correspondendo a um reforço do Partido e da luta travada contra a co-incineração no concelho, os comunistas inauguraram, com a presença do Secretário-geral, Carlos Carvalhas, o novo Centro de Trabalho de Souselas, situado próximo da zona fabril.

Um animado almoço, com a participação de 160 pessoas, encerrou esta jornada de confiança, convívio e determinação de luta.

Também em Viana do Alentejo o 6 de Março foi comemora-



Almoço em Vila Praia de Âncora

do com um jantar-convívio que teve a participação de muitos militantes e simpatizantes do PCP e onde Estêvão Pereira, lembrando o esforço que a organização está a fazer para reforçar o Partido, apelou ao empenha-

mento dos militantes nas próximas eleições.

Raimundo Cabral falou da história do Partido e, abordando as tarefas políticas em curso, chamou a atenção para a necessidade de levar à prática as conclusões da



Almoço em Souselas

Assembleia Regional do Alentejo que recentemente se realizou.

Em Ovar, a Comissão Concelhia, em nota à comunicação social, divulga um pequeno historial da vida do Partido, desde a sua fundação, verificada há 78 anos na

sede da Associação dos Empregados de Escritórios, em Lisboa, convidando os comunistas e democratas do concelho a participar num jantar comemorativo que realiza no próximo sábado, no Centro de Trabalho de Ovar.

Álvaro Cunhal em Cuba e no Seixal

O encontro promovido pela Comissão Concelhia Cuba do PCP juntou, no passado sábado, no Centro Cultural Fialho de Almeida, mais de 350 pessoas que se quiseram associar às comemorações do 78.º aniversário do Partido e ouvir Álvaro Cunhal, orador da sessão.

Quando Álvaro Cunhal chegou ao Centro Cultural de Cuba, a emoção era visível nos rostos marcados dos mais idosos. Nos dos mais novos era a confiança que dominava, como era de confiança e determinação a mensagem que o dirigente comunista trazia.

Referindo os duros momentos que o PCP passou, primeiro na clandestinidade, depois do 25 de Abril com a ofensiva contra-revolucionária e, mais recentemente, com a derrocada da União Soviética e dos países de Leste, Álvaro Cunhal afirmou que «o PCP sobreviveu a tudo e mostrou ser capaz de, em todas as situações, continuar a sua luta», tendo repetidamente afirmado o PCP como um Partido «necessário, insubstituível e indispensável».

E, com os olhos no futuro - «entrei no PCP com 17 anos, hoje tenho 85 e continuo um sonhador» -, pôs a tônica da sua intervenção nas eleições para o Parlamento Europeu, a batalha que primeiro se avizinha e cujo resultado irá de alguma forma influenciar a votação do eleitorado nas próximas eleições para a Assembleia da República.

A propósito das eleições europeias, e referindo-se à candidatura de Mário Soares, afirmou que como primeiro da lista a sua eleição está garantida qualquer que seja a votação do PS. Mas, «ele não será um bom deputado porque é um homem que sempre defendeu uma Europa federalista» e a existência de um banco alemão que «no fim de contas, é que dita o orçamento de Estado, os preços, a política financeira e está em condições de controlar as várias políticas governamentais».

Álvaro Cunhal não esqueceu também a derrota sofrida pelo PCP em Cuba, com a perda da Câmara para o PS por 72 votos mas considerou que «há boas razões para dizer que para a próxima vamos ganhar e há-de ser com uma diferença superior a 72 votos».

Por fim, sublinhando o reforço numérico da estrutura partidária com a entrada de novos e mais jovens militantes, chamou a atenção dos mais idosos para a necessidade estimular a iniciativa destes, a quem definiu como «as gerações de substituição que serão constantemente necessárias num partido que tem tanta história e certamente ainda terá muita mais para percorrer».

Seixal

A emoção apoderou-se de Ilda Figueiredo, cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu, quando, no domingo passado, ao lado de Álvaro Cunhal e outros membros do Partido da organização concelhia do Seixal, entrou na sala-restaurante da Quinta da Valenciana, onde se realizou o almoço comemorativo do 78.º aniversário do PCP, e se deparou com mais de 1200 pessoas que a saudaram efusivamente. Esse foi, aliás, o motivo das suas primeiras palavras, ao afirmar que com «tal força do PCP» se sente cada vez mais encorajada e confiante na tarefa que tem pela frente, na dura batalha eleitoral que se avizinha.

No decurso do almoço-convívio, que com entusiasmo saudou o 8 de Março e a luta das mulheres, um grupo de jovens da JCP animou o evento em despiques de quadras e palavras de ordem com um outro comunista, bem mais idoso, que lhe dava réplica sistemática.

Álvaro Cunhal salientou o significado histórico do 25 de Abril, «um momento alto da vida do nosso povo mas também da vida do nosso Partido», o papel do PCP na luta antifascista e na defesa do regime democrático. Referindo, depois, a importância de um bom resultado da CDU nas eleições para o Parlamento Europeu, considerou-o como garante de uma maior capacidade de intervenção dos comunistas em prol de um Portugal realmente soberano e independente, objectivo que a revolução portuguesa consignou mas que as políticas de direita submetidas aos interesses do grande capital e o imperialismo cada vez mais põem em causa.

Álvaro Cunhal também vincou o percurso político de Ilda Figueiredo como «uma mulher combativa» que, no Parlamento Europeu, vai continuar a tradição dos deputados do PCP naquela instância, de defesa dos interesses nacionais e de vastas camadas da população portuguesa.



Álvaro Cunhal em Cuba



Os 78 anos do PCP foram comemorados no Seixal com um grande almoço em que participaram Álvaro Cunhal e Ilda Figueiredo

PCP

4.ª Assembleia de Aveiro Distrito está mais rico mas mais desigual

Com a presença do Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, realizou-se, no passado sábado, em Aveiro, a 4.ª Assembleia da Organização Regional de Aveiro do PCP.

A mesa eleita pelos delegados integrava, para além de Carlos Carvalhas, membros da Comissão Executiva da DORAV cessante, Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política e responsá-

vel pelo Organismo Inter-Regional das Beiras, e Francisco Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.



Depois da Assembleia, a intervenção do PCP, na opinião dos participantes, vai sair fortalecida

vel pelo Organismo Inter-Regional das Beiras, e Francisco Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

A abrir os trabalhos, António Salavessa fez o balanço da actividade da organização desde 1994 e analisou as mudanças ocorridas na realidade do País e do distrito.

«Apesar do significativo crescimento económico» que o dis-

trito de Aveiro sofreu, o que podemos verificar, disse, é que ele «está mais rico mas mais desigual», pois o crescimento «não tem sido aplicado na melhoria das condições e quali-

dade de vida dos trabalhadores e da população», servindo apenas «a concentração da riqueza nas mãos do capital».

Depois de enumerar as lutas dos trabalhadores dos vários sectores de actividade, Salavessa sublinhou a intervenção positiva do PCP nas várias instâncias institucionais, «geralmente reconhecida como sendo de qualidade, conhecedora dos problemas e ligada às aspirações das populações».

Por fim, este dirigente da DORAV virou a sua intervenção para a existência de uma «realidade organizativa ainda difícil» mas que, nos últimos meses, aponta «para a possibilidade de uma evolução francamente positiva».

Lançado o debate, os 108 delegados presentes no auditório do Centro Cultural e de Congressos,

melhoria da intervenção dos comunistas, designadamente nos actos eleitorais que em 1999 se irão realizar para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República.

Começando por caracterizar económica e socialmente o distrito, o projecto de Resolução apresenta uma exaustiva relação das propostas que os comunistas defendem para Aveiro e que vão dos direitos dos trabalhadores à saúde, à educação e ao ensino, da justiça e segurança dos cidadãos ao ambiente, da indústria, às pescas, à agro-pecuária ou ao turismo.

A necessidade de maior descentralização e desconcentração dos diversos serviços dependentes do Poder Central, as infra-estruturas e os projectos estruturantes foram outras questões analisadas neste importante documento que termina apontando direcções de luta e medidas organizativas com vista ao reforço do PCP na região.

Findo o debate, que se revelou de grande vivacidade, a Resolução Política - objecto de 13 alterações produzidas pelos delegados e que se juntaram às cerca de cinco dezenas de outras alterações introduzidas quando da discussão nas organizações -, foi aprovada por unanimidade.

Antes, em sessão reservada exclusivamente aos delegados, havia já sido eleita a nova DORAV, um colectivo amplo, agora constituído por 56 elementos, 18 dos quais não faziam parte da direcção anterior.

Este órgão máximo do PCP no distrito, cuja primeira reunião está agendada para 19 de Março, surge assim renovado e rejuvenescido, registando a participação de sectores sociais anteriormente ausentes, nomeadamente operários das indústrias do calçado, da cortiça, do material eléctrico e da construção civil, e aumentando o número de jovens e mulheres.

Após a apresentação pública da Direcção Regional, a Assembleia encerrou com uma intervenção de Carlos Carvalhas, alusiva aos trabalhos e ao actual momento político.

Coimbra Alargar o apoio à CDU

Os comunistas de Coimbra pretendem crescer eleitoralmente nas próximas eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República e eleger, nestas últimas, um deputado da CDU pelo círculo eleitoral de Coimbra.

Este objectivo, definido pela Direcção da Organização Regional de Coimbra, em reunião com as Comissões Concelhias e outros Organismos de Direcção, resulta da necessidade constatada na Região de uma «mudança de conteúdos políticos e representação parlamentar que ponha fim à oscilação repetitiva e sem consequências entre PS e PSD».

Contudo, para levar a cabo essa mudança, para além do esforço dos comunistas e do reforço do PCP, é indispensável «a compreensão de muitos outros cidadãos da justeza e utilidade deste caminho e da sua participação no crescimento eleitoral da CDU».

Neste sentido, a DORC apontou algumas medidas concretas, entre as quais a criação de uma dinâmica unitária visando o alargamento do apoio à CDU, e uma série de iniciativas eleitorais, de que se destaca o anúncio público, na primeira quinzena de Abril, do(a) primeiro(a) candidato(a) da lista CDU pelo círculo de Coimbra às eleições Legislativas de Outubro.

Simultaneamente, o PCP vai intensificar a sua actividade política - que, no primeiro trimestre será prioritariamente dirigida para o contacto com os militantes e a discussão da concretização dos objectivos estratégicos definidos para 1999 no distrito - e empenhar-se no desenvolvimento da luta de massas.

Na luta de massas a prioridade da intervenção dos comunistas vai no sentido de impedir a concretização da ofensiva laboral do Governo PS - nomeadamente do Pacote Laboral e lei de férias - e do desmaçaramento das contradições entre o seu discurso (de esquerda) e a sua prática (de direita).



V. F. de Xira Não às portagens

Na acção de protesto e luta pela abolição das portagens entre Alverca e Vila Franca de Xira e a construção dos nós do Sobralinho e dos Caniços, dezenas de militantes do PCP e outros democratas recolheram, no abaixo-assinado com que contactaram a população, milhares de assinaturas de apoio a estas reivindicações.

Num minicomício realizado à porta da Câmara para dar conta à população do trabalho realizado, Alves Machado, da Concelhia do PCP, garantiu que o seu partido não vai parar a luta por estas reivindicações tão importantes para o concelho e que o PS deixou cair.

Entretanto, a concelhia do PCP solicitou ao ministro do Equipamento a marcação de uma audiência, num prazo que não deveria ultrapassar o dia de hoje, que a não verificar-se levará à convocação da população para participar num buzinao a realizar no concelho.

Também os eleitos da CDU na Assembleia Municipal convocaram uma Assembleia extraordinária - já marcada para dia 16 de Março - com vista a uma tomada de posição sobre o problema.

Paris

Militantes aprovam orientações

Militantes do PCP emigrados na região de Paris reuniram recentemente para debater uma proposta de objectivos e de trabalho que foi apresentada pelo organismo de direcção do Partido na respectiva região.

O documento - aprovado por unanimidade - salienta o peso da comunidade portuguesa em França que, com 649.714 pessoas (números referentes a 1990, último censo da população feito em França), representa cerca de 16% do total dos emigrantes naquele país, 47% dos quais vivem na região de Paris.

Os comunistas da região de Paris propõem-se alcançar dois objectivos centrais para este ano: tomar medidas orgânicas de forma a dar mais eficácia à intervenção política do Partido; obter bons resultados eleitorais, nas listas da CDU para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República, para o que reforçou a importância da criação de uma comissão

CDU na Região e a realização do Encontro CDU/99 - França, em 2 de Maio.

No plano orgânico e no quadro dos objectivos definidos, propõem-se criar 6 núcleos, divididos por áreas geográficas, 1 núcleo de mulheres comunistas e um núcleo de jovens. Foram também tomadas algumas medidas e orientações de trabalho, nomeadamente em relação ao recrutamento, no contacto com os desligados, à campanha de fundos, e no acompanhamento das organizações sociais na emigração.

Virados para o presente e para o futuro, e honrando a história do seu Partido - cujo aniversário irão comemorar no dia 20 de Março, em Paris - os comunistas portugueses que vivem e trabalham em França pretendem continuar a lutar pela participação, valorização e defesa dos interesses dos cidadãos, dos trabalhadores, das comunidades, dos povos. Por

onde a Assembleia decorreu, prosseguiram a discussão em torno do projecto de Resolução Política que havia já sido motivo de análise por todas as organizações do Partido no distrito.

Este documento-base define orientações e objectivos de trabalho virados para o reforço organizativo mas tendentes a uma maior ligação do PCP aos trabalhadores e à população, a uma maior iniciativa política e à

CAMARADAS FALECIDOS

Celestino Matoso Albino

Faleceu no passado dia 28 de Fevereiro, com 80 anos de idade, o camarada Celestino Matoso Albino, residente em Funcheira-Gare/Garvão, Ourique. Ferroviário reformado, era membro do Partido desde 1975. Pertenceu à Comissão Concelhia de Ourique e à Comissão de Freguesia de Garvão do PCP onde, ao longo de anos, foi responsável por várias tarefas que assegurou dedicadamente. Foi Presidente da Junta de Freguesia de Garvão entre 1983 e 1991. No seu funeral, onde esteve presente uma delegação da Comissão Concelhia de Ourique, integraram-se muitos camaradas e amigos.

João dos Santos Barros

Com 86 anos de idade, faleceu recentemente o camarada João dos Santos Barros, agricultor. O camarada estava organizado na freguesia da Ericeira, concelho de Mafra.

Mário Teixeira Alves

Após doença prolongada, faleceu, com 72 anos de idade, o camarada Mário Teixeira Alves. Delegado da propaganda médica, participou activamente na luta antifascista e foi, depois do 25 de Abril, um dinamizador do movimento sindical no distrito, particularmente na área dos trabalhadores agrícolas.

Rectificação

Felisbela Augusta da Conceição

Na nossa edição de 18 de Fevereiro, informando sobre o falecimento, em 28 de Janeiro, em Porto Manso, freguesia de Ribadouro, da camarada Felisbela Augusta da Conceição, de 89 anos de idade, por lapso, escrevemos Felisberta. Pelo engano, apresentamos as nossas desculpas aos leitores do «Avante!» e à família da camarada falecida.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Novos concelhos



Uma proposta de lei que equipara as Comissões Instaladoras dos Municípios a Câmaras Municipais foi aprovada, na generalidade, com os votos favoráveis do PS e PSD. A bancada do PCP votou contra e o CDS/PP absteve-se.

De acordo com o diploma, as comissões instaladoras vão passar a gerir, até às próximas eleições autárquicas, daqui a três anos, os novos concelhos com competências alargadas, podendo, nomeadamente, fixar as taxas de contribuição autárquica e exercer os poderes tributários que cabem por lei ao município.

Alvo de pareceres desfavoráveis da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias, esta proposta de lei mereceu também a forte oposição do PCP, que a considerou uma «aberração democrática, insustentável face aos princípios democráticos».

A proposta agora aprovada subverte perigosamente o sentido da Lei-Quadro de criação de novos municípios, no entender da bancada comunista, que põe em causa a legitimidade de uma comissão, nomeada pelo Governo, passar a ter os mesmos poderes que um Órgão eleito, como é a Câmara Municipal.

Caso JAE



O general Garcia dos Santos deverá deslocar-se ao Parlamento no próximo dia 25 para

depor na Comissão Eventual de Inquérito às denúncias de corrupção na JAE.

O ex-presidente da JAE, que suscitou a questão das alegadas situações de corrupção naquela instituição numa entrevista ao semanário "Expresso", a qual acabou por motivar a criação da comissão parlamentar, deverá ser o sétimo elemento a depor perante os deputados.

As audições iniciaram-se terça-feira, com a presença do actual presidente da JAE, António Lamas, e do ex-vice-presidente da Junta, Donas Boto. Para hoje está prevista a audição do ex-presidente da JAE, Rangel de Lima, cabendo no dia 18 a vez de Carlos Leitão, actual vice-presidente. Eloi Ribeiro (ex-vice-presidente) será ouvido no dia 23, bem como o secretário de Estado das Obras Públicas, Maranha das Neves.

PCP melhora lei sobre AUGI's Avançar com a reconversão respeitando o ordenamento do território

A problemática das áreas urbanas de génese ilegal, fenómeno de graves contornos quer do ponto de vista urbanístico quer no plano social, com particular incidência nas áreas metropolitanas, foi objecto de debate por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP. No momento em que se aguarda o agendamento de iniciativas legislativas sobre esta matéria para o plenário da Assembleia da República (o Grupo comunista já formalizou há mais de um mês a entrega do seu projecto de lei), revestiu-se de grande interesse este encontro que encheu a Sala do Senado com uma plateia maioritariamente composta por autarcas, técnicos, especialistas e representantes de comissões de proprietários e de moradores.

No centro do debate esteve, sobretudo, a necessidade de serem introduzidas alterações à Lei 91/95, legislação que veio

Municipais em boa verdade são alheias, uma vez que a política de habitação foi sempre uma competência do Governo -, basta

do Joaquim Matias, está o próprio período de vigência da Lei, que os comunistas querem ver alargado até 2002. Mas o que é sobretudo visado com o presente diploma, como revelou o parlamentar comunista, é a melhoria de todos os aspectos que têm a ver com as formalidades burocráticas, em ordem à sua simplificação e à rapidez do processo administrativo, seja em termos de aprovação do loteamento, seja no registo na Conservatória, seja na divisão de coisa comum no Notário, seja ainda no plano da legalização final.

Assumindo uma atitude plenamente responsável na abordagem do problema, não caindo na tentação de enveredar pelo caminho da demagogia fácil, como

feioamento da Lei e a adopção de mecanismos mais céleres e desburocratizados não pode descomprometer os proprietários das suas responsabilidades, não podendo significar muito menos que a reconversão e a legalização por todos desejadas venham a ser obtidas sacrificando por qualquer via o correcto ordenamento do território.

Seria fácil afirmar que compete ao Poder central libertar todas as verbas necessárias para resolver o problema. Não é esse, porém, o caminho seguido pelo PCP, como salientou em declarações ao «Avante!» o deputado Joaquim Matias, um dos oradores no debate. «Isso seria, muito provavelmente, a forma mais expedita para que tudo ficasse na mesma. Mas como queremos resolver o problema, que é complexo, envolve muitas construções e exige muito dinheiro, entendemos que os proprietários não se podem demitir das suas responsabilidades, cabendo-lhes contribuir, o que não exclui que tenha de haver simultaneamente a participação dos municípios e da administração central», sustentou.

Preservar o território

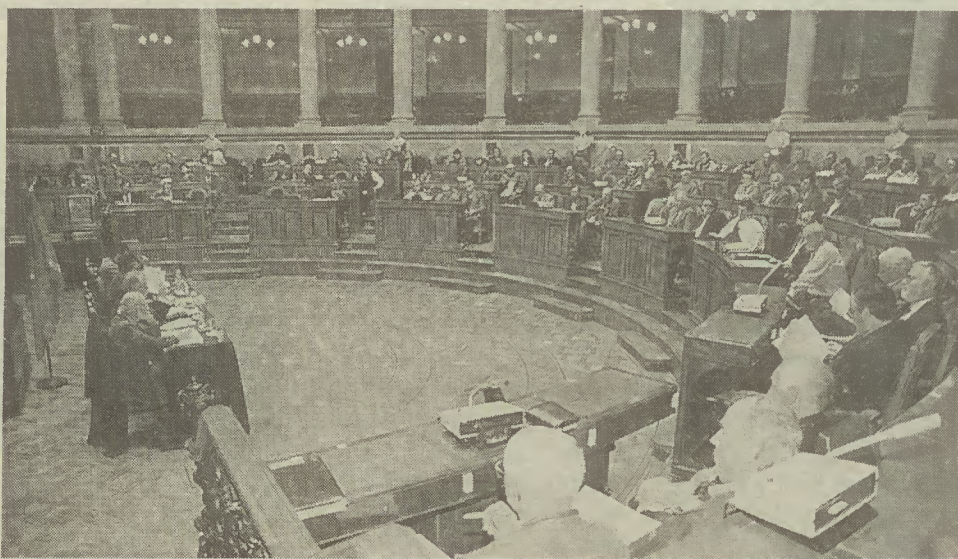
Do debate resultou ainda claro que o trabalho de reconversão e legalização dos bairros de génese ilegal - e é nesse sentido que vai o projecto do PCP - tem obrigatoriamente de ser enquadrado e respeitar os Planos Directores Municipais (PDM) e os planos municipais

de ordenamento do território (planos de urbanização e de menor), já que esta é a única forma de desenvolver equilibrada, harmoniosa e integradamente os municípios.

Qualquer posição populista defendendo a legalização a qualquer preço - e esta foi outra das conclusões do debate -, ao contrariar estes princípios, acabaria por ter efeitos nefastos e perversos, uma vez que, parecendo ser o caminho fácil, nunca verdadeiramente o seria, acabando por conduzir inevitavelmente à especulação fundiária e ao torpedear de todo o esforço de planeamento e ordenamento levado a cabo pelos municípios com vista à produção de um meio urbano de qualidade.

Para o Grupo Parlamentar do PCP torna-se ainda claro que o processo de recuperação das áreas urbanas de génese ilegal não deve em ocasião alguma colidir com a preservação do território, nem com a salvaguarda dos aspectos ambientais - recursos e bens que são património de toda a comunidade.

Estando em causa a Reserva Agrícola Nacional, a Reserva Ecológica Nacional e, por que não dizê-lo, a própria segurança dos cidadãos, não faz qualquer sentido que sejam autorizadas construções em cima de linhas de águas, em leitos de cheio, em solos de duvidosa segurança geotécnica, em terrenos com aptidão agrícola, em zonas húmidas ou de infiltração máxima, ou em áreas de protecção e enquadramento.



A reconversão e legalização das áreas urbanas de génese ilegal não pode subverter os planos municipais de ordenamento do território, foi dito na Sala do Senado, em colóquio promovido pelo PCP

reconhecidamente dar um importante impulso ao trabalho de reconversão dos bairros de génese ilegal levado a cabo conjuntamente pelos municípios e pelos proprietários. Não obstante os assinaláveis progressos que o novo enquadramento legal veio permitir aos processos de recuperação destas áreas, a verdade é que desde muito cedo se fez sentir a necessidade de aprofundar o processo legislativo, em ordem, designadamente, à introdução de medidas e aperfeiçoamentos susceptíveis de vencer bloqueios e dar resposta aos problemas e dificuldades sentidos no terreno.

Problema complexo

Tendo na sua origem um grave problema habitacional que se fez sentir sobretudo a partir de finais da década de 60, em resultado do processo de litoralização do País, das distorções no mercado habitacional e da inexistência de quaisquer instrumentos de ordenamento do território, as áreas urbanas de génese ilegal, recorde-se, rapidamente atingiram uma grandeza e extensão que as faz situar entre os mais complexos problemas que hoje se colocam à requalificação do meio urbano.

Para aferir da dimensão deste problema - a que as Câmaras

referir que nestas vastas áreas vivem hoje, segundo as estimativas, aproximadamente 20 a 25 por cento da população da Área Metropolitana de Lisboa, o que equivale a números que rondam entre os 400 a 500 mil habitantes.

A esta realidade acresce ainda o facto de estarmos em presença de espaços que na sua génese, obedecendo estritamente à lógica especulativa do loteador clandestino, estavam desprovidas de qualquer rede de infra-estruturas, o que veio a constituir-se até aos dias de hoje num sério obstáculo, quer a um correcto ordenamento do território, quer ao desenvolvimento dos municípios em termos da salvaguarda dos seus recursos naturais e da qualidade de vida das suas populações.

Superar insuficiências

Foi, pois, consciente desta realidade - para a qual algumas Câmaras Municipais de gestão CDU vêm de resto chamando a atenção -, que o Grupo Parlamentar do PCP decidiu avançar com o seu projecto de lei, visando, concretamente, superar as insuficiências e lacunas detectadas no actual texto legislativo.

Desde logo, como assinalou no decorrer do debate o deputa-

parecem estar a incorrer alguns sectores do PS, o Grupo comunista entende todavia que o aper-

Emigrantes discriminados no Luxemburgo

O deputado comunista Rodeia Machado, que acompanha as questões de emigração na Assembleia da República, interpelou o Governo sobre as limitações aos direitos de cidadãos comunitários no acesso ao emprego em autarquias e outros níveis de administração no Luxemburgo. Em requerimento formalizado no final da passada semana, o parlamentar do PCP recorda que tem sido imposta na abertura de concursos para ingresso em autarquias a condição de que os candidatos tenham nacionalidade do Grão-Ducado do Luxemburgo, o que contraria frontalmente o próprio Tratado da União Europeia.

Já anteriormente, mais exactamente em Dezembro do ano passado, recorde-se, o deputado Sérgio Ribeiro dirigiu no Parlamento Europeu uma questão à Comissão das Comunidades Europeias sobre esta mesma matéria.

O facto é que em 2 de Julho de 1996, o Tribunal de Justiça Europeu condenou o Luxemburgo por não permitir o acesso dos cidadãos de outros Estados-membros a certos lugares da função pública, não cumprindo assim as leis europeias sobre a liberdade do trabalho. Só os nacionais luxemburgueses podiam aceder às profissões dos diversos sectores públicos, nomeadamente, motoristas dos transportes municipais, jardineiros

ou serralheiros afectos aos serviços camarários ou centrais, funcionários dos correios.

A verdade é que o Luxemburgo não acatou a decisão do Tribunal, o que levou a Comissão Europeia, no princípio do verão de 1998, a requerer ao Tribunal de Justiça Europeu a aplicação de uma multa ao Luxemburgo por continuar a reservar os empregos do sector público aos nacionais.

Embora de forma lenta, as administrações central e municipal têm vindo, entretanto, a minorar esta discriminação, admitindo não-luxemburgueses comunitários para o preenchimento de lugares na função pública. Porém, muito recentemente, ainda apareceram na imprensa anúncios de algumas câmaras para concursos a vagas disponíveis nos serviços municipais com a cláusula da nacionalidade luxemburguesa.

Uma forma subtil mas eficaz para preservar ou, pelo menos, dificultar o acesso aos lugares do sector público, é a exigência requerida pelo empregador no domínio das línguas: domínio das 3 línguas oficiais do país - luxemburguês, francês e alemão.

A maioria dos imigrantes da primeira geração não podem beneficiar assim das leis europeias sobre o trabalho, dada a especificidade linguística do Grão-Ducado, paradoxalmente tão vantajosa e tão selectiva e discriminatória.

Diagnóstico arrasador evidencia fracasso do Governo

Aumentam as dívidas à Segurança Social

As novas propostas do Governo de alteração à legislação laboral, a vingarem, contribuiriam para a descapitalização do sistema de segurança social e para a delapidação dos seus fundos

A política de recuperação das dívidas à Segurança Social está longe de atingir os objectivos proclamados pelo Governo. O mais recente testemunho deste rotundo insucesso é-nos dado pelo relatório do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, no qual se refere que no período compreendido entre Dezembro de 1997 e Setembro de 1998 o montante das dívidas passou de 365 para 398 milhões de contos, isto é, mais 33 milhões de contos, o que corresponde a um aumento de nove pontos percentuais.

Para Alexandrino Saldanha, deputado comunista que levou o assunto a plenário numa das sessões da semana transacta, estes números não podem deixar de suscitar perplexidade e preocupação, provocando simultaneamente as mais sérias reservas quanto à real «capacidade e vontade políticas do Governo» para regularizar as situações de incumprimento passadas e para evitar que outras surjam no futuro.

E não basta que o Governo, para tentar contornar e iludir os falhanços da sua política, venha anunciar apressadamente, como lembrou Alexandrino Saldanha, a instauração de 43 processos a outras tantas empresas suspeitas

de defraudarem a Segurança Social pela prática de crimes de fraude e evasão contributiva. É que, pese embora o seu carácter positivo, tal acção (reportando-se a uma dívida de 1,4 milhão de contos) não deixa de ser uma «gota de água no oceano», e muito menos contraria a linha de tendência em curso no sentido do aumento das dívidas das empresas à Segurança Social.

Esta, sim, é uma realidade indelével, no entender do parlamentar do PCP, que não dissocia o actual estado de coisas das opções e medidas negativas que o Governo tem vindo a adoptar nesta matéria, seja por via directa seja através de legis-

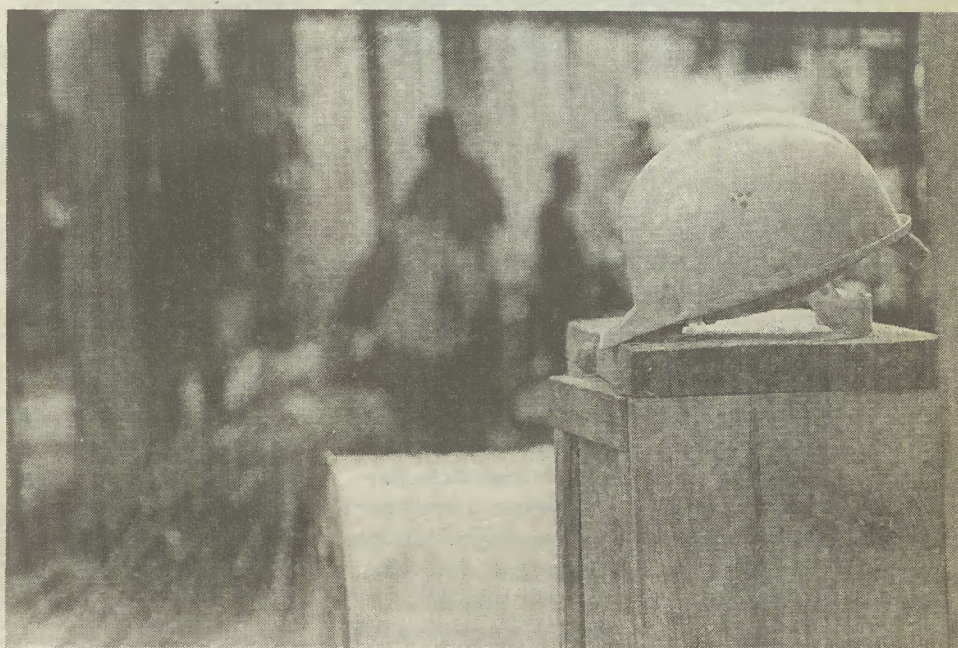
lação incidindo em áreas com ela correlacionadas.

Não é aceitável, por exemplo, na perspectiva do PCP, que o Governo anuncie uma nova baixa da apelidada taxa social única às empresas, criando assim uma nova bonificação sem que explique qualquer compensação a transferir do Orçamento do Estado para a Segurança Social.

Do mesmo modo que é um erro, segundo Alexandrino Saldanha, que o Governo continue a produzir propostas de alteração à legislação laboral, «atentatórias dos direitos dos trabalhadores», que, a serem aprovadas, contribuiriam para a «descapitalização deste sistema e a delapidação dos seus fundos».

Procedimento tanto mais grave quanto é certo estar em curso - foi ainda o parlamentar comunista a alertar para o facto - o processo de audição a diversas instituições e personalidades, no âmbito do Parlamento, com vista à elaboração de uma nova Lei de Bases da Segurança Social.

Em vez de optar por medidas avulsas - e esta foi a exigência formulada pela bancada comu-



nista - o Governo deveria, sim, «concentrar as suas energias na concretização das recomendações da Auditoria aos Sistemas de Controlo e de Cobranças das Contribuições da Segurança Social, do Tribunal de Contas».

O diagnóstico feito nesta Auditoria, que Alexandrino Saldanha classificou de «arrasador» para o Governo, recorde-se, entre variados outros factores, aponta

para a insuficiência em quantidade e qualidade dos recursos humanos afectos ao sistema, relevando simultaneamente as insuficiências da informatização dos serviços («uma manta de retalhos quase obsoleta para as necessidades», sublinha o texto), bem como a ausência de «instrumentos legais dissuasores de um comportamento faltoso que permitam uma actualização rápida e eficaz dos serviços».

Para a bancada comunista resulta claro que se o Governo seguisse as directivas elencadas na Auditoria, então, sim, «poderia dar um contributo positivo para a sustentabilidade financeira da Segurança Social e para a criação de condições que perspectivassem o necessário aumento do nível global de protecção social na sociedade portuguesa».

Em projecto de lei do PCP

Reforço dos direitos sexuais e reprodutivos

A inclusão obrigatória de um programa de educação sexual nos ensinos básico e secundário, adequado aos vários níveis etários, constitui uma das várias medidas previstas em projecto de lei do PCP destinado a reforçar as «garantias do direito à saúde reprodutiva». A desenvolver nas diversas disciplinas vocacionadas para uma abordagem sobre esta matéria, os conteúdos da informação a transmitir aos jovens estu-

dantes deverão resultar da colaboração estreita entre as unidades de saúde, associações de estudantes, pais e encarregados de educação.

Na base desta iniciativa legislativa, ontem discutida em plenário, está a consideração de que um altíssimo grau de irrealização continua a marcar os direitos sexuais e reprodutivos dos jovens. Para a bancada comunista, não obstante o tempo decorrido (15 anos) desde a aprovação da Lei sobre educação

sexual e planeamento familiar, a verdade é que neste capítulo muito está ainda por fazer.

No caso da educação sexual, para sermos mais rigorosos, está mesmo tudo por fazer, porquanto, como salienta a nota preambular do diploma, a lei «não foi posta em execução». No que toca ao planeamento familiar, por seu lado, apesar dos passos importantes que foram dados, «é ainda muito insuficiente e desigual nos

vários pontos do País a divulgação e aplicação de políticas na área do controlo de nascimentos».

O motivo de preocupação maior no que se refere aos jovens reside, entretanto, na perspectiva do PCP, na elevada taxa de gravidez na adolescência, que continua a ser uma das mais altas da União Europeia, apesar da diminuição que se tem vindo a registar.

Esta realidade é indissociável da ausência de educação sexual nas escolas, traduzindo-se em graves danos para os jovens, que

assim se vêem cerceados do «exercício de direitos humanos e reprodutivos», direitos estes que, entre tantos outros, «fazem parte do direito à vida, do direito à liberdade e segurança, do direito à privacidade, do direito à saúde, do direito da mulher à igualdade».

Trata-se, pois, em síntese, com este diploma, de reforçar o combate ao aborto clandestino, prevenindo a saúde sexual, e garantindo simultaneamente os direitos sexuais e reprodutivos.

Um objectivo tanto mais importante de alcançar quanto é certo que, por um lado, se têm assistido a retrocessos na aplicação da actual lei sobre interrupção voluntária da gravidez e, por outro, tem vindo a tornar-se evidente a perda de interesse pela questão da educação sexual e planeamento familiar por parte da direita e de sectores do PS que utilizaram este tema como arma de recurso por ocasião do referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez.

Solidariedade com Ocalan

Uma delegação do Grupo para a Esquerda Unitária Europeia, na qual se integrou o deputado do PCP Lino de Carvalho, reclamou em Istambul, Turquia, o respeito pela integridade física do dirigente curdo Abdullah Ocalan, exigindo simultaneamente a sua imediata libertação.

Esta posição da Esquerda Unitária foi tomada no decorrer de uma visita de três dias à Turquia, realizada no âmbito da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em que para além do parlamentar do PCP participaram igualmente deputados do Partido Comunista da Grécia, do Partido da Esquerda da Suécia e do Partido da Refundação Comunista de Itália.

Numa primeira declaração ao «Avante!», após o regresso de Istambul, na terça-feira, o deputado comunista sublinhou o facto de, nas condições existentes na Turquia, não ser possível esperar qualquer julgamento justo do líder curdo. Bem pelo contrário, o Governo e os militares turcos, em vésperas de eleições legislativas e comunais, estão a aproveitar a prisão do Presidente do PKK para uma nova vaga de repressão e intimidação, não só contra o povo

curso mas contra todos os que se opõem ao actual regime autoritário que vigora na Turquia. Tendo referido as condições de tensão em que se desenrolou a visita, e que levou, por razões de segurança, à não realização de uma conferência de imprensa que a delegação tinha previsto organizar no final da visita a Istambul, Lino de Carvalho sublinhou que a solução da questão curda e o respeito pelos direitos do povo curdo são parte integrante da luta pela democratização do regime turco, exigindo-se que, no plano internacional, se desenvolvam acções de solidariedade com a luta dos povos turco e curdo e de pressão sobre a Turquia, que joga na região um papel estratégico para os interesses da NATO e dos Estados Unidos da América.

Para além de ter manifestado a sua solidariedade para com Abdullah Ocalan, a delegação exigiu ainda nos contactos que estabeleceu com forças de esquerda, associações dos direitos humanos e autoridades turcas a abertura de um processo visando a solução pacífica do problema nacional curdo na Turquia no respeito pelos princípios fundamentais da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.



Às escolas está reservado um importante papel na educação sexual dos jovens

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Promessas do PS sobre as uniões de facto

A montanha pariu um rato

A Assembleia da República aprovou, na generalidade, os projectos de lei do PS e do Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV) que alargam os direitos dos cidadãos que vivem em regime de «união de facto». O diploma do PS sobre o «regime jurídico da união de facto» foi aprovado com os votos favoráveis dos proponentes e do PEV, a abstenção do PCP e os votos contra do PSD e do CDS-PP. Ao projecto de lei do PEV que «alarga os direitos das pessoas cuja família se constitui em união de facto», por sua vez, juntaram-se, para além dos votos dos seus deputados, os do PCP e PS, merecendo os votos contra do PSD e do CDS-PP.

Os dois diplomas, que baixaram à Comissão especializada, prevêem o alargamento dos direitos das pessoas cuja família se constitui em união de facto, muito embora o articulado do projecto subscrito pelos «Verdes» vá mais longe no que se refere à equiparação desta situação com o casamento.

Mas o que de verdadeiramente essencial importa reter do debate, depois de mais de dois anos de continuadas promessas sobre a apresentação de um projecto de lei sobre esta matéria, que sustentaram na comunicação social a demagogia do Partido Socialista a propósito das uniões de facto, é que «a montanha pariu um rato».

A esta conclusão chegou também a deputada comunista Odete Santos, para quem resulta claro terem sido completamente goradas as expectativas criadas relati-

vamente à materialização de alguns direitos, como é o caso das uniões de facto homossexuais.

Já se sabe que a demagogia vai continuar. Sérgio Sousa Pinto (PS) apressou-se a prometer que iria ser ainda apresentado um Projecto de Lei para as pessoas vivendo em economia comum, independentemente do sexo a que pertencessem. Mas, como sublinhou Odete Santos em declarações ao «Avante!» no final do debate, «suspeita-se, com fundadas razões, sobre os desígnios do Partido Socialista: será que, a ser apresentado, tal projecto seria discutido até ao final da legislatura?».

Decepção geral

Odete Santos, ao longo do debate, não escondeu, aliás, a sua decepção pelo projecto de lei subscrito pela bancada socialista -

apenas relativo, recorde-se, às uniões de facto heterossexuais - chegando mesmo a afirmar que, em muitas áreas, o diploma constitui um «espantoso retrocesso no caminho que foi empreendido para o reconhecimento das uniões de facto heterossexuais, com a reforma do Código Civil».

Com efeito, sublinhou, toda e qualquer iniciativa legislativa sobre uniões de facto, «não pode esquecer aquilo que já foi conquistado na legislação, e aquilo que já foi reconhecido na jurisprudência».

Ora sucede que com o projecto de lei do Partido Socialista ficarão em causa direitos que a jurisprudência já reconheceu, como o direito à indemnização com base no enriquecimento sem causa relativamente a bens para a qual tenham contribuído os dois membros do casal, e de que apenas seja titular um deles. Ficaria em causa o direito que alguma jurisprudência já reconheceu, ao sobrevivente membro da união de facto, a indemnização resultante de acidente de viação.

Retrocessos

Mas, pior ainda, como chamou a atenção a parlamentar do PCP, o projecto de lei retira mesmo, expressamente, alguns direitos às uniões de facto heterossexuais.

Com efeito, a lei dos acidentes de trabalho e doenças profes-



sionais, aprovada em 1997 - a lei 100/97 - confere ao membro sobrevivente da união de facto, o direito às pensões por morte do outro membro, resultante de acidente de trabalho ou de doença profissional. Sem fazer depender tal direito da necessidade de pensão de alimentos por parte do membro sobrevivente.

Com o projecto de lei do Partido Socialista apresentado em 1998, cerca de um ano depois da aprovação da lei 100/97, não só os membros sobreviventes da união de facto perdem o direito às pensões resultantes de doença profissional, como para que tivessem o direito às pensões resultantes de acidentes de trabalho teriam de provar primeiro, em acção a propor no Tribunal Judicial, que tinham necessidade de pensão de alimentos a ser paga pela herança do falecido.

«A que se deve tão espantoso retrocesso? O Governo estará à espera para regulamentar a lei 100/97, que sejam diminuídos os direitos constantes da já min-

guada lei de 1997? Oferecendo um novo brinde às seguradoras?», perguntou Odete Santos.

Flagrante inconstitucionalidade

E isto, repare-se, sem que o diploma apresentado tenha sido posto à consulta pública na parte em que legisla sobre direitos dos trabalhadores, em obediência ao preceito constitucional que tal impõe, que, na perspectiva da bancada comunista, constitui uma flagrante inconstitucionalidade a carecer de reparação em sede de especialidade.

O projecto de lei limita-se ainda a consagrar parcialmente outros direitos já constantes da legislação, como o direito a pensões de sobrevivência e a pensões de preço de sangue e por prestação de serviços excepcionais ao país.

Por último, no que se refere à transmissão do direito ao arrendamento por morte, o projecto de lei segundo Odete Santos «está mal elaborado», e daria origem, se aprovado tal como está, a «longa querela jurisprudencial», donde apenas resultaria como positivo a redução do período de coabitação de cinco para dois anos.

Já para não falar da solução, de poucos reflexos práticos, do direito real de habitação e da preferência na venda ou no arrendamento da casa própria que tenha constituído a casa de morada de família.

A bancada comunista, depois de ter viabilizado com a sua abstenção a passagem na generalidade do projecto de lei do PS, anunciou já, entretanto, reservar a sua posição final, dependente das soluções que vierem a ser encontradas.

É que o PCP, como garantiu Odete Santos ao «Avante!», não dará o seu aval a um diploma final que «represente um retrocesso relativamente ao quadro legal existente».

Promovido pelo PCP
Recursos hídricos em debate

O Grupo Parlamentar do PCP promove no próximo dia 16 um colóquio sobre a «Convenção para a Protecção e Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas». A decorrer na Sala do Senado, com início previsto para as 15 horas, esta iniciativa visa preparar o debate e votação que oportunamente terá lugar no Parlamento.

Destaque merece desde já o número de reputados especialistas convidados a participar, entre os quais se incluem nomes de reconhecido prestígio nesta área, como sejam o Eng.

Pedro Serra (Presidente do Instituto Nacional da Água), Dr. Mário Baptista Coelho (Consultor da Comissão Mundial Independente para os Oceanos), Eng. Pedro Leão de Sousa (Presidente do Conselho Directivo do Instituto Superior de Agronomia), Eng. João Bau (Presidente da EPAL), Eng. Gonçalo Leal (Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente), Eng. Rui Godinho (Vereador da Câmara Municipal de Lisboa), Prof. Carmona Rodrigues (Universidade Nova), Eng.^a Luísa Tovar (Departamento de Planeamento do INAG), Eng. Faria

Ferreira (Conselheiro de Obras Públicas e Transportes), Eng. Luís Veiga da Cunha (Science Administrator/NATO), Eng. Francisco Teixeira (Direcção Regional de Ambiente do Norte) e Prof. Dr. Bordalo e Sá (Instituto de Ciências Médicas Abel Salazar).

Igualmente convidadas foram todas as autarquias e outras entidades membros dos conselhos de bacia dos rios Douro, Tejo e Guadiana, bem como a EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva e as Universidades de Trás-os-Montes e Alto Douro e de Évora.

Barreira de silêncio não passou

A Assembleia da República rejeitou, faz hoje oito dias, a proposta de lei do Governo que visava a consagração de uma quota de 25 por cento de participação feminina nas listas de candidatas a deputados aos parlamentos Nacional e Europeu. O diploma do Governo recolheu apenas os votos favoráveis do PS e da deputada social-democrata Manuela Aguiar e os votos contra do PSD, CDS-PP, PCP e PEV.

O debate foi marcado pelo vivo confronto de argumentos entre os subscritores do diploma e as bancadas dos partidos da oposição, designadamente a do PCP e a do Partido Ecologista «Os Verdes».

Acusando o Governo de «não querer saber da igualdade de oportunidades para as mulheres», para Odete Santos, que produziu um discurso fortemente crítico, a iniciativa do Executivo visou apenas «resolver um problema do PS».

Tudo se resume, em sua opinião, a uma mera operação de cosmética, uma vez que, denunciou, «as quotas, a paridade, não têm nada a ver com igualdade».

Este foi, aliás, um dos fios condutores de toda a argumentação aduzida pela parlamentar comunista.

É que, esclareceu, os factores que determinam as desigualdades e as discriminações não assentam nas diferenças biológicas, mas sim em razões de classe, de que, por conseguinte, «também são vítimas os homens».

Daí que não faça qualquer sentido que «sob uma aparente capa de modernidade», o Governo invoque a «reconstrução das diferenças biológicas» para alegadamente combater as discriminações.

O que deve estar no centro do debate, pois, na perspectiva de Odete Santos, não é «a modernidade - que não o é - da discriminação do género», mas sim as «gritantes exclusões de mulheres que fazem do tra-

balho uma arma para a conquista da cidadania», visando não apenas romper o «gueto da barreira biológica» como afirmar a recusa desse «conceito meramente biológico de discriminação do sexo feminino».

«Enquanto muito se fala da discriminação de género - sublinhou a parlamentar do PCP indo ao fundo da questão -, quer-se construir uma barreira de silêncio sobre os reais problemas das mulheres, cuja resolução dará um importante contributo para a igualdade de oportunidades de todos os cidadãos, homens e mulheres, de cada cidadão, de cada homem e de cada mulher».

Em nome do Governo, António Costa, à falta de melhores argumentos, optou por uma postura arrogante para tentar responder às posições da bancada comunista. Afirmou concretamente que a «não defesa do princípio de diferenciação positiva a favor das mulheres» para a sua participação na vida política, reflectia, da parte do PCP, uma capitulação, imagine-se, «ao mais radical liberalismo».

A resposta não se fez esperar e veio do líder da bancada comunista, Octávio Teixeira. Depois de condenar a arrogância da intervenção, o dirigente comunista desmontou a tática utilizada por aquele membro do Governo, considerando que a mesma visa exclusivamente esconder a existência na proposta de lei de uma «receita duvidosa e uma solução perigosa» para resolver o problema das desigualdades reais entre homens e mulheres.

Uma receita duvidosa porque, segundo Octávio Teixeira, «o Governo apenas deseja cair a parede para não resolver a questão de fundo das desigualdades. Uma solução perigosa porque contribuiria para dar a ideia de que o problema das desigualdades entre homens e mulheres estaria esgotado com a hipotética aprovação do diploma».



A água constitui cada vez mais um recurso estratégico fundamental para o desenvolvimento do País

TRABALHADORES

1.º Congresso do SEP aponta acções de luta

Enfermeiros exigem resposta urgente da ministra

As resoluções do congresso foram comunicadas a Maria de Belém, de quem o sindicato espera o anúncio de decisões positivas na reunião que está agendada para o próximo dia 16, terça-feira. Caso as respostas às reivindicações prioritárias não surjam, serão decididas formas de luta.

Uma das opções da maior organização sindical dos enfermeiros poderá ser a marcação de uma paralisação a nível nacional.

A exigência de uma resposta da ministra da Saúde prende-se com a falta de consagração em lei de diversos compromissos assumidos pelo Governo há

precisamente um ano, no acordo que firmou com a comissão negociadora sindical dos enfermeiros (que integra o SEP e o sindicato da RA da Madeira).

Entre estas, adiantou ao «Avante!» o sindicalista José Carlos Martins, encontram-se a compensação pelo risco e penosidade da profissão, atra-

vés da reforma ao fim de 30 anos de serviço e de um seguro profissional. O coordenador do SEP referiu ainda a contagem do tempo de serviço dos enfermeiros com vínculos precários; a reposição da paridade entre os valores salariais estipulados para as categorias mais baixas e mais altas da carreira de enfermagem e das carreiras técnica e técnica superior da Administração Pública; e a negociação e publicação dos diplomas legais sobre a formação em Enfermagem, cuja alteração já foi aprovada em Conselho de Ministros, consagran-

do um curso de 4 anos, num só ciclo e concedendo o grau de licenciatura.

O 1.º Congresso do SEP realizou-se de sexta-feira a domingo passados, em Lisboa, com a participação de 400 delegados de todo o País.

Os documentos em debate no Forum Lisboa e na fase preparatória do congresso resultaram em resoluções político-sindicais, que vão balizar a actividade do sindicato nos próximos anos: Reformas da Saúde, intervenção dos enfermeiros; Condições de trabalho e protecção social dos enfermeiros; Formação e desenvolvimento profissional; A Enfermagem e o papel das organizações profissionais.

Greve nos seguros

Nas vésperas do congresso, foi anunciada pelo SEP a marcação de uma greve dos enfer-



Carvalho da Silva interveio no congresso em nome da direcção da CGTP-IN

meiros que exercem funções na indústria seguradora, depois de a associação patronal do sector ter recusado definir o calendário para as negociações da revisão do contrato colectivo em vigor no sector. Na reunião de dia 3, a Associação Portuguesa de Seguradores «voltou a afirmar a sua indisponibilidade para apresentar qualquer tipo de contraproposta negocial ou de negociar a proposta apresentada pelo SEP em Dezembro de 1997», informou o sindicato.

A APS, «inadmissivelmente», faz depender as negociações referentes aos enfermeiros do processo dos restantes trabalhadores dos seguros - o qual ainda nem está agendado. O

SEP defende a especificidade do sector da Saúde, cujas reivindicações não devem ser englobadas num processo mais geral, «como se, por acaso, fazer seguros fosse a mesma coisa que prestar cuidados de saúde».

A greve, de dois dias, foi marcada para 26 e 29 de Março, dando seguimento ao processo reivindicativo decidido em Janeiro, num plenário de enfermeiros das seguradoras. A carreira de Enfermagem nos seguros é considerada pelo SEP como «profundamente desajustada da realidade», nomeadamente por comparação com a carreira pública e mesmo com carreiras de sectores congéneres.

Chiado, Aljustrel, Sacavém

Anos e anos à espera

Os trabalhadores das Pirites Alentejanas decidiram marcar uma greve para ontem, a partir das 10 horas, como protesto simbólico contra a sempre adiada reabertura das minas de Aljustrel, cuja laboração foi interrompida em Maio de 1993, mantendo-se desde então congelados os salários. Um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira disse à Agência Lusa que os trabalhadores «já não têm pachorra para mais delongas do Governo e da administração». António Banza condenou o «discurso pré-eleitoralista» do ministro da

to», protestou António Banza, repudiando a ofensiva legislativa do executivo PS e a fuga do patronato à negociação da contratação colectiva.

Já na madrugada de sábado, terminou em Loures um plenário com mais de duas centenas de ex-trabalhadores da Fábrica de Loijas de Sacavém, encerrada em 1989. No local da fábrica já se ergue uma urbanização de apartamentos de luxo, e a venda dos terrenos terá rendido cerca de 800 mil contos, mas os salários em atraso e as indemnizações aos trabalhadores continuam por pagar. A Lusa, que refere declarações de responsáveis da CT e do Sindicato da Cerâmica do Sul, informa que o plenário decidiu interceder junto do Presidente da República, do primeiro-ministro e do ministro da Justiça, para que urgentemente sejam pagas as dívidas aos trabalhadores.

Trabalhadores da zona incendiada do Chiado, que perderam o trabalho no incêndio de 1988, concentraram-se ante-ontem na Praça do Município, para exigir do presidente da CM de Lisboa uma pronta intervenção no sentido de ser cumprida a decisão correspondente à moção aprovada em Agosto passado pela CML, decidindo o desbloqueamento de uma verba do Fundo Extraordinário de Apoio à Reconstrução do Chiado para o pagamento das indemnizações devidas aos funcionários dos estabelecimentos destruídos.



Os que mais sofreram as consequências do incêndio do Chiado ainda não receberam qualquer compensação

Economia, que disse em Sines, na altura da visita do Presidente da República ao porto, que as Pirites ainda iriam este ano retomar a extracção de minério, «mas a administração continua a agir como se a sua missão fosse o fecho da mina».

«O Governo apenas é rápido a passar das palavras aos actos quando é para benefício do patrona-

Função Pública

queixa-se ao Provedor

Os tortuosos caminhos percorridos pelo projecto de regime de trabalho da futura carreira de vigilante da Natureza, cujas negociações foram formalmente encerradas em Julho mas que continua sem perspectivas de publicação oficial, levaram a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública a apresentar queixa contra o Governo ao Provedor de Justiça, por violação da lei de negociação colectiva.

A federação, ao anunciar esta decisão, recorreu que no processo negocial participaram representantes do Ministério do Ambiente, da secretaria de Estado do Orçamento e das direcções-gerais do Orçamento e da Administração Pública. O aval do secretário de Estado da Administração Pública à criação de uma carreira específica para os guardas e vigilantes da Natureza foi transmitido à FNSFP. Contudo, depois de meses sem ser apreciado o projecto no Conselho de Secretários de Estado - o que levou a acções de protesto na segunda metade do ano passado -, a federação foi informada de que o

projecto estava a merecer alterações devido a objecções colocadas por três secretarias de Estado, e depois seria, novamente, submetido à apreciação sindical.

Os participantes no **forum de trabalhadores dos Impostos**, realizado dia 4 em Lisboa pela FNSFP, exigiram a marcação, no prazo de 15 dias, de uma primeira reunião que dê início à negociação do enquadramento daqueles profissionais nos corpos especiais da Função Pública.

Também no dia 4, a federação assinou com o Governo um acordo sobre a reestruturação das **carreiras específicas de Medicina Legal**, reivindicação que é colocada há mais de dez anos. Mesmo assim, o acordo esteve em risco, quando o Governo alterou a sua posição face a um preceito aceite a 29 de Janeiro. «Não se tratasse de um pormenor, e o Governo teria encontrado o pretexto para não assinar um acordo com esta federação», denuncia a FNSFP, frisando que «nós assinamos acordos com o Governo... quando eles são positivos para os trabalhadores».



O sector das cantinas, refeitórios e fábricas de refeições «produz consideráveis lucros», mas os trabalhadores «continuam a ser dos mais mal pagos», quer a nível nacional, quer no ramo da hotelaria e restauração. No dia 3, sindicalistas e membros de ORTs concentraram-se junto à sede da associação patronal, para exigir da ARESP a aceleração de salários dignos e melhoria de carreiras, prémios e condições de higiene e segurança



Depois de uma greve de vários dias e de uma concentração na Amadora, os trabalhadores da Sorefame/ADTranz deslocaram-se no dia 4 até à residência oficial do primeiro-ministro. Além de uma actualização salarial justa, os operários expressaram o seu protesto contra a política da multinacional, exigindo uma intervenção do Governo para pôr termo a abusos, como a proliferação de empreiteiros e violações de direitos

Dia Internacional da Mulher

O combate pela igualdade

Passados 142 anos sobre as manifestações das operárias de Nova Iorque pelas 10 horas de trabalho e pela igualdade de salários, o Dia Internacional da Mulher foi comemorado em todo o país num ambiente de alegria e muita combatividade. Pois, se muitas batalhas foram já ganhas designadamente no plano legislativo, muitas outras há por vencer de forma a concretizar a igualdade no quotidiano.

Cerca de 700 pessoas acorreram à Praça do Rossio, em Lisboa, no passado domingo, para participar na concentração comemorativa do 8 de Março promovida pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM), pela Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IN, pela Interjovem, pela Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos e pela Associação «A Mulher e o Desporto».

Ao som de Isabel Silvestre e dos Navegante, os participantes comemoraram o Dia Internacional da Mulher de chapéus de chuva e alguns cartazes na mão. O Rossio tornou-se, então, um lugar de encontro entre mulheres e homens que partilham as mesmas convicções sociais de justiça e igualdade.

Antes da dança, foi aprovada uma resolução sobre a «situação da mulher no Portugal de Abril», que considera que existe hoje um contexto contraditório, «ditado por um quadro constitucional e legal reforçado na perspectiva da igualdade, e uma prática onde o tratamento discriminatório em função do sexo e as desigualdades não só se mantêm no essencial, como assumem mesmo novas expressões».

Entre outras medidas exigidas, as organizações promotoras da iniciativa reclamam o combate à precarização do trabalho e às discriminações em função do sexo na carreira, na formação profissional e nos salários; uma acção fiscalizadora e preventiva da Inspeção Geral do Trabalho; a realização de campanhas de informação sobre os direitos

relacionados com a maternidade e a paternidade; a inscrição na Segurança Social de todos os que ingressam no mercado de trabalho; a melhoria dos salários e pensões; e a redução do horário de trabalho para 35 horas.

Neste conjunto de reivindicações, encontramos ainda outras como é o caso do fim da ofensiva do pacote laboral; da defesa do Serviço Público, do Serviço Nacional de Saúde e da Segurança Social; da regulamentação da lei de protecção à mulher vítima de violência; e da resolução da questão do aborto clandestino através do alargamento da informação e do Planeamento Familiar, instituindo a Educação Sexual e discriminando a interrupção voluntária da gravidez.

2000 em Évora

No mesmo dia teve lugar um desfile pelas ruas de Évora com a participação de 15 grupos culturais, folclóricos, bandas filarmónicas e de poesia, acompanhados por cerca de duas mil pessoas.

Lurdes Hespanhol, falando em nome do MDM, referiu-se

aos avanços que o 25 de Abril permitiu, mas não esqueceu as dificuldades. «Temos a lei, queremos a sua concretização e fiscalização! Não queremos mais que as jovens raparigas sejam o maior contingente de desempregados à procura do primeiro emprego e as mulheres a grande percentagem de desempregados de longa duração. Muito menos aceitamos que a sua situação seja a de serem as que mais lugares ocupam nos programas ocupacionais, isto é, trabalho sem direitos e sem estabilidade», exigiu Lurdes Hespanhol.

No âmbito das comemorações, muitas outras iniciativas tiveram lugar nomeadamente acções de luta promovidas pela CGTP-IN junto ao complexo Grundig de Braga, à fábrica Kromberg em Guimarães e à empresa Tópico Têxtil em Vila do Conde. O PCP organizou, no domingo, um debate em Viana do Castelo sobre os direitos da mulher e a sua participação política com a deputada comunista Luísa Mesquita e a cabeça de lista ao Parlamento Europeu da CDU, Ilda Figueiredo.



Portugal 2000

Diálogo e debate à esquerda

Um «genuíno esforço de diálogo e de debate à esquerda, respeitador da pluralidade das expressões e das diferenças, em que o PCP assume também as suas próprias posições.» Assim decorreram as iniciativas Portugal 2000, nas palavras de Carlos Carvalhas, proferidas na sessão de encerramento que decorreu no passado dia 4 e que fez um balanço do processo iniciado em Junho do ano passado.

Na sessão - dirigida por Helena Seródio e em que participou também Oliveira Baptista -, Edgar Correia, membro da Comissão Política do CC do PCP, expôs um «breve balanço» dos debates e do «interesse e acolhimento muito favoráveis» que «encontrámos por toda a parte». Edgar Correia referiu-se às trinta e cinco iniciativas levadas a cabo, sublinhando que, embora a maior parte haja sido realizada em Lisboa, «os debates do Portugal 2000 desdobraram-se, igualmente, por outras regiões, do Norte ao Sul do país: dois em Setúbal, três no Alentejo, cinco em Coimbra, dois no Porto, um em Faro e outro em Castelo Branco». «Ao todo», revelou, «integraram os painéis dos debates cento e trinta individualidades, tendo algumas delas participado em mais de uma iniciativa». Problemas da economia e do desenvolvimento, questões sociais, laborais e ambientais, temas como a educação, a ciência e a cultura, as questões da liberdade, da democracia e da reforma do Estado, a integração europeia e, ainda, debates centrados sobre a afirmação de um projecto de esquerda e de poder, constituíram, ao longo dos meses, pólos de reflexão e de troca de opiniões cujo balanço foi considerado positivo.

Agradecendo a participação de todos, o Secretário-Geral do PCP, por sua vez, lembrou que «a recusa frontal a um rotativismo centrado no PS ou no PSD, que não se distingue nas políticas fundamentais mas que apresenta diferenças apenas em aspectos específicos, conduziu o PCP - na linha das orientações aprovadas no seu XV Congresso e na reunião do Comité Central de Fevereiro passado - a assumir a necessidade de afirmação alternativa de um projecto de esquerda e de poder, que suporte a perspectiva, a possibilidade e a luta pela concretização de um novo rumo democrático para Portugal».

«Caracterizámos a realização desse objectivo como processo. Falámos em movimento. E na necessidade de percorrer um caminho», disse o dirigente comunista, que se referiu ao diálogo e debate à esquerda, como processo «conducente, no seu desenvolvimento, ao apuramento substantivo de políticas, e à construção de pontes e de convergências».

«Um movimento», especificou, «aberto à sociedade e às forças, posicionamentos, ideias e aspirações que nela se manifestam criticamente em relação ao neoliberalismo, estreitamente ligado a toda a dinâmica social, com um destaque muito particular para a intervenção e a luta dos trabalhadores e da juventude. E um caminho para cujo percurso é indispensável assegurar a contribuição activa do PCP, inseparável do seu reforço, bem como a participação de muitos socialistas e de outros democratas, além de importantes forças sociais, que inscrevem a sua intervenção no vasto e diversificado campo da esquerda.»

Assinalando que nos debates havidos se haviam verificado «importantes aproximações de pontos de vista no que respeita às orientações e às medidas políticas que foram defendidas», Carlos Carvalhas não deixou de falar das diferenças, as maiores das quais surgiram «ao nível da própria intervenção e da convergência das forças, sensibilidades e correntes políticas da esquerda».

O Secretário-Geral do PCP, que sublinhou a vontade de prosseguir, no futuro, o diálogo e o debate, referiu-se depois às próximas e importantes batalhas eleitorais e à necessidade de «dar força aos que trabalham e lutam, de forma consequente e incansável, pela concretização de uma convergência de esquerda, que suporte a concretização de uma verdadeira alternativa de esquerda à actual política».

Refugiado basco quer permanecer em Portugal

José Luís Telletxea Maia, o basco notificado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para abandonar o país até amanhã, quer continuar em Portugal, onde vive e trabalha há cinco anos.

A extradição requerida pelo Estado espanhol foi recusada pelas autoridades portuguesas, mas pesa sobre Telletxea Maia uma possível ordem de expulsão caso ele não saia do país voluntariamente. Em qualquer hipótese, Portugal não o pode expulsar da União Europeia.

Em entrevista ao *Avante!*, Arantxa Eziolaza e Josu Barela, representantes da Associação de Familiares de Presos e Exilados Políticos Bascos (Senideak), consideram que «a expulsão constitui uma violação dos direitos fundamentais e enviar Telletxea Maia para o Estado espanhol seria subverter o acórdão do Tribunal Supremo português que recusou a extradição».

«Não podemos esquecer que num processo de expulsão ele será detido pela Guarda Civil espanhola. Se assim for, será colocado numa situação do ponto de vista dos direitos humanos mais grave ainda do que o processo de extradição. Neste caso, pode ser detido, incomunicável, submetido a torturas e maus tratos», sustentam.

Na passada sexta-feira, os advogados de Telletxea Maia apresentaram um recurso no Tribunal Administrativo de Lisboa para suspender a ordem de expulsão. «A expulsão não pode ser executada e um ano depois o tribunal decidir que ela foi ilegal, como aconteceu em casos semelhantes em França. Os nossos companheiros foram expulsos, torturados, condenados e um ano ou dois anos depois os tribunais dizem que a expulsão foi ilegal, mas a situação é irreversível», defende Josu Barela.

No entanto, a lei pode ter muitas interpretações. As autoridades portuguesas consideram que José Luís Telletxea Maia tem de sair do país mesmo antes de saber qual é a resposta ao recurso. Isto é, pelo facto de ele apresentar o recurso, o prazo de expulsão não é suspenso.

«Nós dizemos que é suspensivo. Tem de ser, porque estão em causa direitos fundamentais relacionados com a própria Constituição Portuguesa. Mas dizemos mais: dizemos que tem de ser suspensivo, porque Portugal faz parte da União Europeia e porque existem directivas europeias que são muito claras neste campo. Temos experiên-

cias na Bélgica e na Holanda, em casos em que os governos manifestaram vontade de expulsar os nossos companheiros, mas em que os resultados dos recursos foram muito claros e eles ficaram a residir no país», afirmam os representantes da Senideak.

O futuro de Telletxea Maia

Telletxea Maia tem várias perspectivas: «A pior hipótese é a entrega imediata a Espanha. Outra, também má, é a expulsão para um terceiro país onde haja acordos de extradição com o Estado espanhol e onde se reinicie o processo contra José Luís. Em Portugal este processo já terminou», explica.

Na perspectiva da associação, «deixá-lo nas mãos da polícia espanhola ou enviá-lo para outro país será uma decisão política que terá de ser interpretada também politicamente. Todos os elementos da legislação portuguesa e europeia dizem claramente que ele tem de ficar aqui. Pode presumir-se que pode estar a haver pressões do Governo espanhol para orientar a acção do Governo português num sentido ou noutro. Isto é perfeitamente possível». «Se não houver uma intervenção política arbitrária e ilegal, José Luís tem de permanecer em Portugal», conclui Josu Barela.

José Luís Telletxea Maia é acusado de ser colaborador da ETA. Declarando-se inocente, foi processado pelo Estado espanhol, mas o julgamento só pode decorrer com a sua presença. Foi acusado por um conterrâneo preso durante uma grande operação policial que decorreu no País Basco, em Maio de 1994. Este foi sujeito a torturas e posteriormente negou as suas declarações em tribunal.

«O juiz não reconheceu as torturas, por os médicos forenses não encontrarem sinais ou hematomas de maus tratos e torturas, dizendo que isto fazia parte da estratégia da ETA para desprestigiar as forças de segurança do Estado. Quando esta pessoa entrou para a prisão para cumprir a pena foi vista pelo médico do centro penitenciário que localizou hematomas e registou a sua descoberta por escrito. O que os médicos forenses não viram durante tantos dias, o médico da penitenciária viu logo», conta Barela.



Arantxa Eziolaza e Josu Barela: «Se não houver uma intervenção política arbitrária, José Luís tem de permanecer em Portugal»

Sanções dos EUA afectam têxteis portugueses

A decisão dos EUA de aumentar em 100 por cento as taxas aduaneiras sobre os produtos europeus, tomada unilateralmente à revelia da Organização Mundial do Comércio, terá consequências em Portugal, em especial no sector dos têxteis, o qual exporta anualmente para aquele país cerca de 13 milhões de contos. Estas sanções, que são consideradas ilegais pela Comunidade Europeia, resultaram do conflito em torno da questão das bananas, no qual os EUA exigem o fim de qualquer apoio às importações da banana dos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) e da regiões ultraperiféricas da CE, como é o caso da Madeira.

Rações com origem bovina

A legislação comunitária não proíbe nem prevê o controlo de rações que contenham ingredientes de origem bovina na alimentação de não ruminantes, por considerar que não existem riscos elevados de encefalopatas espongiformes transmissíveis (BSE). O esclarecimento foi dado pelo Comissário Franz Fischer em resposta a uma pergunta do deputado do PCP, Honório Novo. Recordando que Portugal antecipou a proibição de rações para alimentação animal que utilizem elementos ou subprodutos de bovinos, o deputado português constata que esta orientação não é seguida nos restantes países comunitários, designadamente em Espanha, onde tais rações continuam a ser largamente usadas na alimentação de suínos.

Isto é possível, como explica o Comissário, porque a Comunidade só proíbe a utilização de proteínas animais transformadas derivadas de mamíferos na alimentação de ruminantes, proibição que se aplica tanto aos animais produzidos na Comunidade com aos importados dos países terceiros. Neste momento, apenas dois países, Portugal e a Inglaterra, estão interditados de exportarem rações derivadas de bovinos para outros estados membros.

Quota do tomate vai baixar

Portugal poderá ver reduzida a sua quota de tomate em 10 por cento, cerca de 88 mil toneladas, já que nos termos da regulamentação da organização comum de mercado, a partir da campanha de 1999/2000 o cálculo deverá ter em conta as quantidades transformadas nas campanhas de 1997/98 e 1998/99 em cada país. Em 1997, o nosso país apenas produziu 760 mil toneladas, abaixo da quota que dispunha de 885 mil toneladas.

O alerta foi dado pelo deputado do PCP, Joaquim Miranda, que em pergunta escrita à Comissão lembra que a quebra na produção nacional se deveu exclusivamente às más condições climáticas.

Por outro lado, Joaquim Miranda refere que a Unidade de Coordenação da luta antifraude (UCLAF) tem em curso averiguações relativamente a um dos países produtores face a indevida declaração das respectivas quantidades transformadas, do que poderá resultar a redução das quotas de certos países em virtude do aumento indevido de outros.

Por seu turno, a Comissão confirma que está em segredo de instrução um inquérito devido a suspeita de fraude num estado-membro, mas por enquanto a base de cálculo das quotas serão as informações oficiais dos Estados membros. A Comissão refere ainda que as más condições climáticas afectaram todos os países produtores, resultando numa redução de 16,6 por cento em relação ao objectivo de produção. No entanto, o regulamento em vigor não tem em conta os imprevistos climáticos, e estabelecerá as quantidades para 1990/2000 a partir das médias das duas campanhas anteriores, limitando a variação da quota por grupo de produtos e Estado membro a um máximo de 10 por cento.

PCP no colóquio sobre mulheres

No âmbito das comemorações do 8 de Março, realizou-se no passado domingo, dia 7, em Paris, um debate denominado «Mulheres, contribuições para construir a Europa». Na iniciativa, promovida pelo Partido Comunista Francês, participaram vários convidados estrangeiros, nomeadamente, Manuela Bernardino, em representação do PCP.

As várias intervenções abordaram questões como o trabalho a tempo parcial, a paridade na vida política e a violência contra as mulheres. Manuela Bernardino, que se referiu também a estas questões, focou em particular a experiência do referendo português sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez. Para além desta iniciativa, Manuela Bernardino esteve na passada segunda-feira na 2.ª Sessão do Partido do Socialismo Democrático (PDS) da Alemanha, onde foi aprovado o programa para as eleições europeias e a lista dos primeiros candidatos ao Parlamento Europeu, a qual é encabeçada por Sylvia-Ivone Kaufmann. Pelo PCP esteve também o camarada Luciano Rosa.

Esquerda Europeia reúne na Madeira

A última reunião deste mandato do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica terá lugar na Madeira, durante a última semana de Abril. A reunião, que deverá ocorrer no dia 11, será divulgada publicamente no próximo dia 9 de Abril.

Crime organizado Atacar onde dói

«Os circuitos do branqueamento de capitais são como que o aparelho circulatório das organizações criminosas. Sem que esses circuitos sejam cortados e sem que as organizações criminosas e os seus mentores se vejam privados dos proventos que auferiram com actividades ilícitas, não pode haver ilusões quanto à eficácia da luta contra o crime organizado.» Por outras palavras, há que atacar onde dói.

Esta passagem da intervenção do deputado comunista António Filipe traduz bem o espírito e a objectividade da iniciativa que reuniu em Bruxelas, na passada semana, um conjunto de especialistas em torno do tema «Luta contra o branqueamento de capitais e o crime organizado». Promovida pelo Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia do Parlamento Europeu, no qual se integram os eurodeputados do PCP, a reunião foi presidida por Sérgio Ribeiro que, na abertura dos trabalhos, destacou a presença de um tão significativo número de personalidades a título individual ou em representação de instituições e partidos.

De facto, a iniciativa contou com a participação de representantes das Nações Unidas, do Conselho da Europa e Comissão Europeia, além de magistrados e jornalistas especializados na matéria, vários eleitos europeus e membros de parlamentos nacionais. Além de Sérgio Ribeiro, estiveram presentes, de Portugal, António Filipe, presidente da Comissão Eventual da Toxicodpendência da Assembleia da República, e o procurador João Luís Pena dos Reis, presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.

A transição para o euro

Um aspecto referido por várias vezes foi a necessidade de preparar a transição para a moeda única, na medida que esse processo pode

constituir, no dizer de Sérgio Ribeiro, «um momento para uma gigantesca lavagem de dinheiro». Este aspecto assumiu particular actualidade devido à inclusão na ordem de trabalhos da sessão plenária do Parlamento Europeu, que termina amanhã em Estrasburgo, da discussão e votação de um relatório sobre o segundo relatório da

Comissão sobre a aplicação da directiva relativa ao branqueamento de capitais.

A maioria dos participantes reconheceu a significativa evolução registada na produção de legislação nacional e internacional de combate a estes fenómenos, apesar de, como salientou Serge Garde, jornalista do «Humanité», a apresentação destas medidas ser uma «hipocrisia total», uma vez que nenhum governo ousou atacar directamente os paraísos fiscais e a evasão fiscal.

António Filipe empregou igualmente o termo «hipócrita», sublinhando que ao mesmo tempo que se fala em combate ao branqueamento de capitais «põe-se em prática uma desregulamentação que o facilita, dá-se mais importância ao sigilo bancário do que à saúde pública, e pactua-se com o funcionamento opaco das zonas off-shore, onde se sabe perfeitamente que circula livremente o produto das mais hediondas actividades criminosas».

O encontro terminou com a aprovação de uma declaração (ver caixa) que aponta linhas de intervenção futura e com o compromisso do Grupo da Esquerda Unitária Europeia de «continuar a incluir esta temática na discussão eleitoral que se aproxima».

Recorde-se que, inserido neste trabalho, o PCP promoveu em Lisboa, em Maio de 1998, um Fórum intitulado «Droga - branqueamento de capitais em questão», em que participaram especialistas nacionais de várias áreas da Justiça, da polícia, da saúde pública, dos serviços aduaneiros e também representantes do Partido Comunista Francês, da Refundação Comunista de Itália e do deputado da RETE e presidente da Câmara de Palermo, Leoluca Orlando.

■ Daniel do Rosário
(em Bruxelas)



Sigilo bancário deve ser levantado

Na reunião de Bruxelas foi aprovado um documento final, que começa por sublinhar que a iniciativa não tinha como objectivo «chegar a uma declaração conclusiva, mas sim detectar linhas de força decorrentes da aberta e ampla troca de impressões e de experiências». Com vista à intervenção futura, a declaração destaca as seguintes orientações:

- uma nova directiva potenciando os ensinamentos retirados da actual, com particular cuidado na definição dos conceitos criminais de branqueamento de capitais e associação criminosa, de forma a possibilitar um reforço da cooperação entre os Estados, tendo em vista nomeadamente redes e mecanismos apropriados e dotados de meios para avaliação mútua;
- um controlo mais estrito das operações em paraísos fiscais e bancários, com reforço da verificação da identidade de clientes, extensível às próprias instituições bancárias e não bancárias;
- um levantamento efectivo, embora controlado, do sigilo bancário e o estabelecimento de que, em certas circunstâncias e quando comprovado o crime de tráfico, deve incumbir ao arguido provar que os seus bens foram adquiridos de forma lícita, sem o que os poderá perder a favor do erário público;
- um reforço das verbas e dos meios destinados, a nível nacional e comunitário, ao estudo e redução da procura e da oferta, em particular desta última, no que respeita ao branqueamento de capitais.

Parlamento debate direitos da mulher na Comunidade

A esperança de vida das mulheres na Comunidade atinge actualmente os 80 anos, valor superior ao da população masculina que se limita aos 74 anos. Contudo existem variações entre os Estados membros, oscilando entre um máximo de 81,9 anos em França, contra um mínimo de 77,8 anos, na Dinamarca. Apesar do estado de saúde ser considerado bom (60 por cento das inquiridas declaram-se de boa ou muito boa saúde), uma em cada quatro está limitada nas suas actividades diárias devido a doença prolongada.

As causas de morte mais frequentes são as doenças do aparelho circulatório (43%) e cancro (26%). Importantes são também as doenças do aparelho respiratório (6%) e o suicídio e acidentes (5%).

Novos perigos

O relatório constata igualmente o surgimento nas últimas décadas

de outros perigos para as mulheres designadamente as perturbações alimentares, o vírus da SIDA, as doenças cardíacas e a osteoporose.

A relatora Heidi Hautala faz uma série de recomendações em matéria de medidas preventivas especificamente para as mulheres, no acesso a serviços de saúde de alta qualidade, e solicita a introdução de alertas dirigidos às mulheres na literatura de produtos, cujo consumo tenha consequências particulares para a população feminina, caso do tabaco e álcool. Por último, é solicitado que seja incluído nos programas de promoção da saúde o tratamento da questão da violência contra as mulheres.

Por proposta de um conjunto de deputados do Grupo Esquerda da Unitária, entre os quais se contam Sérgio Ribeiro, do PCP, foi apresentada uma alteração ao relatório, na parte em que este solicita aos estados membros que legali-

zem o aborto, especialmente nos casos de gravidez e de violação e sempre que a saúde ou a vida da mulher esteja em perigo, mas também «quando existam motivos psicológicos e sociais».

Para além do relatório Eriksson, sobre a integração da igualdade de oportunidades nas políticas comunitárias, onde se lamenta que as medidas tomadas não tenham tido grande repercussão na política geral da Comunidade, o Parlamento Europeu discutiu o relatório Lulling que defende a rejeição da proposta da Comissão sobre a alteração da Directiva 76/207/CEE relativa à concretização do princípio da igualdade de tratamento no acesso ao emprego, à formação e promoção profissionais e às condições de trabalho. A relatora, Astrid Lulling, considera insuficiente combater as discriminações sexuais com base, unicamente, em mecanismos de direito civil, contractuais e individuais.

Funcionários russos abandonam Chechénia

Moscovo decidiu evacuar todo o pessoal russo das delegações da presidência e do Governo na Chechénia, após o sequestro e rapto do general da polícia Shpigún, representante do Ministério do Interior russo. A deterioração das relações entre o Kremlin e Grozni levou igualmente à retirada da capital chechena da missão da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE). O ministro do Interior russo, Serguéi Stepashin, ameaçou «tomar duras medidas para garantir a ordem e a segurança na região» se o general não for libertado. Entretanto, foram suspensos os voos da Rússia para a Chechénia.

Projecto antiterrorismo

A França entregou nas Nações Unidas um projecto de convenção internacional para a repressão do financiamento do terrorismo. O documento será discutido numa comissão «ad hoc» da Assembleia Geral entre 15 e 26 de Março. Segundo a Lusa, o projecto apela a todos os Estados para que adoptem medidas nacionais de ilegalização do financiamento a pessoas ou organizações que preparem ou pratiquem acções terroristas, e prevê o «congelamento ou apreensão de todos os bens, fundos e outros meios utilizados» para o mesmo fim, bem como a possibilidade de extradição das pessoas suspeitas de terrorismo.

Desaparecidos na Argélia

Nos últimos seis anos, mais de 3.000 argelinos desapareceram após terem sido detidos de forma arbitrária pelas forças de segurança ou por milícias armadas da Argélia, acusa a Amnistia Internacional. Segundo a AI, estas desapareições têm estado rodeadas de um muro de silêncio que agora começa a quebrar-se, com as famílias a vencerem o medo e a denunciarem a situação. O relatório da AI, intitulado «Desapareições», garante que ninguém está a salvo das detenções arbitrárias na Argélia, considerando um grande avanço as denúncias de familiares. «Agora, os que dizem que os desaparecidos não existem já não o podem fazer. E ninguém pode dizer que "não sabia"» - diz a AI.

Eleições na África do Sul

As próximas eleições gerais na África do Sul devem ter lugar a 2 de

Aperta-se o cerco à Jugoslávia

O anúncio do «sim» do Exército de Libertação do Kosovo (UÇK) a um acordo de paz, anunciado esta semana com grande destaque na generalidade da imprensa, foi servido à opinião pública acompanhado de imagens mostrando a concentração de forças da NATO na Macedónia e múltiplas declarações de «enviados especiais» dos EUA sobre a irredutibilidade de Belgrado. É o apertar do cerco à Jugoslávia a escassos dias do recomeço das conversações em França.

Os dirigentes do UÇK «aprovaram» o plano de paz para o Kosovo e estão prontos a assiná-lo, dizem a várias vezes personalidades americanas como o antigo senador republicano Bob Dole, o mediador Christopher Hill, o porta-voz James Rubin, entre outras. O que ninguém diz é que o acordo é esse que o UÇK estará disposto a assinar quando os seus representantes regressarem a França no dia 15, se entretanto forem ultrapassados «alguns problemas». É um mistério.

Uma ponta do véu foi levantada no sábado pelo presidente da Sérvia, Milan Milutinovic, numa carta dirigida aos chefes da diplomacia dos seis países do Grupo de Contacto (EUA, Alemanha, França, Grã-Bretanha, Itália e Rússia), em que sublinha as «manipulações e a campanha desencadeada com o objectivo

de conduzir os representantes dos partidos políticos do movimento separatista albanês a assi-



Membros do Exército de Libertação do Kosovo, cujos dirigentes foram recebidos em Washington

narem um 'acordo' inexistente». Milutinovic recorda que o texto do referido 'acordo' não só «não foi examinado nem aceite em Rambouillet» como a delegação

sérvia e «certos membros do Grupo de Contacto» se demarcaram do documento. Mais, o texto inicial foi alterado sem o consentimento de Belgrado.

A razão da demarcação é simples: o 'acordo' que o UÇK se diz pronto a assinar prevê para o Kosovo, entre outras coisas, uma Constituição, um Presidente e um Supremo Tribunal - o que na prática retiraria à República Federal da Jugoslávia qualquer controlo efectivo sobre o território -, bem como a

da Jugoslávia (RFJ) que o Grupo de Contacto dizia respeitar está assim posto em causa, o que naturalmente Belgrado não aceita, como não aceita a «política do facto consumado».

Inegociável parece ser também a presença da NATO no território, que com toda a legitimidade que o direito internacional lhe confere a RFJ rejeita.

A intransigência do Grupo, em que a voz que se faz ouvir é obviamente a dos EUA, prepara a criação de um Estado dentro

do Estado jugoslavo, supervisionado pelas tropas da Aliança Atlântica. Não é preciso chegar a dia 15 para a RFJ ser apontada como um «obstáculo à paz».

realização de um referendo após um período de transição de três anos.

O respeito pela integridade territorial da República Federal

Governo do Ulster adiado

Londres decidiu alargar em 19 dias o prazo para a formação do Governo autónomo da Irlanda do Norte. Republicanos e católicos têm agora até 29 Março para fazer sair do impasse o processo de paz assinado há cerca de um ano em Belfast.

O presidente do Sinn Fein, Gerry Adams, considera que «o governo britânico cometeu um erro ao adiar a data», e afirma que Londres «só o fez porque David Trimble ameaçou afastar-se».

«Na realidade, o governo britânico verga-se, ainda que temporariamente, a um veto unionista», acusou Adams.

A investidura do governo autónomo de Belfast, prevista no acordo de paz de 10 de Abril de 1998, foi inicialmente marcada para 10 de Março. A ministra britânica para a Irlanda, Mo Mowlam, anunciou agora o seu adiamento para a semana de 29 de Março a 4 de Abril.

A constituição da equipa governamental encontra-se há vários meses num impasse devido à recusa do primeiro-ministro David Trimble em atribuir ao Sinn Fein as pastas que lhe correspondem enquanto o IRA não der início ao seu desarmamento.

O Sinn Fein recusa este ultimato e insiste que o acordo de paz concede um prazo de dois anos às milícias para o desarmamento.

Segundo Mowlam, o adiamento tem por objectivo dar

tempo aos partidos para chegarem a um acordo. «Isto dará aos partidos tempo para encontrarem uma via para avançarem», afirmou a ministra, recordando que os líderes dos partidos mais importantes se deslocam dia 17 a Washington para assistir na Casa Branca às celebrações do dia de Saint Patrick, patrono da Irlanda.

A dilatação do prazo estará relacionada, segundo alguns observadores, com novas propostas dos EUA para impulsionar o processo de paz.

Entretanto, os executivos bri-

tânico e da República da Irlanda assinaram segunda-feira quatro tratados respeitantes ao Ulster. Segundo notícias veiculadas pelo diário espanhol «El País», os tratados legalizam as novas instituições que unirão quer a República quer o Ulster e que vão regular os vínculos de ambos com Londres. Trata-se dos mecanismos legais para a constituição de um conselho ministerial norte-sul; de organismos transfronteiriços; de um conselho britânico-irlandês, e uma conferência intergovernamental britânico-irlandesa.

Se a assinatura dos tratados pode constituir um avanço, o protelamento da formação do novo executivo empurra a Irlanda do Norte, segundo Adams, «para uma grande crise». «O contexto e seriedade da situação não devem ser subestimados», afirma o dirigente do Sinn Fein, que alerta para o «perigo de o IRA voltar à guerra» se o Partido Unionista do Ulster (UUP) persistir nas suas exigências. O IRA considera que aceitar o desarmamento nas condições actuais seria «uma capitulação».

Greve geral no Equador

Os sindicatos do Equador decretaram para ontem, hoje e amanhã uma greve geral de protesto contra as medidas económicas decretadas pelo Governo.

A braços com uma das mais graves crises económicas dos últimos 50 anos, o Governo do Equador foi forçado a encerrar os bancos no início da semana, numa tentativa para controlar subida desenfreada do dólar e evitar a especulação desencadeada pelas medidas económicas de emergência que tem vindo a implementar.

Para minimizar os efeitos da greve, o executivo admitiu decretar feriado os dias 10, 11 e 12, tal como fez aquando da greve de 5 de Fevereiro último.

As medidas do governo de Jamil Mahuad de pouco servem face a uma realidade que está a deixar a população desesperada. O aumento vertiginoso do dólar, em relação ao qual a moeda nacional se desvalorizou 90 por cento,

provou uma escalada dos preços dos produtos e serviços, o que somado ao congelamento dos salários está a provocar o caos social. A classe média equatoriana, que representa cerca de 20 por cento da população, está a converter-se rapidamente em «novos pobres», um grupo que segundo os sociólogos abrange já cerca de 70 por cento dos equatorianos.

Com uma inflação superior a 40 por cento, o nível de vida degrada-se todos os dias, dando lugar ao protesto generalizado e também a um aumento preocupante da violência. Nos últimos dias as forças de segurança pública foram chamadas a intervir em várias cidades para evitar o saque de estabelecimentos comerciais.

Entretanto, fábricas, empresas e distribuidores de artigos importados estão a fechar as portas e a parar a sua produção, enquanto muitos estabelecimentos suspendem o atendimento público para actualização de preços.

A NATO... ou a NATO

«Acredito que a NATO deve actuar dentro da estrutura da ONU, mas podem existir ocasiões em que agiremos apenas com o consenso dos membros da NATO, se existir um obstáculo no Conselho de Segurança» - as palavras são de Javier Solana, secretário-geral da Nato, e não deixam dúvidas quanto às intenções da Aliança Atlântica no respeitante ao Kosovo.

Com ou sem luz verde da ONU, com ou sem acordo de Belgrado, a NATO vai avançar para o terreno. A única dúvida que se levanta é se o fará com ou sem ataques às estruturas de defesa jugoslavas.

Esclarecedora é também a postura da NATO face à ONU: sempre que se levante a possibilidade de intervenções militares serem postas em causa pelo Conselho de Segurança através do direito de veto de membros permanentes, como é o caso da Rússia e da China na questão do Kosovo, os dirigentes da Aliança Atlântica pura e simplesmente ignoram as decisões das Nações Unidas e agem por conta própria. O que é uma forma de afirmar que ou a ONU se submete às decisões da NATO ou então não lhe é reconhecida qualquer importância.

Já não é só de arrogância, prepotência, depudor que se trata. É de pura pirataria orquestrada pelas potências ocidentais sob a batuta dos EUA.

A reunião semestral dos chefes dos estados-maiores (CEMA) dos países-membro da NATO realizada ontem e anteontem em Bruxelas, dedicada ao Kosovo, serviu justamente para acertar as agulhas de mais uma ingerência travestida de manutenção da paz.

Presentemente estão estacionados na Macedónia e preparados para entrarem na província sérvia 6000 homens; são a guarda-avançada de uma «força de paz» com a NATO prevê atingir um total de 26 000 efectivos.

De acordo com todas as declarações feitas até ao momento, a NATO está preparada para apoiar militarmente um acordo de paz, ou bombardear alvos sérvios se for imputada a Belgrado (como será sempre em qualquer circunstância) a responsabilidade no fracasso das conversações.

A NATO garante que os militares estarão no terreno quer Slobodan Milosevic consinta à partida quer depois dos bombardeamentos dos 400 aviões equipados com mísseis de cruzeiro e em estado de alerta nas bases na Europa Meridional.

A exemplo dos seus *masters* norte-americanos, o inefável Tony Blair - que por acaso continua sem conseguir fazer cumprir os acordos de paz na Irlanda do Norte - proferiu há dias uma afirmação de antologia para justificar a entrada da NATO no Kosovo: «Os acordos políticos não bastam: os Balcãs estão cheios de acordos que foram assinados mas não foram aplicados.»

E são só os Balcãs?

Sérvios bósnios rejeitam prepotência internacional

O precário equilíbrio que desde 1996 se vive na Bósnia está de novo posto em causa. Desta vez, na origem do problema estão as controversas decisões tomadas na passada sexta-feira pelo catalão Carlos Westendorp, Alto Representante civil para o território, e pelo norte-americano Roberts Owen, presidente da comissão de arbitragem. O primeiro demitiu o Presidente da República Srpska (RS), Nikola Poplasen; o segundo retirou à RS o controlo da estratégica cidade de Brcko e decretou-a «distrito neutro».

A nova tragicomédia que se vive nos Balcãs é elucidativa da paz imposta pelos acordos de Dayton e vigiada nos últimos três anos por um impressionante força de 30 mil soldados da NATO, liderada pelos EUA, assessorada no plano político pelos organismos dirigidos por Carlos Westendorp e Roberts Owen.

Investido de plenos poderes no que à Bósnia diz respeito, Carlos Westendorp parece ter levado desta vez a sua prepotência longe de mais ao demitir Nikola Poplasen, um presidente eleito democraticamente há cerca de seis meses em eleições organizadas pela Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE). Westendorp classifica Poplasen de «radical» e os «sérvios radicais» de «mafiosos», pelo que se afirma disposto a travar «um braço de ferro» para os afastar do poder. Que para atingir tal objectivo seja necessário fazer

tábua rasa da vontade expressa livremente pelo eleitorado da RS não parece perturbar o Alto Representante.

Poplasen recusou aceitar a sua destituição. «Só sairei depois de um referendo através do qual possa ser expressa a vontade do povo», afirmou.

O mais caricato nisto tudo é que a demissão de Poplasen, acusado de bloquear a recondução do «moderado» Milorad Dodik no cargo de primeiro-ministro da RS, não levou ao aprofundar das divergências entre «radicais» e «moderados» como esperava Westendorp. Milorad Dodik demitiu-se em solidariedade com Poplasen, ficando o território sem Presidente e sem Governo. Logo de seguida, a decisão de Roberts Owen de retirar a cidade de Brcko do controlo da RS conseguiu o impensável: «radicais» e «moderados» juntaram-se no mesmo lado da barricada contra a arbitragem internacional.

Reunido de emergência no domingo, o Parlamento da República Srpska, com todos os deputados presentes, rejeitou por 62 votos contra 16 (dos deputados muçulmanos e croatas) a decisão de transformar Brcko num «distrito neutro» partilhado por sérvios (os actuais administrantes), muçulmanos e croatas. Por 57 votos a favor, 15 contra e seis abstenções, os deputados rejeitaram igualmente a destituição de Poplasen.

«A Assembleia Nacional considera a decisão do Alto Representante relativa à destituição do Presidente da República Srpska contrária à Constituição da RS, contrária às regras eleitorais e contrária aos resultados das eleições que foram validadas pela comunidade internacional e por isso rejeita-a», afirma a resolução aprovada na madrugada de segunda-feira.

O Parlamento exigiu ainda a suspensão da arbitragem em relação a Brcko e a realização de negociações a nível internacional. No ar ficou ainda a possibilidade de formação de um governo de unidade nacional e a transferência de todos os órgãos da RS para Brcko.

Entretanto, também o representante da RS na presidência colegial da Bósnia, Zivko Radisic, suspendeu a sua participação nos órgãos federais, o mesmo sucedendo com todos os deputados sérvios bósnios no Parlamento de Sarajevo.

Westendorp dixit

● «É um braço de ferro, mas vamos ganhar contra os radicais sérvios e retomaremos a colaboração com os moderados.»

● Poplasen «deve afastar-se; se não o fizer de sua livre vontade, serão as forças de segurança locais a fazê-lo e se estas não conseguirem, serão as tropas internacionais.»

● «Poplasen não agiu sozinho, mas sob as ordens» de Belgrado.

● [O presidente jugoslavo, Slobodan Milosevic] «tenta há algum tempo desestabilizar a Bósnia para distrair as atenções internacionais e reduzir a pressão que sofre no Kosovo.»

● «Se ele [o representante sérvio na presidência colegial federal da Bósnia, Zivko Radisic] e os seus amigos do Partido Socialista abandonarem as instituições federais, estarão a fazer o jogo dos radicais que tentam usurpar as suas funções.»

● «Os radicais sérvios são mafiosos que é preciso impedir de terem mais poder.»



Brcko Um jogo perigoso

A cidade de Brcko é provavelmente o único ponto de convergência entre os sérvios da Bósnia.

Na manta de retalhos resultante dos acordos de Dayton (ver quadro), Brcko ficou como o único corredor a ligar as duas partes da República Srpska (RS), o que lhe confere uma importância particular: é vital para a própria sobrevivência da RS.

Em Dayton, os negociadores perceberam que sem Brcko os sérvios da Bósnia não podiam aceitar o acordo que lhes era imposto, pelo que a cidade foi colocada sob o seu controlo. No entanto, porque muçulmanos e croatas também reclamam a cidade, e porque a mediação internacional não queria perder o controlo da situação, Brcko ficou sujeita a «arbitragem internacional».

O significado desse estranho estatuto tornou-se claro no final da semana passada quando Roberts Owen decidiu transformar a cidade em «distrito neutro», retirando o seu controlo aos sérvios bósnios. Croatas e muçulmanos aplaudiram, bem como a NATO e a generalidade dos países ocidentais. Os sérvios, vendo quebrada a continuidade territorial do país que lhes sobrou de Dayton, rejeitaram a uma só voz a prepotência.

Os resultados desta situação são imprevisíveis, tanto mais que as forças da NATO (Sfor) que permanecem no terreno, preparadas para aí permanecer sem prazo de retirada, tomaram de imediato posições para retaliar qualquer movimento de protesto.

Não é difícil perceber que tudo isto faz parte de um jogo mais complexo cujo alvo é a Federação Jugoslava. Especialistas na matéria não hesitaram em afirmar que a questão de Brcko foi inspirada pelos EUA no intuito de pressionarem Belgrado em relação ao Kosovo. Dito de outra forma, este seria mais um «recado» aos sérvios para que estes compreendam de uma vez por todas quem é que estabelece as regras do jogo.

Um jogo perigoso, este de acossar o adversário e deixá-lo num beco sem saída. O que é verdadeiramente dramático é que as chamadas democracias ocidentais parecem achar tudo isto muito natural.

Eleições em El Salvador Muita abstenção e pouca clareza

Francisco Flores, o candidato da Aliança Republicana Nacionalista (Arena), é o novo Presidente de El Salvador. As autoridades eleitorais do país deram-no como vencedor das eleições de domingo, com 51,99 por cento dos votos num escrutínio marcado por irregularidades de toda a espécie e em que a abstenção rondou os 70 por cento.

As eleições presidenciais foram pacíficas, mas o processo decorreu de forma tão pouco clara que Francisco Flores não escapa à suspeita de ter sido o candidato escolhido pelo regime e não pelo eleitorado.

Em que democracia se poderá considerar transparente um acto eleitoral em que os eleitores são agrupados por ordem alfabética e não por local de residência, com transportes insuficientes para os levarem até à «sua» secção de voto, onde tinham ainda de descobrir em longas listas qual a urna em que podiam votar, sobretudo tendo em conta a elevada taxa de analfabetismo do país (30 por cento, segundo os números oficiais)?

E que garantias de lisura dá um processo cujos cadernos eleitorais incluem como eleitores de pleno direito cerca de meio milhão de mortos e entre 300 mil a 400 mil salvadoreños residentes no estrangeiro (sem direito a voto), como reconheceu o próprio tribunal eleitoral?

Como saber, por outro lado, como se chegou ao total de 51,99 por cento dos votos atribuídos a Flores, quando as contas de analistas e políticos não lhe davam mais do que 49 por cento, o que exigia a realização de uma segunda volta?

Perguntas sem resposta e sem comentários dos paladinos da democracia.

Segundo os dados oficiais, o grande derrotado das eleições foi Facundo Guardado, candidato da coliga-

ção formada pela Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) e a União Social Cristã (USC), que não terá recolhido mais do que 29 por cento dos sufrágios.



Francisco Flores, o novo Presidente de El Salvador

Entretanto, na segunda-feira, o país recebeu Bill Clinton, em trânsito entre a Nicarágua e as Honduras, embora a visita oficial estivesse agendada para ontem, com um encontro com o Presidente cessante, Armando Calderón Sol, e discurso na Assembleia Legislativa. Com a seriedade que se lhe conhece, Clinton disse à chegada que os EUA e a América Central devem trabalhar juntos «para construir um futuro comum de liberdade, paz e prosperidade», e afirmou que os dois países partilham «os valores do trabalho, da família e da liberdade».

Calderón, por seu turno agradeceu as iniciativas de Clinton a favor «da liberdade, do desenvolvimento e da democracia» na América Central, garantindo que a região «se renova cada dia».

Junho, segundo anunciou recentemente o Presidente Nelson Mandela. A data, que marca o afastamento do dirigente histórico do Congresso Nacional Africano (ANC) da vida política activa, é também a da renovação dos nove parlamentos provinciais do país. Há cerca de cinco anos, nas primeiras eleições livres, o ANC recolheu 62,6 por cento dos votos; hoje continua a ser o maior partido e é visto como o mais provável vencedor, embora haja quem receie que a luta pela «sucessão» de Mandela possa provocar algumas divisões internas.

Descrédito da ONU

As políticas de desarmamento da ONU vão ser mais difíceis e perderam credibilidade depois do reconhecimento de que os EUA espionaram o Iraque através da missão encarregada de controlar o desarmamento iraquiano (Unscm), afirmou o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan. Um novo relatório divulgado há dias pelo «Washington Post» assegura que a Unscm estava infiltrada por espões norte-americanos, mas que os funcionários da missão desconheciam a sua existência e a manipulação de que eram alvo. Segundo o jornal, os espões colocaram, sem autorização, microfones, câmaras, antenas e outros dispositivos nos escritórios e no sistema de longo alcance da Unscm para interceptar a rede de comunicações do Iraque. «Não há dúvida de que estas acusações tornarão mais difíceis os processos de desarmamento e outros esforços futuros se os governos pensarem que tais coisas podem acontecer», disse Annan, que se demarcou da Unscm garantindo não ter tido conhecimento das acções de espionagem. O envolvimento da missão da ONU na espionagem continua por apurar.

Irão abre-se ao mundo

Muhammad Khatami chegou terça-feira a Itália na primeira visita ao estrangeiro de um Chefe de Estado iraniano desde a Revolução Islâmica de 1979. O representante de Teerão, que manteve encontros com os principais responsáveis do Governo italiano, encontra-se hoje com o Papa João Paulo II, no Vaticano.

A visita de Khatami à Europa é vista como uma abertura do regime iraniano à comunidade internacional e regista-se após a assinatura de um importante acordo petrolífero, da ordem dos 100 milhões de contos e em vigor desde o início do mês, entre o Irão, a ENI (italiana) e a ELF (francesa).

Um partido com passado voltado para o futuro

«**A**qui nos têm, de cabeça erguida, orgulhosos do nosso património de luta, confiantes e empenhados em conquistar um futuro melhor para o nosso povo», disse Carlos Carvalhas, no discurso que proferiu no comício comemorativo do 78.º aniversário do PCP que, no sábado passado, se realizou no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa.

Ao celebrarmos o aniversário do nosso Partido, celebramos também a luta corajosa, abnegada e generosa de muitos homens e mulheres que deram o melhor da sua vida à causa da liberdade e da democracia, à causa da justiça social e do socialismo.

Celebramos o papel incondicional na luta do povo português de um Partido, que esteve sempre na primeira linha de combate por direitos, garantias, transformações e avanços de civilização que hoje para muitos portugueses e para as novas gerações são tão naturais como o ar que se respira, mas que custaram muito trabalho, muita determinação e muitos sacrifícios.

E aqueles que mil vezes decretaram a nossa morte ou o nosso desaparecimento aqui nos têm, celebrando o 78.º aniversário do nosso Partido, de cabeça erguida, orgulhosos do nosso património de luta, confiantes e empenhados em conquistar um futuro melhor para o nosso povo.

Aqueles que mil vezes nos representaram negativamente através dos seus preconceitos e das suas caricaturas, aqui nos têm num efectivo processo de rejuvenescimento e renovação, voltados para a resolução dos problemas e para uma maior intervenção e ligação aos trabalhadores e ao povo.

Aqui nos têm conscientes das potencialidades e energias que temos e das dificuldades e dos problemas que queremos vencer, voltados para o futuro comemorando 78 anos de luta ao serviço do povo e do país.

Aqui nos têm a celebrar o aniversário do nosso Partido que ao longo da sua história soube sonhar, criar, organizar e lutar pela liberdade, pela democracia, pela transformação social, por uma vida melhor para os trabalhadores e trabalhadoras, por um Portugal de progresso e justiça, o Partido Comunista Português!

Alterar relação de forças

Este nosso comício comemorativo do 78.º aniversário do

nosso Partido realiza-se nas vésperas de importantes batalhas de cujo resultado depende muito o futuro do nosso país. Refira-se nomeadamente as batalhas eleitorais para o Parlamento Europeu e Assembleia da República.

Até às eleições, a AD e o PS vão encenar duas grandes posturas:

A primeira, de que há entre AD e PS grandes divergências;

A segunda, mostrarem-se muito preocupados com os problemas sociais.

São duas grandes encenações com grandes tiradas teatrais para "caçarem" os votos dos portugueses.

Mas qual é a realidade? Tirando as questões secundárias, durante estes três anos a grande acusação do PSD e do PP ao PS foi a de que o PS dialoga e não governa...

Por sua vez, o PS, negando tal acusação, gaba-se de ter privatizado mais e mais rapidamente do que o PSD, o que é na verdade um grande feito para quem se diz socialista. O PSD acusa também o PS de ter nomeado mais "boys" para o aparelho de Estado que os governos de Cavaco Silva, o PS diz que 10.000 é exagerado mas não nega que tenha nomeado largos milhares de boys. Passou-se dos empregos com cartão cor de laranja para os empregos com cartão rosa.

É caso para dizer: entre os dois procedimentos éticos venha o diabo e escolha.

Em relação às privatizações, aos benefícios fiscais dados ao capital financeiro, à moderação salarial, ou no quadro da União Europeia, em relação ao "Pacto de Estabilidade", aos critérios de Maastricht e à política neoliberal em geral, quais são as grandes diferenças entre o PSD e o PS?

Dir-me-ão: mas o PSD atacou o Grupo Sonae, de Belmiro de Azevedo. Certo.

Na disputa de mercados, de benesses, de favores do Estado é natural que umas vezes o PS esteja com certos grupos económicos e o PSD com outros.

Mas, quando a linha de separação de águas é entre o capital



e o trabalho, logo se sabe de que lado estão. Durante estes três anos nem o PSD, nem o PP, nem o PS, agora no Governo, apoiaram qualquer luta dos trabalhadores, qualquer reivindicação salarial ou qualquer greve.

Alguém os viu, por exemplo, a defender, ou a apoiar os trabalhadores da têxtil na luta pela redução do horário de trabalho para as 40 horas? Alguém os viu ao lado dos trabalhadores da Administração Pública na luta pelo aumento de vencimentos?

Nem aqui, apesar de ser o Estado a pagar, pois sabem que os aumentos na Função Pública servem de matriz para os aumentos no sector privado...

Alguém os ouviu a defender os sinistrados do trabalho contra os abusos das Seguradoras privadas? Alguém os ouviu a combater o trabalho precário, o trabalho clandestino ou mesmo o trabalho infantil?

Em relação à "separação de águas" há apenas uma força na Assembleia da República que dá voz a estas causas - o PCP, a CDU e as suas componentes.

E por isso dizemos aos portugueses e portuguesas, que está na sua mão contribuir para uma viragem à esquerda na política portuguesa, reforçando com o seu voto a CDU.

A principal questão que se coloca nestas eleições é a alteração da relação de forças entre o PCP e o PS.

Podemos dizer com verdade que o que de mais positivo se aprovou e o que de mais negativo se travou tem a marca da luta, da proposta, do projecto, do voto do PCP.

Muito mais se teria conseguido se tivéssemos mais força. (...)



Sempre com os trabalhadores e com o povo

O PCP, um Partido com uma história de 78 anos, Partido de resistência e de luta, Partido de construção e proposta, pode afirmar hoje, no limiar de um novo século, em novas condições e perante novas realidades, que continua e queremos que continue a ser o Partido das grandes causas sociais, com um ideal e um projecto de transformação e emancipação humana.

Pela sua natureza e ideologia, o PCP soube estar na primeira linha da defesa dos interesses e direitos da classe operária e dos trabalhadores, das justas reivindicações das camadas médias. Nunca regateou esforços e energias na luta e nas causas dos agricultores, dos estudantes, das mulheres, dos reformados e mais desfavorecidos, dos pequenos e médios empresários, dos criadores, culturais, da intelectualidade, intervindo a todos os níveis da sociedade.

É a vida que faz prova da afirmação. Quisemos e sobemos afirmar o nosso Partido, dando ânimo, solidariedade e confiança aos trabalhadores e ao movimento sindical em momentos decisivos, para travar e adiar o pacote laboral do Governo.

Protagonizado por homens e mulheres concretos que incorporam o nosso grande colectivo partidário, estivemos à frente da luta contra os despedimentos, fosse ali nos Cabos d'Ávila ou na Renault, na luta contra as privatizações e a retirada de direitos, fosse na EDP, nas comunicações, nas cimenteiras ou no sector dos transportes ferroviários, aéreos, nos portuários, na luta por melhores salários e melhores direitos, fosse na Petrolgal ou na Auto-Europa, na Administração Central ou Local, na metalurgia e química, na construção civil, na têxtil, nas indústrias eléctricas ou nos estabelecimentos fabris das forças armadas. Mas também marcámos presença e proposta nas lutas mais justas dos agricultores, dos pescadores, no protesto público e na reivindicação estudantil, na manifestação dos reformados, na denúncia e na iniciativa das mulheres pela igualdade e contra as discriminações, na divulgação das reivindicações e das propostas de pequenos e médios comerciantes e industriais.

Pela dignidade dos reformados

Na verdade, ainda no passado sábado centenas de reformados desfilarão entre a Praça do Comércio e a Praça da Figueira, reivindicando melhores condições de vida e melhor segurança social, sublinhando que 1,8 milhão de reformados têm pensões inferiores a 32 mil escudos e que 39% das famílias portuguesas vivem abaixo do nível de subsistência, sendo os reformados, pensionistas e idosos os mais atingidos.

Daqui queremos saudar todos os reformados e dizer-lhes que podem continuar a contar com o PCP em defesa das suas justas reivindicações, sem demagogias e sem criar falsas expectativas, como outros despuadoradamente o têm feito, jogando com as suas fragilidades.

Por isso, queremos desta tribuna desafiar o governo para que concretize em Abril a segunda fase do aumento extraordinário dos reformados abrangendo os que ficaram excluídos. Seria uma boa notícia, uma medida justa e também uma boa forma de se assinalar o 25.º aniversário do 25 de Abril.

O governo está comprometido a avançar com a segunda fase do aumento extraordinário.

O nosso desafio é que o faça já em Abril, que se deixe de "eleitoralices" e não espere pela véspera das eleições.

Não nos venha dizer que não pode ser em Abril, que são precisos mais quatro ou cinco meses para angariar os meios necessários, pois o governo sabe que isso é falso.

Há condições para se avançar em Abril com o aumento extraordinário de pensões e reformas e de uma forma mais generalizada.

Aqui fica o desafio dirigido ao Primeiro-Ministro e ao ministro da Solidariedade Social.

Os reformados e o 25 de Abril merecem-no.

Estivemos com a JCP nas lutas e apoiámos as reivindicações juvenis. Apoiámos as lutas dos estudantes por melhor ensino, por uma lei de financiamento do superior, pelas saídas profissionais.

E neste ano em que a JCP realiza o seu Congresso daqui lhe queremos dirigir uma saudação muito especial certos de que lhes não faltará nem o ânimo, nem a determinação em prosseguir a luta com a juventude por um futuro melhor.

Contra o pacote laboral

Se nessas lutas, se nas lutas sindicais, das comissões de trabalhadores e das empresas, a comunicação social fizesse uma legenda, acres-

centando a identificação partidária ao nome dos dirigentes e aos que mais se destacam na luta, os trabalhadores e o povo português teria a verdadeira dimensão, da combatividade e do valor deste Partido.

E que outro Partido é capaz de ser assim na luta concreta e quotidiana no terreno e, simultaneamente nas instituições, no Parlamento Europeu, na Assembleia da República, nas Autarquias; capaz de assumir essa acção e esse combate, acolher aspirações e fazer propostas?

É com base nestas características ímpares nesta ligação dialéctica e complementar da acção de massas e da acção institucional, enquadrada na nossa acção política geral, que o nosso Partido pode corresponder aos desafios e às batalhas que se nos colocam neste ano de 99.

Face ao perigo mais próximo do pacote laboral que o governo do PS agendou na Assembleia da República para Março e Abril, coloca-se ao nosso Partido a tarefa de esclarecer, alertar e mobilizar os trabalhadores face à gravidade das propostas legislativas.

É daqui apelamos a todos os militantes, amigos do Partido, a todos os democratas, para corresponderem à convocação da CGTP-IN, a grande central sindical dos trabalhadores portugueses, que daqui queremos saudar, para que correspondam à convocação da CGTP, participando na grande manifestação nacional de 25 de Março, que expressem inequivocamente a exigência da retirada deste grave pacote laboral, que exijam do Governo e do PS que não se transforme a próxima geração de trabalhadores num exército de mão-de-obra precarizada, com emprego parcial, com menos segurança social, com menos férias e subsídio de férias. Que expressem e demonstrem, no 25.º aniversário da revolução libertadora do 25 de Abril, onde se reconquistou a liberdade e se conquistaram direitos fundamentais dos trabalhadores, a validade e actualidade desses direitos como factor de progresso e avanço da civilização humana.

A necessidade do reforço da CDU

Com a consciência que será a luta dos trabalhadores a determinar os resultados e os desfechos legislativos, certos que os trabalhadores mais uma vez contarão com o PCP, há que dizer que o Governo e o PS não mudarão de rumo nem de política, que persistirão agora ou mais à frente, com este ou com outro pacote laboral, se os trabalhadores virem no PCP tão-só a força política que melhor luta e melhor combate pelos seus interesses e que melhores propostas apresenta.

É importante e honroso que os trabalhadores pensem nisso. Mas é insuficiente.

Os trabalhadores e os portugueses precisam de um PCP mais influente, com mais força política e eleitoral, capaz de travar com eles todas as lutas; mas também de um PCP com força bastante para alcançar um rumo diferente para o país,

uma viragem à esquerda na política nacional.

Neste virar do século em que as forças produtivas registam um grande desenvolvimento, em que as conquistas científicas e técnicas são marcantes, a humanidade continua sem resolver os problemas da fome, das chagas sociais mais chocantes, do desemprego massivo a que são condenados milhões e milhões de homens e mulheres.

A fantástica concentração de riqueza e as gigantescas fúsbes e concentrações são acompanhadas de grandes ofensivas no sentido da precarização do emprego e da liquidação de direitos conquistados com sacrifícios sem conta por gerações de trabalhadores.

Os dogmas do neoliberalismo e as exigências dos mercados financeiros são apresentados como a última verdade a quem os

povos e as nações se devem submeter.

É nesta lógica que hoje cerca de metade da economia mundial se encontra numa profunda crise, com uma brutal diminuição do nível de vida e em que a outra metade está suspensa pelo que pode vir a suceder se rebeatar a imensa bolha especulativa de Wall Street.

É um absurdo que a dois passos do próximo milénio a vida de milhões de seres humanos esteja dependente dos caprichos e dos egoísmos do capital financeiro e da roleta da especulação bolsista.

Nós continuamos a pensar que a caminho do século XXI o homem não está condenado a tais ameaças e regressões sociais.

A luta pela transformação social e pela emancipação humana nos espaços nacionais e a nível internacional em convergência e

complementaridade de esforços das diversas forças comunistas e progressistas é mais necessário que nunca.

Mais necessário do que nunca também para dar combate aos projectos e golpes que procuram pelos mais diversos meios limitar e desfigurar a democracia e expropriar a soberania popular atribuindo aos mercados e ao capital financeiro a tutela sobre os povos, os trabalhadores e as decisões nacionais.

Seguros do papel que desempenhamos, sem triunfalismos ou arrogâncias, este Partido - Partido Comunista Português - saberá honrar os seus compromissos com o povo e os seus deveres internacionalistas e tudo fará para dar mais força à dimensão humanista e revolucionária dos ideais do comunismo e às grandes causas da justiça social, da liberdade, da democracia e do socialismo.

78.º Aniversário do PCP



Um novo rumo para a construção europeia

As eleições para o Parlamento Europeu já estão na ordem do dia. As nossas posições são claras.

Nós não temos uma visão abstracta ou idílica da Europa.

Há a "Europa" que tem as suas raízes em factos históricos como os da inquisição, do colonialismo e o do neocolonialismo, do nazi-fascismo, do anti-semitismo e do holocausto, ou nas do nacionalismo serôdio, no racismo e na xenofobia.

E há a Europa das luzes, do humanismo, dos sindicatos, das conquistas sociais, do movimento operário, da Revolução francesa e da Revolução de Outubro. É nesta Europa que nos situamos e é por isso que queremos um outro rumo para a construção europeia.

Uma União Europeia, que realize o princípio da "coesão económica e social" e o pleno emprego e não a "União Europeia" dos milhões de pobres e desempregados.

Uma União Europeia, com uma grande dimensão social e ambiental, respeitadora dos interesses tanto dos pequenos como dos grandes países, que não dilua o nosso país como se fosse uma região sem rosto numa Europa comandada por um directorio de grandes potências, como defendem os federalistas.

Uma União Europeia mais democrática com as decisões mais próximas dos cidadãos.

Não deixa de ser curioso que muitos dos que ontem nos criticavam e afirmavam que éramos alarmistas, são hoje os primeiros a dizer que a Agenda 2000 tal como foi proposta prejudica enormemente o nosso país, que o Pacto de Estabilidade tem que ser flexibilizado, que a reforma da PAC não tem em conta a especificidade da agricultura portuguesa e que mais importante que a convergência nominal é a convergência real das economias.

Nós não podemos consentir que se continue a arruinar a nossa agricultura e as nossas pescas e importantes sectores da nossa indústria. Num país com uma produção tão insuficiente é uma afronta ver pagar-se para abater barcos de pesca; pagar-se para se ter campos abandonados; enterar fruta que falta em casa de tantas famílias.

Por isso, nós exigimos firmeza nas negociações em curso e não palmadinhas nas costas e sorrisos balofos.

A defesa dos interesses nacionais e de um novo rumo para a construção europeia exige empenho, luta e convergência da acção com outras forças comunistas, progressistas e ecologistas. **Também por isso, valorizamos o "Apelo Comum", assinado por vários partidos progressistas e comunistas europeus, dirigido aos povos da Europa para que nestas eleições europeias reforcem aqueles que lhes dão voz.**

A nossa lista para o Parlamento Europeu é composta por homens e mulheres com provas dadas, tem como cabeça de lista a camarada Ilda Figueiredo e terá uma significativa percentagem de mulheres.

Damos assim um forte sinal a que nos tínhamos comprometido. Também contamos na lista, como sabem, com o camarada José Saramago e com destacados cidadãos da cultura, do movimento sindical e do mundo do trabalho.

PCP apoia luta das mulheres

Com a forte presença feminina queremos também expressar o valor que damos à participação da mulher em igualdade.

E em relação a estas questões, não por simples tradição mas antes de acordo com a nossa orientação e luta de muitos anos, que-

remos também da tribuna deste nosso comício saudar o Dia Internacional da Mulher, símbolo maior de uma longa caminhada das mulheres pela conquista, defesa e afirmação dos seus direitos, símbolo maior de um dos grandes combates civilizacionais que atravessaram este século e que entrará no século XXI para novos avanços contra preconceitos e discriminações, contra constrangimentos e condicionantes sociais, económicas, políticas e culturais que ainda hoje tanto prejudicam o pleno reconhecimento e a concretização na vida de justíssimas aspirações de igualdade e emancipação.

Se outras razões não houvesse, o debate e a votação antontem realizados na Assembleia da República sobre a proposta de lei do Governo de imposição por lei de quotas obrigatórias de participação feminina nas listas eleitorais para a AR e o PE justificam que também aqui voltemos a abordar esta matéria, insistindo em alguns pontos fundamentais para a compreensão da posição que o PCP assumiu e que o PS procura desonestamente caricaturar e falsificar.

Desde logo, um primeiro ponto que deve ficar claro é que compreendemos e respeitamos que em torno desta questão, que comporta uma inegável complexidade, haja posições diversas e, por isso, queremos afirmar que não vemos nenhum drama nesse facto e também que ele não justifica qualquer crispação.

Um segundo ponto é para denunciar a manobra hipócrita que os dirigentes do PS continuam a desenvolver e que consiste em um

Não. Bem pelo contrário, a anos-luz destas posições resignadas para não dizer conservadoras e rotineiras, o PCP sublinhou com força que, sem prejuízo da imperiosa necessidade de se enfrentar com audácia os problemas de fundo que pesam sobre esta questão, era justo e, mais do que justo, era indispensável que as forças políticas se empenhassem voluntariamente em assegurar uma maior participação feminina nas suas listas e nos órgãos de poder, assim dando um sinal e um testemunho que, não resolvendo todos os problemas, serão sem dúvida um estímulo para as mudanças maiores que são necessárias.

Com a autoridade e a credibilidade de sermos o Partido que, como é reconhecido, tem feito um maior esforço e apresenta melhores indicadores de participação feminina, do que discordámos foi da opção de se querer resolver por via de uma imposição legal aquilo que a nosso ver, devia e deve ser um compromisso livre e responsabilmente assumido pelos partidos. Do que discordámos foi de uma proposta que, mesmo na lógica dos defensores das quotas impostas por lei, teria então de sofrer a crítica de apenas se preocupar com o universo de 230 eleitos da AR e de 25 do PE, deixando estranhamente de fora o universo dos 40.000 eleitos do poder local e os milhares de cargos de nomeação governamental. Do que discordámos foi da desprestigiante situação em que cairiam partidos que dessem o espectáculo de, só por imposição legal e sob a ameaça de não poderem concorrer às eleições, conseguirem fazer o que até aqui não quiseram ou não conseguiram fazer voluntariamente.

E foi por tudo isto que dissemos e mantemos, que nos parecia ser melhor caminho — aliás percorrido com êxito em muitos países — o da auto-regulação e livre decisão dos partidos. E, por isso, pela nossa parte assumimos o compromisso público de, nas próximas eleições, reforçar a participação feminina nas nossas listas em grau superior aos 25% propostos pela proposta de lei do Governo e, ao mesmo tempo, desafiamos os outros partidos a assumirem idênticos compromissos, sendo sabido que o PS foi o único partido que o não quis.

Mas, além de tudo isto, dissemos algo mais que nos parece muito importante mas que algumas pessoas parecem não achar nada interessante. Dissemos que, para melhor garantia de que os partidos respeitassem os compromissos assumidos, era indispensável que os cidadãos e os eleitores passassem a integrar na sua avaliação dos partidos o maior ou menor grau de empenho que cada um colocar no reforço da participação feminina e que, na hora de votar, ajustassem contas com os que não cumprem e premiassem eleitoralmente os que cumprem.

Verá pouco quem pensar que este nosso apelo aos eleitores é apenas uma habilidade política. Porque este nosso apelo é, do ponto de vista democrático, de uma riqueza e de um valor infinitamente superiores à da mera imposição administrativa de uma lei. **Porque, para este tema — como, aliás, é necessário para muitos outros, estamos assim a convocar a responsabilidade directa dos cidadãos e a valorizar o papel da sua opinião e da sua vontade, porque estamos a sublinhar que é nas escolhas eleitorais que fizerem que está um poderoso instrumento para castigar o que está mal e apoiar o que está bem ou quem se porta melhor.**

Uma coisa é certa: pela nossa parte, estamos muito determinados e confiantes em que, no momento da apresentação de candidatos da CDU às eleições deste ano, os portugueses possam ter mais uma prova da sinceridade, da seriedade e do sentido da responsabilidade com que encaramos o reforço necessário e indispensável da participação das mulheres na vida política nacional.



Partido como o PS, que tem 12,5% de mulheres na Assembleia da República, pretender dar lições sobre participação política das mulheres ao PCP e ao PEV que, em conjunto, têm na Assembleia da República, 26,7% de deputadas. Sinceramente, era só o que faltava que os alunos mais cábulas viessem armar em catadráticos!

Um terceiro ponto é para afirmar que não haveria nada mais falso e redutor do que dizer secamente que o PCP esteve contra a lei das quotas do PS e ponto final parágrafo.

Com efeito, o PCP não se limitou a dizer não à proposta do Governo porque pensa e disse muitíssimo mais.

Que ninguém queira tapar o sol com uma peneira: o PCP não alinhou por nenhuma atitude do género «está tudo bem como está», do género «não há nenhum preconceito contra as mulheres», do género «não há nada a fazer» a não ser esperar pela espontânea evolução das mentalidades ou pela superação dos factores socioeconómicos que inegavelmente também tem dificultado uma maior participação das mulheres na vida política.

«Com um PCP mais forte não haveria pacote laboral»

Entrevista com Jerónimo de Sousa

Em vésperas de começar uma campanha do Partido contra as graves alterações legislativas que o Governo PS quer ver aprovadas e num momento em que os trabalhadores e o movimento sindical unitário preparam a grande acção nacional de 25 de Março, Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP, defende que há mais condições hoje para travar o *pacote* laboral e salienta que só o reforço da votação nos comunistas e na CDU pode garantir uma mudança de política, no sentido mais favorável aos trabalhadores.

«Avante!»: Desde que surgem as primeiras referências a novas alterações à legislação laboral, ficou claro que não se trataria de um *pacote* laboral como os dos governos PSD. Mas, apesar das dificuldades que se colocavam no esclarecimento e na oposição a tais projectos, o Governo teve que recuar, tanto no calendário, como no processo legislativo. Houve algum recuo também no conteúdo das propostas de lei?

Jerónimo de Sousa: O primeiro recuo do Governo data, na realidade, de 1996, aquando da luta notável dos trabalhadores têxteis pelas 40 horas. Nessa altura, foi aprovado o Acordo de Concertação Estratégica, que deveria ter resultado logo em medidas legislativas. Mas não houve condições políticas nem sociais para o Governo avançar.

Decidiu, depois, avançar em 1998, escolhendo o tempo de férias e procurando de uma forma ilegítima impedir que a AR promovesse a discussão pública, querendo substituí-la por uma falsa discussão, com a publicação no Boletim do Trabalho e do Emprego e a aprovação de algumas peças legislativas em reuniões do Conselho de Ministros.

Mais uma vez teve que recuar, devido particularmente à luta da CGTP que, mesmo em período de férias, desenvolveu grandes acções de denúncia e protesto contra os objectivos do Governo.

Não é excessivo sublinhar o importante papel desempenhado pelo nosso Partido, no alerta e na mobilização dos trabalhadores, definindo a existência de um *pacote* laboral disfarçado em cerca de 30 propostas legislativas, que visava a alteração profunda da correlação de forças nas empresas, que já é bastante desfavorável aos trabalhadores.

Mal reabriu a actividade parlamentar, em Setembro, novamente o Governo tomou a iniciativa, desta vez canalizando as suas propostas para a AR. Logo na primeira reunião da conferência de líderes, o ministro dos Assuntos Parlamentares expressou a vontade do Governo de ver aprovada até 15 de Dezembro, pelo menos, a lei sobre o trabalho a tempo parcial.

Surge prontamente uma nova resposta da CGTP, do movimento sindical, dos trabalhadores, com acções muito diversificadas no País. De novo, o Partido tem um papel importante, levando a cabo uma campanha nacional de contactos com os trabalhadores, que permitiu uma maior clarificação do que estava em causa. Para isso contribuiu ainda a própria discussão pública promovida pela AR em torno das propostas de lei, designadamente do trabalho a tempo parcial - que, convém lembrar, suscitou uma das maiores participações de organizações e plenários de trabalhadores, com cerca de 1500 pareceres.

Este pujante movimento dos trabalhadores teve reflexos na AR, e mais uma vez o *pacote* voltou a ser adiado *sine die*. Surpreendentemente, já entrado o ano de 1999, durante o qual vão decorrer dois processos eleitorais, o Governo decide agendar para Março e para início de Abril aquilo que consideramos como as peças mais gravosas do *pacote* laboral.

A resistência levou o Governo a fazer algumas alterações no conteúdo das suas propostas?

Em relação à peça que consideramos mais grave, a do trabalho a tempo parcial, a proposta que se encontra na AR está tal qual a que saiu da sede da Concertação Social, subscrita pela UGT, o patronato e o Governo.

A proposta de lei sobre as férias foi aliviada de três aspectos mais escandalosos e mais chocantes, mas não lhe foi retirado o sentido principal, que é submeter à assiduidade o direito a férias, mantendo a injusta penalização de alguns milhares de trabalhadores e trabalhadoras que são forçados a faltar, por doença, acidente ou assistência a familiares.

Mantém-se a alteração do conceito de retribuição, reduzindo o salário e excluindo as remunerações variáveis, o que se vai reflectir nos subsídios de férias e de Natal e na própria formação das pensões de reforma.

Continua a ser apontada uma redução do período em que o trabalho é considerado nocturno e em que os trabalhadores recebem o respectivo subsídio.

Pelo caminho só ficou a alteração da lei dos contratos a prazo.

Tem uma importância simbólica - e também definidora da natureza da política deste Governo - a proposta que visa conceder às associações patronais o direito de participarem na elaboração de legislação do trabalho. Esta alteração afronta a própria Constituição, que não tem uma visão salomónica acerca dos direitos dos trabalhadores e das entidades patronais. Na Constituição está feita uma opção pela parte mais frágil e mais desprotegida, o trabalhador, procurando compensar o desequilíbrio devido ao grande poder patronal. Mas esta opção que os constituintes fizeram está a ser defraudada por uma proposta de lei que quer pôr os patrões no mesmo pé de igualdade que os trabalhadores.

Todos os projectos legislativos se interligam numa visão desregulamentadora, numa visão de desvalorização da contratação colectiva, num atentado grave ao direito ao trabalho e à segurança no emprego, na tentativa de restringir e limitar direitos que são património dos trabalhadores e estão há muito consagrados em lei.

Mas isto não é fácil de descodificar. As cinco ou seis peças de conteúdo mais grave são cobertas por uma panóplia de mais 25 propostas, algumas das quais até têm um conteúdo positivo. E aqui está a grande contradição: o Governo propõe o aumento das sanções a aplicar às entidades patronais que não respeitem os direitos dos trabalhadores, quando simultaneamente estes direitos estão a ser retirados e violentados por via de lei.

Quer a lei das férias quer a do trabalho a tempo parcial, estão apontadas contra os futuros trabalhadores, e não contra aqueles que hoje estão no mercado de trabalho. Isto também dificulta a luta?

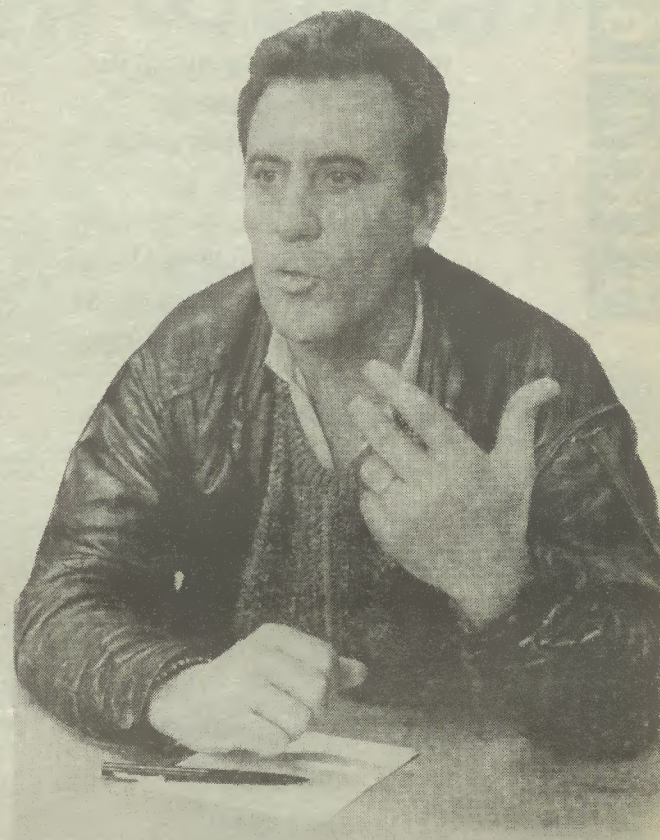
Numa leitura global dessas e das outras alterações mais graves que são propostas, pode dizer-se que este Governo quer criar condições para o surgimento de uma nova geração de trabalhadores sem direitos. Um dos argumentos da UGT e do seu secretário-geral, para tentar neutralizar a luta dos trabalhadores actuais, é dizer que o novo regime seria só para os que viessem depois.

Isto é verdade, mas não é a verdade toda. Por um lado, sabemos bem o que pode significar «por vontade e iniciativa do trabalhador», designadamente nas empresas onde a pressão patronal é permanente. Mas há também a possibilidade de pôr as alterações a vigorar, «através de convenção colectiva», o que logo nos traz à memória o triste papel que neste campo tem sido desempenhado pelas organizações filiadas na UGT, que abdicam, na mesa de negociações, de direitos actualmente consagrados na contratação colectiva.

Mesmo que fosse só para os jovens futuros trabalhadores, esta perspectiva mereceria a luta de quem conquistou esses direitos, mais que não fosse por uma questão de solidariedade geracional. Sendo verdade que este *pacote* laboral se destina prioritariamente aos mais jovens, ele iria atingir inevitavelmente as mulheres e acabaria por afectar todos os trabalhadores.

Com tão graves ameaças, nota-se que esteja a alargar-se o leque dos que se opõem a este *pacote* laboral?

Esta luta não é nada fácil. Nós temos consciência da gravidade destas propostas e procuramos alertar e esclarecer os trabalhadores. Mas defrontamo-nos com os efeitos da política mediá-



tica, com a força da notícia veiculada pelos grandes meios de comunicação social.

Por exemplo, sabemos que a modificação da lei das férias poderia levar a que um trabalhador tivesse apenas 10 dias de férias e de subsídio de férias. Mas o que ficou no ouvido de milhões de portugueses foi a notícia de que o Governo ia dar mais 2 dias de férias. Houve um silêncio absoluto, por outro lado, quanto ao trabalho a tempo parcial e ao conceito de retribuição...

Travamos um combate desigual.

Mas essa desigualdade não é de agora e não evitou que o Governo tivesse que recuar noutras ocasiões. Hoje há mais ou menos possibilidades reais de deter esta ofensiva?

Hoje há melhores condições para travar a luta contra este *pacote* laboral. Houve mais esclarecimento e mais consciencialização dos principais destinatários das medidas legislativas, que são os trabalhadores. Houve sectores e personalidades que reagiram aos perigos do *pacote* laboral, designadamente, sectores da Igreja católica e personalidades, como José Saramago e outros intelectuais, que foram capazes de perceber que não se trata apenas de um conflito laboral, mas de uma questão que tem a ver com o progresso e os avanços da própria civilização humana, de que os direitos dos trabalhadores são parte integrante. O próprio Partido, pela sua influência social, conseguiu também alargar o esclarecimento e a mobilização. É este o objectivo da campanha que vamos levar a cabo nesta segunda quinzena de Março. Mas vamos também defender a necessidade de reforçar o PCP para que os trabalhadores vejam respeitados os seus direitos, que o PCP precisa ter mais voz e mais força na AR e no PE, para conseguir que sejam aprovadas mais propostas positivas e que sejam evitadas mais propostas negativas para quem trabalha. Vamos dizer que o Partido merece mais apoio dos trabalhadores.

Em muitas empresas, em sindicatos e comissões de trabalhadores, muitos homens e mulheres que votaram no PS - e estavam de certa forma neutralizados para a luta pela sua opção de voto - aperceberam-se da gravidade das propostas legislativas e estão dispostos a combatê-las.

Creio que só assim se entende esta decisão da CGTP de realizar a 25 de Março uma grande manifestação nacional «Por Abril, pelos direitos dos trabalhadores, contra o *pacote* laboral» e que será, provavelmente, a maior acção de massas da CGTP, à excepção do 1.º de Maio. A dimensão deste protesto, com a forte participação dos trabalhadores, poderá determinar ainda os desfechos legislativos, designadamente os agendamentos que o Governo quer para os primeiros dias de Abril.

Mais tarde, com o aumento de votos e de deputados do PCP, estaremos a criar condições para mudar de rumo na política nacional e para impedir que este ou outros *pacotes* laborais sejam aprovados.



EM FOCO

A VII Legislatura (2.ª parte)

T R I B U N A

Com a descrição e a reflexão feitas na primeira parte deste artigo (ver *Avante!* de 11 de Fevereiro passado), sobre os primeiros seis meses da VII Legislatura, mostrou-se como foram sendo feitas diversas opções, que conduziram o Governo PS a uma convergência com o PP de Manuel Monteiro. Foi com essa aliança de facto que o Governo PS obteve a aprovação do seu primeiro orçamento (para 1996) e garantiu a sua sobrevivência política.



■ João Amaral

Aquelas opções radicavam nos traços essenciais da política anunciada logo no programa do Governo por António Guterres, no plano económico e financeiro e no plano europeu. O PS elegia como grande objectivo o cumprimento dos critérios de Maastricht para adesão à moeda única. Por outro lado, anunciava-se desde o início o prosse-

guimento e aceleração do processo de privatizações.

Para o PCP, estas opções representavam, além do seu próprio demérito, o abandono das promessas de mudança de política feitas na campanha eleitoral pelo PS. E não só: implicando aparentemente uma política orçamental restritiva e a contenção do processo de crescimento, essas opções deveriam ter fortes repercussões nas políticas sociais e de desenvolvimento, com graves custos para o país e para os portugueses.

E assim, apesar de algumas convergências pontuais em torno de algumas iniciativas legislativas, o PCP, reconhecendo não ser oposição sistemática, posicionou-se claramente como oposição, mais concretamente como oposição de esquerda.

A questão que importa enfrentar é simples, resume-se numa pergunta: podia ter sido de forma diferente?

Evidentemente que este "ser de forma diferente" implicaria da parte do Governo alterações significativas dos seus objectivos de política económica e financeira, e da sua política europeia.

Na altura, nada podia garantir que a adopção pelo Governo desses objectivos

não contivesse graves consequências sociais e económicas. Ninguém podia prever (nem o Governo!) que se afirmasse uma expansão económica europeia, com repercussões positivas nos índices de crescimento. Não era possível prever o efeito da descida das taxas de juro, particularmente sobre o mercado da habitação e de consumo. Não estava contabilizado o efeito sobre o PIB da construção da EXPO'98.

Mas, mesmo que fosse possível prever estes e outros factos, que permitiram que se vivesse à margem de uma ruptura social que noutras circunstâncias seria mais que provável, mesmo assim a política de convergências do Governo PS dificilmente poderia ser diferente, e dificilmente a posição do PCP, de oposição de esquerda, se poderia ter modificado. Pela simples razão de que o Governo não queria modificar os seus objectivos essenciais de política económica, pelo contrário, queria fazer deles uma marca identificadora e para isso precisava de ter o apoio da direita. Precisava de "isolar" o PCP.

Basta ver o que se passou a seguir à aprovação do Orçamento para 1996,

entre Março e Julho de 1996. Basta analisar três traços característicos do comportamento do PS para com o PCP.

Primeiro traço: em relação a algumas reformas de fundo, que constituíam repetidas propostas do PCP, o PS rejeitou os projectos comunistas para aprovar os seus próprios projectos, orgulhosamente só. Assim sucedeu com o rendimento mínimo garantido e com o pré-escolar. Com esse comportamento, o PS não conseguiu retirar um milímetro ao mérito da acção e iniciativa do PCP. Mas deu um péssimo sinal acerca do que pretendia que fosse o seu relacionamento com o PCP.

Segundo traço: o PS dá prioridade a iniciativas que sabe à partida que contam com a clara oposição do PCP. Foi assim com a lei dos horários "flexíveis". Foi assim com o anúncio do agravamento da penalização dos cortes de estrada. Na situação inversa, de votação de um projecto do PCP, o PS obtém o mesmo efeito com a rejeição do projecto do PCP para reposição da idade de reforma das mulheres aos 62 anos. Também aqui privilegia a "provocação" ao PCP e aos seus valores, neste caso com a despudorada negação das posições que o próprio PS tinha assumido na legislatura anterior.

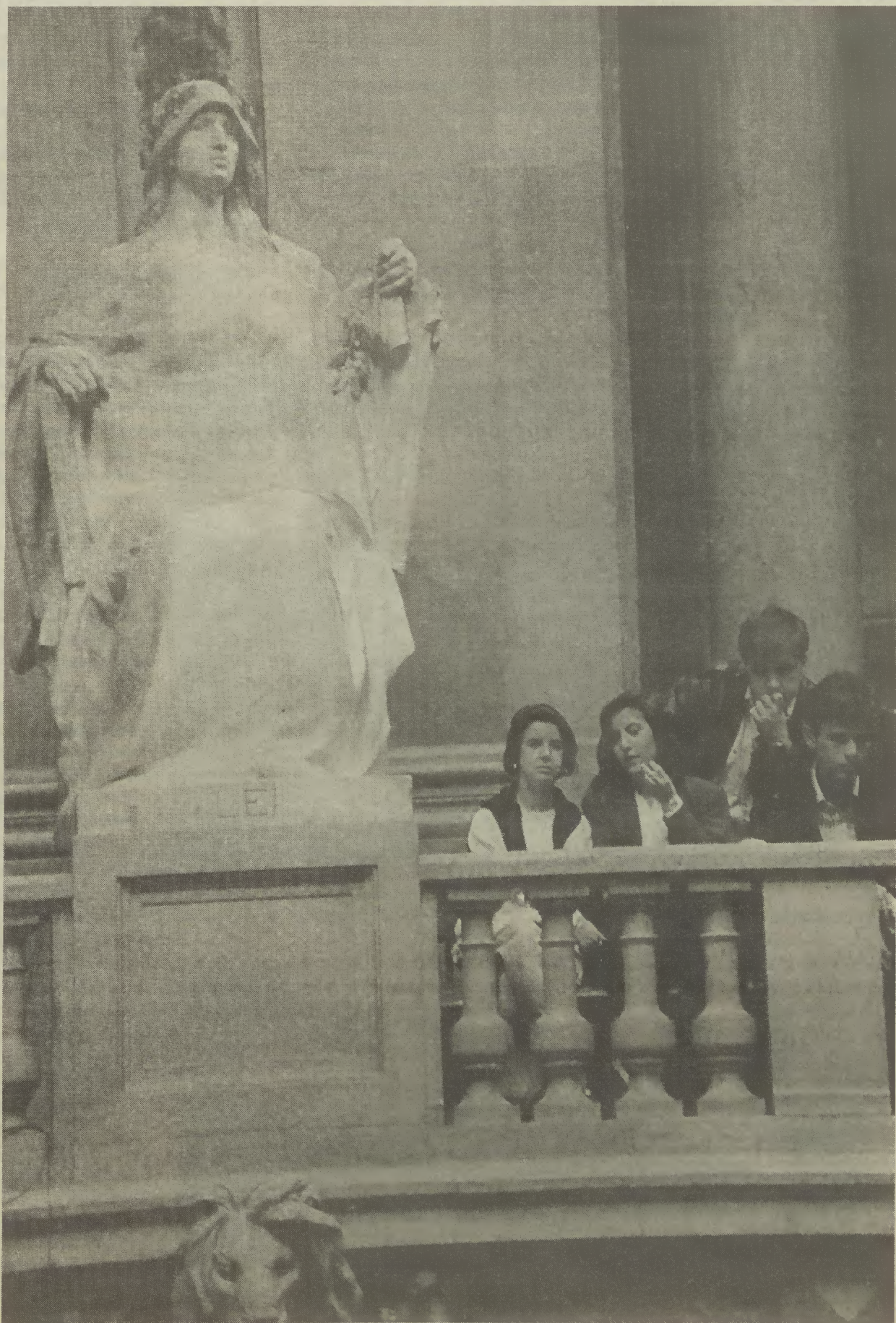
Terceiro traço: a busca de entendimento com a direita em matérias de grande repercussão política, em que existia convergência entre PCP e PS.

O paradigma é o caso da regionalização. A regionalização tinha sido possível, no quadro constitucionalmente então vigente com os votos do PCP e do PS. O PS recuou, perante a chantagem do PSD. Recuou, com a ajuda do PP, aceitando o referendo e remetendo a regionalização para o fim do processo de revisão. Mas, é bom frizá-lo, o PS não quis o referendo por o achar necessário (e muito menos por admitir na altura vir a perdê-lo!). Não: o PS recuou para ficar com pontes para a direita e para não ter de votar em aliança com o PCP uma lei estruturante.

Assim, nos cinco meses entre Março e Julho de 1996, o PS solidificou a sua opção pelo apoio da direita. Não é possível nenhuma encenação em que o PS seja vítima da "intransigência" do PCP. Foi o PS que escolheu o caminho, e tudo fez para o percorrer, contra o PCP.

Claro que neste período não deixou de haver convergências pontuais com o PCP, designadamente em matérias em que o PCP tomou iniciativa. Assim sucedeu por exemplo com a importante lei sobre a floresta, com a revisão do Plano de Erradicação de Barracas, com uma lei com o alcance da tutela administrativa, ou com a regularização extraordinária da situação dos imigrantes. São exemplos do que poderia ter sido diferente, se outra fosse a vontade do PS. Mesmo o rendimento mínimo só foi possível porque, apesar da rejeição pelo PS do nosso projecto, o PCP não se deixou cegar e pensou nos interesses dos excluídos, e por isso deu o seu voto para que o rendimento mínimo pudesse existir.

A partir de Julho de 1996, iam começar os piores anos, as convergências estruturantes com o PSD. Seria então possível terem as coisas corrido de outra forma? Valerá a pena fazer essa análise, numa terceira parte deste artigo.



(Continua)

Tribunal deu mais seis meses Casa Hipólito é viável mas o Governo mantém «frieza»

Na assembleia de credores da passada sexta-feira, o Tribunal de Torres Vedras concedeu mais seis meses aos credores para que sejam encontradas formas de viabilização da Casa Hipólito. Para já, foi evitada a falência, mas este triste desfecho estará apenas adiado se o Governo não demonstrar empenhamento em permitir uma solução.

Na antevéspera da assembleia de credores, o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa e a Comissão de Trabalhadores da Casa Hipólito acusaram o Governo de nada ter feito para salvar a empresa e o seu património, deixando cair no desemprego centenas de trabalhadores, e até de, mais recentemente, estar a colocar entraves à concretização de uma proposta de viabilização.

Salientando o drama das «centenas de famílias ameaçadas de ficarem sem sustento», os representantes dos trabalhadores afirmam que «os representantes do Governo conhecem esta situação, mas assumem uma posição de frieza que assusta».



Apesar das dificuldades vividas pela empresa nos últimos anos, a Casa Hipólito continua a ter mercado, nacional e internacional, tem um valioso património e tem investidores interessados na sua viabilização, salientam os representantes dos trabalhadores

Anos negros num século de ouro

Com um século de actividade, a Casa Hipólito tem desempenhado um papel «fundamental no desenvolvimento da região de Torres Vedras» e são reconhecidas, no plano nacional e internacional, «a qualidade dos seus produtos e a capacidade profissional dos trabalhadores», salienta o documento distribuído na conferência de imprensa de dia 3.

Mas nos últimos anos, devido à «má gestão das administrações», surgiram graves problemas. A situação resultou na aprovação de um plano de recuperação. Apesar das propostas sucessivamente apresentadas pelos trabalhadores, «o poder político nada fez para viabilizar a empresa».

Em 1996, a Casa Hipólito deixa de assumir os seus compromissos e, mais uma vez, os trabalhadores voltaram a ficar com salários em atraso. Em 1997, foi nomeado pela Segurança Social - que é um dos principais credores - um gestor judicial, que tinha «o objectivo anunciado de apresentar um novo plano de viabilização» mas que acabou por apresentar «um relatório tendo como único objectivo a falência».

«Ainda assim, surgiu uma nova proposta de viabilização, apresentada por um empresário que, apoiado em quadros da empresa, se propõe investir 80 mil contos e relançar a empresa com a fabricação de novos produtos», o que «pode constituir uma base de partida», referem os representantes dos trabalhadores.

Sucedem que, perante esta nova situação, é uma vez mais o Governo a colocar entraves à viabilização, ignorando o drama das famílias ameaçadas de desemprego e esquecendo a importância social e económica da fábrica na região de Torres Vedras». Ao protesto contra esta

postura, sindicato e CT somam a indignação pelo contraste entre «as promessas e os actos» de responsáveis a vários níveis:

– «O sr. eng.º Guterres, em campanha eleitoral, foi a Torres Vedras prometer que o seu Governo iria viabilizar a Hipólito; agora, fecha as portas aos trabalhadores e lava daí as mãos.»

– «O sr. presidente da Câmara, antes das eleições autárquicas, prometeu tudo fazer pelo futuro da empresa; agora,



esqueceu os compromissos e diz que a falência é a melhor solução.»

– «A Segurança Social, como principal credor, remete para o SIRME (departamento do Ministério da Economia) a sua decisão final; o SIRME, neste momento, nem se digna receber os representantes dos trabalhadores.»

– «O Ministério da Economia que, em diversas reuniões, sempre se afirmou favorável à viabilização, agora, perante uma proposta concreta, nada faz para a discutir, sequer!»

Perante estes factos, a CT e o sindicato questionam: «É isto a que chamam diálogo? Quais são os interesses económicos que estão acima do Governo neste caso? Como quer o Governo combater o desemprego, continuando a destruir postos de trabalho?» E concluem: «Afinal, para dar milhões aos grandes grupos económicos, o Governo está sempre disponível. Para viabilizar postos de trabalho, fecha as portas todas.»

Bens da Regina com venda adiada

Por erros verificados no arrolamento dos bens da Fábrica de Chocolates Regina que deveriam ser vendidos na passada quinta-feira, não se concretizou a hasta pública marcada para o 6.º Bairro Fiscal de Lisboa. Mas os próprios responsáveis das Finanças notaram que, ultrapassadas as irregularidades processuais, a penhora e venda deverá avançar, a não ser que sejam emitidas ordens superiores.

As informações foram dadas aos representantes dos trabalhadores da Regina, no decorrer de uma concentração junto à Repartição de Finanças. Alfredo Cataluna, da Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos, disse ainda ao «Avante!» que, ainda durante a concentração, os trabalhadores decidiram marcar (para anteontem) uma manifestação junto da residência do primeiro-ministro e prosseguir com o calendário de luta aprovado em plenário, no dia 25 de Fevereiro, onde se inclui uma acção, hoje, junto ao Ministério da Economia.

Os trabalhadores, a federação e o STI-AST/CGTP reclamam medidas que assegurem

a viabilização da Regina e exigem que o Governo cumpra e faça cumprir as leis. Causa especial preocupação, quanto ao futuro da fábrica, o facto de a marca «Regina» estar a ser produzida na Imperial (empresa do Grupo RAR, de Macedo Silva, o empresário-mor que surgiu este fim-de-semana entre os notáveis conselheiros de Paulo Portas e do CDS/PP) e comercializada pela «Nova Rainha», uma sociedade constituída pelos gestores da Regina, apontados como os principais responsáveis pela situação da fábrica de Alcântara.

A viabilização da Regina e o papel do Governo neste processo foram questionados na AR pelo deputado comunista Alexandrino Saldanha, em requerimento dirigido aos ministérios da Economia e do Trabalho. O parlamentar do PCP lembra que, passados mais de três anos sobre as promessas do Governo quanto ao empenhamento na viabilização da empresa, os trabalhadores «vêm ainda mais agravada a sua situação de insegurança no emprego e estão sem receber salá-

rios desde Janeiro de 1998, altura em que a empresa deixou de laborar».

«Vai o Governo obrigar a gerência a cumprir os compromissos a que se obrigou, na presença de representantes do IDICT?» - pergunta Alexandrino Saldanha, que quer tam-

bém saber «que medidas pensa o Governo tomar para viabilizar a Fábrica de Chocolates Regina e garantir os direitos dos seus trabalhadores, designadamente o recebimento dos salários em atraso e a manutenção dos postos de trabalho».



Os trabalhadores, principais sacrificados, não desistem de se bater pela viabilização e pela garantia dos postos de trabalho (foto da concentração de dia 4, junto à Repartição de Finanças de Alcântara)

8 de Março

Comemorar o 8 de Março não é apenas lembrar, em um dia por ano, a «problemática feminina», nem dar, uma vez por ano, especial relevo às graves questões da discriminação, nem, em data certa, sublinhar as lutas das mulheres pelos seus direitos. Sendo tudo isso, é eleger nesta data, plena de significado histórico, um momento especial de divulgação de toda a batalha emancipadora das mulheres e dos homens que se não conformam com a injustiça e que lutam pelo progresso social, por uma sociedade em que as mulheres sejam asseguradas o direito à igualdade.

Também o nosso jornal - que procura, mais do que qualquer outro e mesmo assim menos do que deveria, dar notícia das lutas das mulheres e dar a palavra às suas protagonistas - se associa à comemoração desta data, particularmente cara aos comunistas. Noticiando hoje múltiplas iniciativas do PCP e grandes acções unitárias que marcaram o 8 de Março no nosso país, publicamos hoje, nestas páginas, dois artigos oportunos. Um, da autoria da camarada Fátima Garcia, dando conta dos temas escolhidos, no resto da Europa, para assinalar a data - temas que são o espelho de outros tantos problemas que só a luta pode resolver. Outro, da camarada Regina Marques, que constituiu a sua intervenção no Fórum do PCP sobre a Situação das Mulheres no Limiar do Século XXI e que nos fala da participação política das mulheres, das lutas pelos seus direitos sociais e políticos. Estas lutas, que se travam no quotidiano português e europeu, como os dois artigos revelam, travam-se também por todo o mundo, como por todo o mundo o 8 de Março é assinalado, assumindo, em cada país, a forma que cada realidade impõe e suscita.

■ Fátima Garcia

As comemorações do 8 de Março são já uma tradição e muitos estranhariam se nesta data as Mulheres portuguesas não saíssem à rua, lembrando, aos mais distraídos, que as situações de desigualdade ainda existem e reafirmando, aos que se fazem desentendidos, que a luta continua até que os direitos consagrados tenham a sua reali-

dade na nossa vida quotidiana.

Mas não é só em Portugal que as Mulheres se mobilizam por altura do Dia Internacional da Mulher.

Na Bélgica, país onde funciona o centro nevrálgico desta Europa que "dizem" rica e desenvolvida, cerca de 42% dos agregados familiares ficam abaixo do limiar de pobreza se não fossem os pagamentos das



Dia Internacional da Mulher



Mulheres reivindicam por toda a Europa

transferências sociais. É esta realidade que leva a que várias Organizações de Mulheres se juntem em torno do tema "Pauperização: que respostas dão as mulheres e a sociedade?".

Em Espanha, país que tem a mais elevada taxa de desemprego da Europa, 18,2% e dos quais 26,2% são mulheres, o direito ao trabalho é um dos temas mobilizadores para esta jornada. A crescente violência que se abate

diariamente sobre as mulheres é igualmente uma das preocupações a tratar nesta jornada. Assim, e tendo igualmente em vista a proximidade das eleições para o Parlamento Europeu, mulheres espanholas escolheram também a palavra de ordem "Participa, Luta e Exige".

Em Itália, o tema principal é a luta pela paz. Esta preocupação está bem patente nas duas palavras de ordem escolhidas. Uma, "Entre Matar e Morrer há uma Terceira Via, Viver", (Christa Wolf) e a outra palavra de ordem "Contra as Estratégias de Guerra dos Estados Unidos - Contra Todas as Guerras".

Em França, são três os temas escolhidos para este ano. O principal está relacionado com a luta pelo trabalho e contra a feminização da pobreza. É neste contexto que reivindicam a limitação do trabalho a tempo parcial (que tem como consequência a redução de salário e que atinge maioritariamente as mulheres). Um outro tema abordado é o da violência, sendo reivindicada a melhoria da legislação existente e a criação de alojamentos destinados às mulheres vítimas de maus tratos. Colocam também na ordem do dia a luta pela paridade defendendo a criação de um estatuto do eleito que permita uma maior

participação de mulheres e reivindicando condições que garantam a intervenção dos dirigentes em actividades associativas.

As mulheres gregas debruçam-se sobre os direitos dos trabalhadores e lutam pelo reforço da protecção social.

Mais a Norte, na Suécia, as manifestações de 8 de Março, que contarão com a participação de todas as organizações de mulheres e partidos políticos, desenrolar-se-ão em torno do problema da violência, pela jornada de 6 horas, em defesa do sistema de guarda de crianças e reivindicando o 8 de Março como dia feriado.

Como é fácil constatar, por toda a Europa, as Mulheres determinaram objectivos e palavras de ordem que variam segundo as situações concretas e as suas principais preocupações. No entanto, pode afirmar-se que existe um traço comum. As mulheres não se renderam ao facto de os seus direitos terem hoje força de lei. As mulheres europeias continuam no terreno, discutindo, manifestando-se, reivindicando. Em toda a Europa existem "Mulheres solidárias em luta pela igualdade".

■ Regina Marques

Participação Política das Mulheres

Direitos políticos e sociais

Assumimos a participação, inseparável da conquista de um espaço próprio de afirmação, emancipatório para as mulheres e libertador para a sociedade, já que sempre o PCP reconheceu capacidade e competência às mulheres para construir, valorizar e transformar, e sempre pôs nas suas (nossas) mãos a luta pelos seus direitos, no quadro da luta mais geral dos trabalhadores e do povo.

Conquistados na luta específica e democrática na esteira de Abril os direitos das mulheres são actualmente parte integrante do nosso sistema jurídico e pertencem ao nosso senso comum. É frequente ouvir dizer nos diferentes aréopagos de discussão pública e privada que somos todos iguais e que as mulheres já têm os mesmos direitos que os homens. Na verdade, assim é nas leis fundamentais... mas um olhar atento à realidade e ao quotidiano das mulheres (das mulheres concretas - que trabalham, estudam, são mães, são sindicalistas, estão nas instituições e nos partidos...) mostra a distância entre a lei e a vida, a descarada ou a subtil discriminação das mulheres no trabalho e na família, a perpetuação de preconceitos ligados à maternidade e à condição biológica das mulheres, ou a invenção de novos modelos e estereótipos ligados à mulher de sucesso, sempre supermulher, inteligente e doce, decidida e atenta, executiva mas sedutora, preocupada consigo e com os outros, interventora e decisora mas sempre ladeada pela família, pelos objectos... como se a sua vontade e determinação não pudesse ser autónoma, própria enquanto indivíduo e sujeito social.

Não é por acaso que tais imagens pululam, reproduzidas e insistidas pelos media e outros aparelhos ideológicos como são algumas instituições e organizações emergentes. Elas forjam sentimentos de desrealização e desinserção às mulheres (alienatórias ou quicá alucinatórias), deformam ideias e levam à ocultação ou subvalorização dos problemas, anseios e aspirações das mulheres.

A participação na defesa dos direitos, a participação no exercício dos mesmos e a constante fiscalização, com acção e denúncia pública, pelo seu cumprimento e não desvirtuamento, são hoje aspectos centrais da nossa intervenção política e ideológica.

Complexidades

Há que reconhecer que atravessamos um período com relações sociais, económicas, culturais de grande complexidade, sendo certo que nessa teia de complexidades persistem relações antagónicas de classe, devidamente embrulhadas com papel de seda ideológico, que de forma adequada aos tempos da sociedade da informação e da comunicação, nos é oferecida com lacinhos não só cor-de-rosa (porque seria de imediato reconhecido) mas multicolores. Convivemos com aspectos positivos, recorrentemente referidos pelos propagandistas do oásis, como sejam a elevada taxa de escolaridade das raparigas e sucesso no ensino superi-



or ou a crescente taxa de actividade feminina, a abertura às mulheres de profissões que tradicionalmente lhes eram vedadas, mesmo uma maior visibilidade na cena pública, nas esferas das direcções e chefias, dos negócios, de cargos públicos, em geral na política, ao lado de gritantes injustiças, realçadas e legitimadas nos diversos FORUM/FORA internacionais.

Há bem pouco tempo, em 1995, na Conferência de Pequim para as mulheres e na Cimeira de Copenhaga sobre o Desenvolvimento, perante os dados indelmentáveis das enormes desigualdades e assimetrias entre homens e mulheres e entre os países, os governos, as organizações não governamentais, os Estados reconheceram esses enormes fossos entre ricos e pobres, entre a riqueza produzida pelas mulheres e a sua real qualidade de vida, a crescente feminização da pobreza, a subvalorização das profissões femininas demonstrada pelo número cada vez maior de mulheres a ocuparem postos de trabalho para os quais se exigiam níveis académicos mais baixos.

Convivemos com graves discriminações espelhadas nas estatísticas, silenciadas e sem soluções e com outras, de cariz lateral mas sempre mediatizadas e tomadas importantes. Convivemos, mas não nos podemos pôr sempre de acordo quanto à pertinência e bondade de todas as medidas que nos apresentam, sejam as quotas do PS ou as linhas SOS do PP para as mulheres.

A discriminação continua

Apesar da igualdade na lei e dos direitos consignados, a mulher, no ano último do século XX, continua a ser penalizada no acesso ao trabalho, nos despedimentos, na contratação, na remuneração. A maternidade continua a não ser vista como uma função social e os próprios direitos reprodutivos são envidados. Com o apoio das novas tecnologias o patronato não perde tempo e aproveita para explorar mais e de forma diferente. Permite-se invadir a privacidade das mulheres, nomeadamente com testes de gravidez, contagem electrónica, precisa, dos tempos de ida às casas de banho, fazendo a contagem, precisa, do tempo para efeitos de salários, prémios e outros direitos.

São apenas alguns exemplos de como se vem alargando e inovando o âmbito da discriminação sobre as mulheres. A actualidade da discriminação afecta direitos na esfera não só privada, no seio da família, mas alarga-se à esfera pública.

Quando falamos de direitos, hoje, não podemos deixar de equacionar também o nível de cumprimento dos direitos individuais e pessoais das mulheres, o direito à expressão, à opinião e à intervenção na discussão pública dos seus problemas gerais e específicos, o direito à sua identidade como sujeito social diferente.

Não podemos perder de vista que estes novos problemas no trabalho e na vida incidem particularmente as mulheres trabalhadoras e que não recaem de igual forma nas mulheres de todas as camadas sociais, daí que a visão dos problemas e a respectiva forma de os resolver não podem ser sempre unânimes entre mulheres quando somos de diferentes partidos ou de organizações cujas linhas programáticas estão enraizadas em modelos de sociedade completamente distintos.

As mulheres comunistas

As mulheres comunistas defendem e implementam entre si e no seu partido formas criativas e participativas de valorizar a política, como dimensão suprema da condição humana, e de valorizar a participação individual de cada mulher. Uma mulher que optou pelo PCP, é uma cidadã, consciente dos seus direitos, que procura a informação,

é responsável pelos seus gestos e é portadora de ideias colectivamente discutidas e aceites, acredita que é pela acção humana que se pode transformar a vida e viver melhor. Cada mulher comunista é uma actora social militante, que tem de estar na política com as outras mulheres que reclamam, exigem, não apenas igualdade de tratamento na relação homem/mulher mas igualdade de tratamento e oportunidades na educação dos filhos, na saúde, no alojamento. Por melhores transportes, por melhores preços, por condições que lhe garantam a disponibilidade mental para novos níveis de responsabilidade social e política. A participação política faz-se intervindo pelos direitos, valores e ideias. Pela expressão e manifestação das nossas opiniões e ideias.

A participação política faz-se também naturalmente por representação. Faz-se ao votar. Ao votar naqueles que defendem os nossos interesses e com quem nos identificamos. Mas os nossos modelos não são necessariamente as mulheres, individualmente consideradas, sobretudo quando elas executam políticas divergentes dos interesses da esmagadora maioria das mulheres. Quando nelas votamos, votamos porque estão enquadradas em contextos culturais, sociais, partidários. Por isso, reafirmamos o nosso empenhamento em trabalhar no PCP para influenciar e provar com inteligência e persistência que devemos estar melhor representadas nos centros de decisão política a todos os níveis. As quotas propostas pelo PS para aumentar a representatividade das mulheres na AR e no PE não nos impressionam, e penso mesmo que podem ser vistas como um novo mecanismo para adornar a luta das mulheres mais consequentes, e quicá esbater diferenças, para que tudo fique na mesma. Estamos lembradas de quantas recentemente no parlamento ou fora dele estiveram contra a despenalização do aborto, estiveram alheias à necessidade de regulamentar as leis da violência e outras. Estamos lembradas e temos que não deixar esquecer. É também o papel da nossa luta política!

Afirmar direitos

As mulheres comunistas têm atrás de si uma história de luta e de afirmação de direitos. A luta pelo direito de ter uma organização e um Partido. Onde estamos auto-organizadas e que nos confere confiança e segurança. Temos o direito à opinião e à difusão da nossa mensagem. As nossas ideias, convicções, certezas e esperanças tem de ser levadas e multiplicadas através da nossa presença, da nossa acção, do debate sem medos. Temos o direito de fazer valer as nossas ideias. O nosso trunfo é a experiência, a organização, as redes que podemos tecer para travar mais discussão, maior crítica e reflexão. Temos o direito de defender com firmeza as convicções e os ideais. As ideias, que temos de aprofundar e atualizar sempre, mas com confiança porque são certas e comuns à maioria das mulheres de há muito, há muito tempo, e afinal são tão actuais.

Estamos perante grandes desafios. Como elevar a participação de cada uma e de todas as mulheres, como defender e aprofundar direitos nos nossos dias.

Como valorizar o nosso papel de mulheres dentro do Partido e na sociedade.

Como incrementar a luta ideológica e de massas junto das camadas femininas exploradas, discriminadas e ofendidas num mundo onde se faz crer que somos iguais e sem ideologias. São estes os nossos pretextos para estarmos, mulheres e homens, juntos para discutir e ganhar forças com ideias para agir. O nosso Fórum é um contributo para nós, no plano pessoal da nossa própria formação e acção darmos o melhor para uma sociedade mais justa, mais humana e igualitária.

(Intervenção no Fórum «A Situação das Mulheres no Limiar do Século XXI»)



Vásquez Montalbán e a Revolução cubana

Y Dios Entró En La Habana é o título do último livro de Manuel Vásquez Montalbán (1). Tem 713 páginas e foi escrito em poucos meses. Dizem-me que a primeira edição espanhola, de 45 mil exemplares, teve grande aceitação no mercado, mas suscitou reacções contraditórias, por vezes antagónicas, da crítica. O género não cabe em moldes. Não é um trabalho de reflexão sobre a história, nem um ensaio, menos ainda uma narrativa, sequer uma reportagem.

Creio que a intenção não deve ser subestimada. O livro é muito ambicioso, não obstante ter sido confeccionado à pressa (nem as anedotas escapam a repetições). De algumas páginas sobe uma brisa de megalomania. Cuba torna-se pretexto para uma caótica tentativa de interpretação da aventura humana. Mas ao tentar introduzir no texto o mundo, o tempo e o homem, o resultado não corresponde à ambição. O discurso, em vez de adquirir profundidade, faz-se mais horizontal e, por vezes, perde-se em trivialidades que lembram as dos colonistas da revista mundana *Hola*.

Em vez de iluminar a história, o autor deixa, então, entrever uma atitude leviana, para não dizer irresponsável, perante o fluir da história e o espectáculo aparente da vida em Havana.

Montalbán imaginou uma abertura-prólogo na dimensão do livro sonhado. Terá pensado em García Marquez? Se tal aconteceu, foi mais um equívoco. As imitações do autor de «Cem Anos de Solidão» não funcionam. O humor ganha nas contornos malévolos ou ridículos; não comove nem faz sorrir.

O escritor entra de rompante. Coloca Fidel sobre um rochedo no Malecón habanero, como gigante ciclópico, ainda poderoso, mas envelhecido, sobrevivente de uma Revolução que se assume como tal mas teria deixado de o ser.

O exórdio marca o estilo de um livro arrogante. A sociedade cubana é extremamente complexa, apesar da cordialidade do povo. Não se revela, e o processo de compreensão do seu lado não visível caminha vagarosamente. Mas Montalbán chegou, viu e quis explicar tudo de uma penada. Duas ou três semanas de permanência em Havana revisitada pareceram-lhe suficientes para situar os homens no movimento da história, captar o sentido dos seus actos, avaliar os erros do rumo seguido, e deixar esboçadas as veredas da salvação possível.

Compreendeu pouco e mal. Pode alegar em sua defesa que entrevistou muitas personalidades do Estado e do Partido. Gravou as suas declarações e reproduziu-as. Falou concretamente com Ricardo Alarcon, Carlos Lage, Abel Prieto, Alfredo Guevara, Eusebio Leal, etc. Não se lhe pode censurar que tenha entrevistado outras tantas pessoas, pelo menos, cubanas e estrangeiras, cujas opiniões reflectem uma postura pessimista ou catastrofista. Aparentemente o seu método de trabalho foi impecável; fez uso de um direito democrático.

Cabe, porém, recordar que o livro se destina ao público de língua espanhola e ao europeu, pois será eventualmente traduzido para diferentes idiomas. Não foi por acaso que numerosos compatriotas seus foram também entrevistados: Felipe Gonzalez; o economista Carlos Solchaga; o deputado do PP Alfredo Recarte, secretário-geral da sucursal em Madrid da Fundação Cubano-Americana de Miami; Sandomingo, Encarregado de Negócios da Espanha em Havana. Ouviu também contra-revolucionários e dissidentes como Gutiérrez Menoyo, Jesus Diaz, Ivan de la Nuez, e outros. A equidistância rompe-se. Significativamente, as posições que Montalbán deixa entrever através da própria formulação das perguntas aproxima-o dos entrevistados espanhóis, todos críticos e cépticos, e, por vezes, dos chamados dissidentes.

Tomar a parte pelo todo

Confrontados com análises não apenas diferentes, mas com frequência antagónicas, os leitores espanhóis e latino-americanos - desinformados pelo bombardeamento mediático anticubano - tendem a receber com reservas a opinião dos cubanos revolucionários (o melhor do livro) sobretudo quando o autor dela se distancia numa atitude que oscila entre a desilusão e a piedade.

O discurso político de revolucionários de diferentes gerações, o discurso dos adversários e dos desencantados, e o discurso «espanhol», sempre sobranceiro, são completados pelo filme da vida, tal como Montalbán o projecta, iluminado pelo seu próprio discurso.

O povo cubano, o grande sujeito da história, está ausente como personagem. Não aparece. O escritor deambulou por Havana sem o ver. Ignorou o mundo do trabalho. A sua atenção foi absorvida pelo submundo das gineteras, dos marginais, dos santeros, de parasitas e delinquentes gerados pelo Período Especial, e multiplicados pelo turismo.

Montalbán falou com dezenas de intelectuais. Demonstra um conhecimento apreciável da literatura cubana. Num vaivém que se faz pesado, a referência a autores e obras assume uma função quase instrumental ao inserir-se de algum modo na explicação de Cuba. Obviamente, os intelectuais cumprem na Revolução Cubana um papel de enorme importância. Insubstituível. Mas o mundo literário que Montalbán apresenta é enganador, não reflecte esse papel.

O escritor catalão não só toma uma pequena parcela pelo todo como comete o erro - pela sua própria mundividência - de atribuir aos artistas e intelectuais da Ilha, como segmento da sociedade, uma postura perante o desenvolvimento da história que distorce a realidade. O conjunto das intervenções feitas no recente Congresso da União dos Artistas e Escritores de Cuba - UNEAC deita por si só abaixo a visão esquemática e capituladora de Montalbán. Os escritores cubanos não esconderam que estão apreensivos com as sequelas do Período Especial. Mas as suas preocupações resultam da existência de «bolsões do capitalismo» na sociedade cubana, de desigualdades criadas pelo bimonetarismo, dos efeitos do mercado no mundo da cultura, da problemática de uma participação criada. Debateram esses e outros temas e o funcionamento de mecanismos que geram a desigualdade, bem como a maneira de os combater. Ficou transparente que estão vocacionados para a defesa do socialismo e não para uma transição que implique uma marcha para o capitalismo. Outra mazela, e grave, está omnipresente em quase todos os capítulos do livro. Excelente cultor do género policial, familiarizado com a técnica do suspense, o escritor catalão enxerta na análise política com muita frequência o mexerico pessoal, a intriga de salão, a anedota. A estrutura do texto ressent-se, nomeadamente quando o fascínio pela fofoca invade o terreno da vida íntima dos dirigentes da Revolução. Não pode ser sério um livro cujo autor disserta com a mesma alegre irresponsabilidade sobre a estratégia ecuménica de João Paulo II, o marxismo marxiano de Fidel, a estátua habanera de Lady Di, os gostos culinários dos dirigentes revolucionários, a genealogia das mulheres por eles amadas, a poesia do gineterismo e o futuro do povo cubano.

Realidade e ficção

O livro tem por alcerce e motor dois planos de escrita; quando se cruzam, o leitor sente-se perdido num labirinto. Não tento explicá-los por temer arrastar o leitor para o caos.

O discurso sobre Fidel pretende ser simultaneamente ideológico, literário e psicologista; com a peculiaridade de estar semeado de chaves escondidas, imprescindíveis à compreensão da história na perspectiva do autor. A injeção de informações falsas, ou, de duvidosa credibilidade outras, desloca-o constantemente do terreno da política para o do colonialismo social.

O Papa cumpre na obra um papel em princípio fundamental. Mas também aí o resultado não cor-



responde ao projecto. Montalbán desenvolve interpretações fantasistas sobre a visita papal. Aquilo que sobre o tema ouviu de personalidades tão diferentes como Ricardo Alarcón, monsenhor Céspedes, Navarro Valls (o secretário de Imprensa do Vaticano) e Frei Beto não parece ter abalado minimamente a sua convicção de que a presença em Cuba de João Paulo II ficará de alguma maneira a assinalar uma viragem histórica. Segundo ele, os grandes dividendos foram parar ao Vaticano.

Para se avaliar o significado especialíssimo atribuído pelo escritor ao acontecimento, julgo indispensável chamar a atenção para duas opiniões que expressa:

1 - «A geração do entusiasmo - escreve - é profundamente religiosa, é evidente, embora seja atea ou agnóstica, e adapta a sua estratégia de transen-

dência ao contingente, mas não a abandona e veste Deus de verde olivo, como se ele fora o artista da Revolução, impressionada por aquela força imparável do discóbolo do colégio de Belém que passou pelo Bogotazo e chegou à história com as armas na mão»;

2 - Fidel, fascinado pela Teologia da Libertação, e para salvar a herança da Revolução, teria abraçado uma nova ideologia, «o nacionalcatolicismo».

Eis uma amostra do nível da reflexão que a visita do Papa suscitou em Montalbán.

Ex-comunista, o escritor formou com os anos uma opinião muito desfavorável sobre a intervenção de Lénine na história. Sem o afirmar explicitamente, sugere que Marx e Engels seriam hoje refulgências merecedoras de repouso nas prateleiras de uma arqueologia do pensamento revolucionário.



ostensivamente assumida por Montalbán, mas emerge do grande mural que ele vai desenhando: o de uma sociedade que se petrificou, sem perspectivas, dirigida por uma minoria que governa invocando uma revolução agora fantasmática.

O escritor move-se bem entre cépticos de múltiplos quadrantes, sem enxergar entre os interlocutores, nem sequer em Miami, um contra-revolucionário autêntico, quimicamente puro. Os heróis tutelares que realizaram prodígios que lhes não são contestados - inclusive uma grande Revolução - esses são apresentados sob máscaras caricaturais, como seres do passado, arcaicos.

A «solução» de Montalbán

O discurso sobre Fidel é perverso na intenção. Raul surge numa zona de sombras, imprevisível, quase felino. O perfil de



■ Miguel Urbano Rodrigues

Conversas inesperadas com o embaixador Wayne Smith, que chefiou o Escritório dos EUA em Havana, e o escritor mexicano Carlos Fuentes - cuja posição crítica sobre a Revolução Cubana é bem conhecida - surgem nas páginas de «Y Dios Entró En La Habana». Com análises diferentes também eles acabam repetindo a monótona conclusão que Montalbán impõe aos leitores: somente a afirmação de uma sociedade civil cujo perfil aparece esboçado, e do pluripartidarismo (era inevitável) poderiam viabilizar em Cuba uma transição pacífica que permitiria conservar aquilo que de positivo sobrou da Revolução. Tal saída exigiria uma maior abertura ao capital estrangeiro, nomeadamente aos investimentos dos cubanos de Miami, e também medidas que autorizassem a criação de pequenas e médias empresas privadas (produtoras de mais-valia) com capital cubano. Por outras palavras: sugere-se uma política que abrisse as portas ao renascimento de uma burguesia nacional.

Montalbán não desconhece que em Cuba a fórmula da chamada transição política para uma democracia de figurino tradicional é, na definição de Fidel, sinónimo de contra-revolução. Mas ela parece atrair o escritor catalão como se fora uma saída salvadora.

Poderia inferir-se, apressadamente, da leitura deste artigo que Vásquez Montalbán é um adversário da Revolução Cubana. Seria uma conclusão incorrecta. Ele se assume e apresenta como um amigo crítico que passou do entusiasmo da juventude ao desencanto.

Não excluo a hipótese de que identifique neste seu livro uma contribuição positiva ao processo de reflexão sobre Cuba e a sua Revolução. Tal convicção, a existir, não seria, entretanto, prova de lucidez, mas sim de ausência de capacidade de autocritica.

Não estamos somente perante um livro sem qualidade. Pessoalmente, estou persuadido de que «Y Dios Entró En La Habana» é uma obra negativa para a imagem da Revolução Cubana num momento em que ela tanto necessita de uma solidariedade ampliada.

A Revolução vive

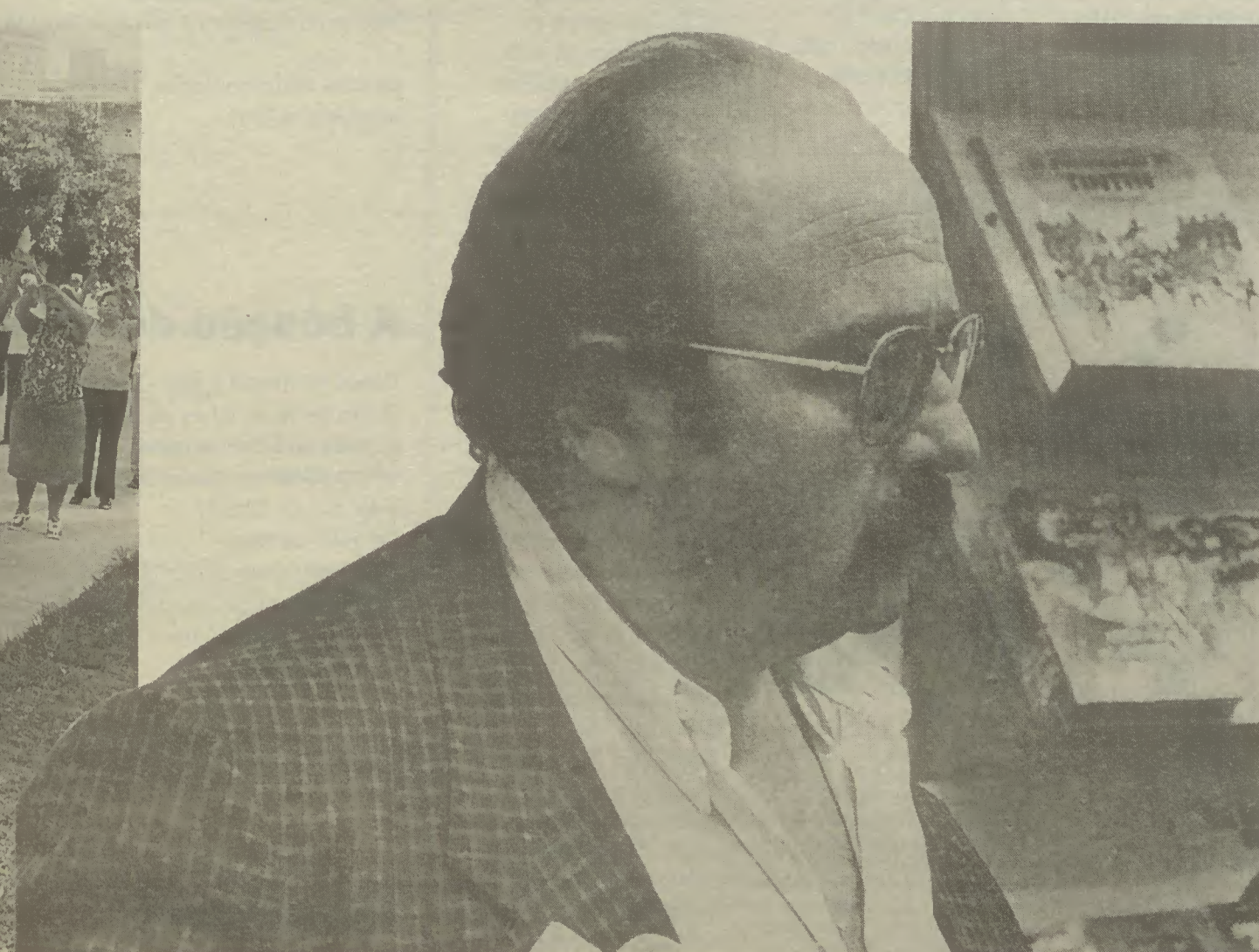
Muitos leitores reagiram com perplexidade ao final do livro. Num enxerto abrupto, termina com um diálogo do autor com Rigoberta Menchu e com a divulgação de cartas trocadas entre ele e o subcomandante Marcos.

Não vejo qualquer absurdo nesse fecho. Ele responde à mundividência de Vásquez Montalbán. Admiro muito a guatemalteca que recebeu o Nobel da Paz e tenho o maior respeito pelo dirigente do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Mas não identifico em qualquer deles um pensamento revolucionário que ajude a humanidade a encontrar caminhos que conduzam à transformação da vida na Terra, vandalizada pela globalização capitalista. Outra é a atitude de Montalbán. Para ele, Rigoberta e Marcos apontam e simbolizam a estrada da evolução possível dentro do sistema, a das insurgências essenciais, lentas, que levarão a humanidade à integração, ao seu destino mestiço.

Montalbán, tal como o polaco Wajda no seu «Danton», perdeu a confiança na própria ideia de revolução. Esta, mais do que utopia, aparece-lhe hoje como um infinito absoluto, inatingível, pelo qual não vale a pena lutar porque a revolução seria incompatível com a fragilidade da condição humana. Felizmente, em Cuba, 40 anos após a vitória de um punhado de cavaleiros da utopia, vive e sofre um povo que continua a acreditar na ideia de revolução.

São gigantescos e dramáticos os desafios que esse povo enfrenta, na defesa da sua imperfeitíssima revolução, semeada de erros, insuficiências e contradições, marcada no seu caminhar incerto por incógnitas sem resposta. Mas a sua vontade de sobreviver, expressa numa resistência épica ao maior império da história, vale por um desmentido oposto ao cepticismo derrotista de Vásquez Montalbán. O não de Cuba aos EUA é a melhor prova de que a Revolução permanece viva.

(1) Edição de El País-Aguilar, Madrid, México, Buenos Aires, Bogotá, Novembro de 1998.



Os planos de Kissinger

Com o passar do tempo, as verdades vão chegando ao de cima como o azeite. Desta vez a novidade veio de um historiador norte-americano, Kenneth Maxwell, que afirma no seu livro *A Construção da Democracia* que só a chegada de Frank Karlucci ao lugar de embaixador dos EUA em Lisboa evitou que o então todo poderoso secretário de Estado Henri Kissinger inflectisse, definitivamente, para o apoio norte-americano à extrema-direita portuguesa na ebulição revolucionária desencadeada pelo 25 de Abril. Segundo Maxwell, a «solução» que Henri Kissinger tinha, à partida, para os afloramentos revolucionários ou, simplesmente, democráticos que surgissem neste ou naquele país era usar todos os incomensuráveis meios dos EUA para entregar o poder à extrema-direita e encarregá-la, assim, do silenciamento e anulação das tentativas de mudança. Foi assim com o Chile, onde a ditadura brutal de Pinochet só logrou

PONTOS CARDEAIS

instalar-se após os EUA terem desarticulado quase completamente a economia chilena, foi assim no Brasil, quando a ditadura militar foi praticamente instalada no poder pelos EUA. E foi assim que, inicialmente, o senhor Kissinger procurou «resolver» este «desacato» da Revolução portuguesa emergente do 25 de Abril. Diz o historiador que seria Frank Carlucci, devidamente assessorado pela CIA, que convenceu Kissinger a mudar o imenso apoio dos EUA para Mário Soares, «aposta» que se verificaria frutuosa... Pois foi exactamente Henri Kissinger uma das personalidades que Mário Soares «entrevistou» no seu programa a 100 contos por minuto, que a RTP lhe franqueou. Como se vê, uma personalidade absolutamente credora dos propalados méritos democráticos que Mário Soares tanto gosta de atribuir às suas ilustres relações...

Vender «peixe»

Interessante foi a prestação do Secretário de Estado que teve a ingrata tarefa de ir à televisão rebater o anúncio feito pelo Diário de Notícias de que os portugueses andavam a consumir peixe impróprio para consumo, à razão de 20 a 30 mil refeições por dia. Confrontado com os dados irrefutáveis carreados pela reportagem do DN - a maioria das lotas a funcionar na ilegalidade, ausência quase generalizada de inspecção sanitária do pescado por gritante falta de agentes fiscalizadores qualificados, controlo policial quase nulo face a uma gigantesca rede de interesses instalados, quadro legal inadequado e insuficiente para disciplinar o vasto mundo da comercialização do pescado em Portugal, o alastramento tentacular de grupos estrangeiros, com relevo para os espanhóis, no controlo do mercado nacional - a tudo o inefável secretário de Estado arrumou com uma

declaração extraordinária: havia um manifesto «exagero» na reportagem do DN. «Exagero» que não demonstrou com um facto consistente, um desmentido concreto, uma correcção identificadora, embrulhando tudo em promessas e projectos pensados ou a pensar, em andamento ou completamente parados, resultando dali uma verdadeira caldeirada. O que foi a única coisa, no discurso do governante, que, concretamente se aproximou do problema do peixe... Quanto ao Ministério da Agricultura e Pescas, saltou de imediato com uma declaração garantindo que «a qualidade do peixe está assegurada». Não disse foi como, nem onde, nem porquê...

Os amigos

Não podemos deixar sem nota a comovente manifestação de afecto partidário inopinadamente surgida na «Convenção do PP» realizada este fim-de-semana em Viseu. Já no final dos trabalhos e no pico dum discurso dramático - tão dramático que o orador chegou ao delírio de propor que «se cumpra o que falta cumprir de Abril» (sic!!!) - Nobre Guedes, o «número dois» do actual PP de Paulo Portas, virou-se para o seu presidente e, em estilo de Luther King à moda da Linha de Cascais, encetou uma derivação coloquial no seu discurso. E dirigiu-se directamente ao líder para uma vibrante afirmação de fidelidade, tão vibrante que, com a comoção devidamente colocada na voz, garantiu que «nunca te abandonarei!». Portas, afogado em tanto afecto, não se conteve e chorou - mas chorou mesmo, lágrimas brilhantes escorrendo pela cara, que uma mão discreta limpou com emoção, isto perante o país inteiro, igualmente comovido com tão insólita novidade política, a de profissões de afecto como calda de lealdade política. Como as temperaturas em Viseu são o gelo que se sabe nesta época do ano, a coisa também pode ter outra explicação: aquele resvalar para a emoção pode ter derivado da necessidade de combater o frio.

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Do livro dos Salmos

A nossa casa

Encontrar-me contigo não me basta mas sim que me conheças. Eis aqui a minha casa. Entra. Vê como se está nela e, nela, como somos.

Aqui, nenhum irmão se calunia nem a mentira manda. O homem falso não se sente aqui bem. Cada manhã fazemos da Nação o julgamento.

Tu saberás depois, ao encontrar-me, de que metal meu coração é feito.

(Salmo 101)

Futuro

Não te irrites os actos dos maldosos. Não invejes quem edifica a falsidade. Não sigas quem prospera. Não te impacientes à beira do abismo.

Os dias estão contados. Tu habitarás a Terra.

(Salmo 37)

A bênção dos dias

Desce do monte a paz. Da colina, a justiça. Quem serve os filhos do pobre do lado do Sol e da Lua ficará dominará de um mar a outro mar e os reis de Târsis, de Salé, de Seba mandarão seus presentes, seus tributos sem contar com o ouro das Arábias com os frutos do Líbano com a fartura do trigo.

E ainda o melhor: terá a bênção dos dias.

(Salmo 72)

Actualidade

Trouxeram do Egipto uma videira.

Ela deitou raízes. Com ela se pintaram as montanhas e as vides, poderosas como cedros, desceram para o mar.

Vindimam-na quem passa no caminho devasta-a o javali e até os próprios animais domésticos. Deram-lhe fogo. Uma desolação.

Levanta-se, protesta e tem razão a videira que trouxeram do Egipto.

(Salmo 80)

XADREZ

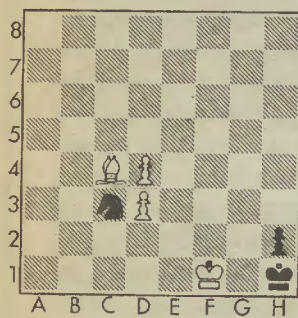
DCXCVIII - 11 DE MARÇO DE 1999
PROPOSIÇÃO Nº 1999X09

Por: G. Kaiser

«Deutsche Schachzeitung» - 1957

Pr.: [3]: Ph2 - Cç3 - Rh1

Br.: [4]: Ps. d3, d4 - Bç4 - Rf1



Mate em 6 [seis] lances

SOLUÇÃO DO Nº 1999X09 [G. K.]

1. Bf7!, Cç4; 2. Bg6!, Cg3 +; 3. Rf2, Cf5; 4. Bè8!, C:d4; 5. bh5, -; 6. Bf3 #.

2. ... Cd2 +; 3. Rf2, Cf3; 4. Bf7, -; 5. Bd5 +, -; 6. B:C #.

A. de M. M.

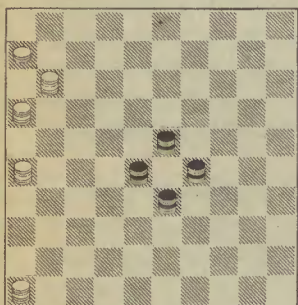
DAMAS

DCXCVIII - 11 DE MARÇO DE 1999
PROPOSIÇÃO Nº 1999D09

Por: Nicolas Riso - [F.]

Pr.: [4]: (23)-(28)-(29)-(33)

Br.: [5]: 6-(11)-(16)-(26)-(46)



Branças jogam e ganham

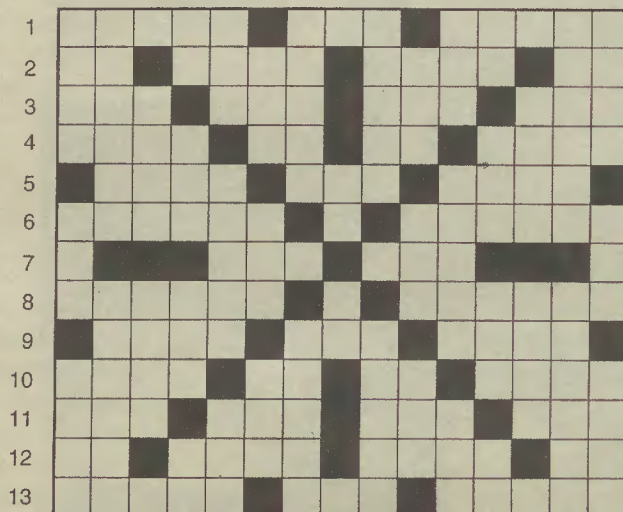
SOLUÇÃO DO Nº 1999D09 [N. R.]

1. 26-19; 2. (23x7/1); 2. 46x40, (17x45); 3. 19-12; 4. (x); 5. 50-45 +

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Designação dada a várias plantas menispermáceas, cujas raízes são medicinais e que se encontram no Brasil e Angola; substância gelatinosa formada pela coagulação de soluções coloidais; grande ave galinácea (pl.). 2 - Antiga cidade da Caldeia; pano grosso sobre o qual se pintam os quadros; encolorizar; convicção íntima. 3 - Sinal gráfico que serve para nasalizar a vogal a que se sobrepõe; víscera dupla; exprime por palavras; doença. 4 - Relativo ao ânus; isolado; Alumínio (s.q.); tubo próprio para a condução de gases ou líquidos. 5 - Parte do lombo dos bovinos, entre a pá e o cachaço; interj. coragem; embrião de um mamífero quando começa a apresentar feições reconhecíveis. 6 - Planta vivaz e medicinal (pl.); Célebre. 7 - Discurso laudatório; suavidade (fig.). 8 - Composto derivado do amoníaco pela substituição de um ou mais átomos do seu hidrogénio por outros tantos radicais de ácidos monobásicos (pl.); parreira. 9 - Empregas; a barlavento (naut.); leito balouçante feito de malha e que se suspende de dois ganchos nas extremidades. 10 - Indivisíveis; sufixo nominal, de origem latina, com sentido diminutivo; rapaz (pop.); conjunto de cerimónias que se praticam numa religião. 11 - Açucena; eternidade; lamentos; mofar. 12 - Suf. de agente; incentivo; segundo; oferece. 13 - Saburra; moeda de prata da antiga Índia inglesa; temperatura elevada do ar.

VERTICAIS: 1 - Planta trepadeira da ilha de S. Tomé; fruto da ateira; gemidos (bras.). 2 - Líquido segregado pelos rins, de onde corre pelos ureteres para a bexiga (pl.); abastecera. 3 - Verniz da China; igualdades (pref.). 4 - Antiga nota dó; estudar; concedes gratuitamente; modo (fig.). 5 - Prefixo que exprime a ideia de ar, vento, gás, atmosfera; instigadores (fig.); cada um dos anéis de uma cadeia. 6 - O m.q. lírio; sozinhos; nome de homem. 7 - Espécie de veado, de cauda comprida e galhos achatados na parte superior (pl.); fruto silvestre. 8 - Interj. de dor; artigo antigo. 9 - Azáfamas; inchada. 10 - Rim (ant.); mau humor (fig.); camareiro. 11 - Tranquilidade pública; exprimir por palavras; textualmente. 12 - Também (arc.); dez vezes dez; possuir; apelido. 13 - Terreno inculto, coberto de plantas agrestes; acrescentar. 14 - Presunçosos; preso preventivamente. 15 - Estampilha; mulher que cria uma criança de outrem; discursar.

11 - Paz; falar; sic. 12 - Ert; cent; terr; Sã. 13 - Mator; adir. 14 - Mator; adir. 15 - Selo; amr; orar. molas; elo; 6 - Lis; sós; Ivo; 7 - Gamos; amora. 8 - Ur; el; 9 - Lidas; opada. 10 - Rf1; fcl; ato. calon.

VERTICAIS: 1 - Bina; atar; ulos. 2 - Urinas; munita. 3 - Laca; isos. 4 - Ur; ler; dds; ar. 5 - Acr; alç; rede. 10 - Urnos; im; pd; nio. 11 - Lis; evo; ms; nr. 12 - Or; alor; dots; dd. 13 - Sarr; and; sô; Al; cano. 5 - Acem; sus; feio. 6 - Aasros; famosa. 7 - Loat; mel. 8 - Amidas; larada. 9 - Usas; 10 - Tfl; rim; diz; mal. 4 - Anal.

SOLUÇÃO

Reuniões e Plenários

ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA DE BARCELOS
Sábado, 13, às 16h, no Centro de Trabalho

5.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA DE ENTRONCAMENTO

Sábado, 13, a partir das 15h, com a participação de Jorge Cordeiro

ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA DE GOUVEIA

Domingo, 14, às 15h, com a participação de Odete Santos

ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA DE V. NOVA DA BARQUINHA

Domingo, 14, às 15h, na garagem de Luís Bernardino, com a participação de Jorge Cordeiro

6.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA FREGUESIA DE TORTOSENDO

Sábado, 13, às 15h, com a participação de Sérgio Teixeira

ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA FREGUESIA DA CHARNECA DE CAPARICA

Domingo, 14, às 14h, no CT da Charneca

ALCANENA

Reunião de militantes e simpatizantes sobre a situação política, as eleições e a intervenção do PCP - Sexta-feira, 12, 21h, no CT, com a participação de Jorge Cordeiro

LISBOA

Plenário mensal do Sector de Empresas da Cidade de Lisboa - Quinta-feira, 18, 19h30, no CT da Av. Duque de Loulé, com a participação de Carlos Aboim Inglez.

Reunião de quadros do Sector Intelectual de Lisboa - Dia 22, 21h, CT Vitória

SINTRA

Plenário de militantes de Mira Sintra - Sexta, 12, 21h, nas instalações Desportos e Juventude de Mira Sintra, com a participação de Custódio Luz

Debates e outras iniciativas do PCP

Moita

Dia 13, 15h, Esc. Básica 1 n.º 2 (B.º da Caixa)

A ESCOLA E O MEIO

- debate com a participação de António Avelãs, Helena Gonçalves (da FENPROF)

e José Manuel Fernandes (vereador da CM Moita)

promovido pela célula dos professores da Moita e DORS

Seixal

Dia 13, 15h, na Timbre Seixalense

PORTUGAL, A EUROPA E O MUNDO:

perigos e motivos de confiança

- debate com a participação de Albano Nunes

Guimarães

Dia 13, 15h30, CT de Guimarães

PAPEL E IMPORTÂNCIA DO PCP

numa Europa dos povos e dos trabalhadores - debate com Sérgio Ribeiro

Vila Franca de Xira

Dia 13, 15h, na Casa do Povo de Vialonga

BAIRROS CLANDESTINOS

A Câmara PS quer mudar para pior! - reunião dirigida a todos os moradores e proprietários do concelho com a participação de eleitos da CDU e de um deputado do PCP

Cascais

Dia 14, 10h, no Soc. Musical e Desp. 31 de Janeiro / Manique do Intendente

AUGI - Áreas Urbanas de Génese Ilegal

- debate sobre o projecto de lei apresentado pelo PCP na AR,

com a participação de Carlos Rabaçal, Bernardino Soares, Dr. Júlio Janeiro

Lisboa

Dia 18, 21h30, CT Vitória

ESCREVER A LUTA

- debate sobre o livro «Tempo de Subversão», de Carlos Brito,

com a participação de Carlos Brito, José Vitoriano e António Reis

Lisboa

Dia 25, 21h, CT Vitória

AS EXPLOSÕES QUE ABALARAM O FASCISMO

- debate sobre o livro «As explosões que abalaram o fascismo», de Jaime Serra

Comemorações do 78.º Aniversário do PCP

Comício em Grândola

78.º aniversário do PCP

25 anos

do 25 de Abril

Sábado, 13 de Março, 16 h

- Praça D. Jorge

com Ilda Figueiredo

e Carlos Carvalhas

1999
Força PCP!
A Esquerda que faz a diferença

COMÍCIO
78.º ANIVERSÁRIO

Dom. 14 Março 15h30

RIVOLI

CARLOS CARVALHAS

Secretário-Geral do PCP

ILDA FIGUEIREDO

Cabeça de Lista do PE pela CDU

- Almada - Dia 13: debate sobre «Imprensa do Partido» no Pragal - 21h30, SRUP (Soc. Recr. União Pragalense), com José Casanova; almoço da freguesia de Laranjeiro, dia 13: almoço, 13h, CT; Dia 14: almoço no Monte de Caparica, CT, 13h
- Almeida - Dia 13: almoço-convívio, 12h30, com Francisco Lopes
- Alpiarça - Dia 14: almoço-convívio, no Pavilhão da Feira, 13h, com Jerónimo de Sousa
- Avis - Dia 14: convívio da freguesia de Ervedal, CT de Ervedal, 15h
- Barcelos - Dia 13: jantar comemorativo, 20h
- Barreiro - Dia 13: Jantar-convívio concelhio nos Penicheiros, 20h, com Álvaro Cunhal e Ilda Figueiredo; dia 11, hoje: almoço-convívio no CT da freguesia de Barreiro, 13h, com Helder Madeira
- Beja - Dia 14: almoço-convívio nos Bombeiros Voluntários de Beja, 13h, com João Amaral
- Cartaxo - Dia 13: almoço-convívio na Escola Secundária, 13h, com Luís Sá
- Entroncamento - Dia 13: jantar no Rest. Subeca, 20h, com João Amaral
- Faro - Dia 13: jantar-convívio em S. Brás de Alportel, CT, 20h. Dia 14: almoço-convívio em Silves, CT, 13h. Dia 21: convívios em Lagos (CT, 13h), Monchique (CT), S. Bartolomeu de Messines (CT) e Tavira. Nestas iniciativas participam Albano Nunes, Carlos Luís Figueira, João Zagalo, Mário de Sousa.
- Guarda - Dia 13: jantar no Rest. A Grelha, 20h, com Odete Santos
- Lisboa - Dia 13: almoço-convívio da freguesia de Alcântara no Centro de Trabalho de Alcântara, 13h; almoço da freguesia de Penha de França, CT da Graça, 12h30 (Inscrições: tel. 8138119);

almoço da freguesia de Ajuda, CT da Ajuda, 13h; convívio da célula da ex-Guérin, Quinta da Atalaia, com Júlio Filipe

- Idanha-a-Nova - Dia 13: jantar no Café Milanese, 20h, com Henrique de Sousa
- Lourinhã - Dia 13: almoço no Rest. 101, 13h, com António Bogalho.
- Moita - Dia 13: convívio dos trabalhadores da autarquia nas instalações da ex-Socorquex, 15h. Dia 14: almoço em Sarilhos Pequenos, CT, 13h, com Domingos Abrantes
- Ourique - Dia 13: convívio em Santana da Serra no café de Fernando Góis, 13h, com António João
- Montijo - Dia 14: almoço no CT, 13h, com José Abreu
- Palmela - Dia 12: almoço dos trabalhadores da autarquia na Soc. Filarmónica Palmelense («Loureiros»), 13h, com José Casanova
- Seia - Dia 14: almoço, 12h30, com Odete Santos. Dia 13: inauguração da Exposição de Trabalhos Artísticos e Artesanais realizados por mulheres no CT do PCP, 16h
- Sintra - Dia 13: almoço na Quinta da Madre de Deus, Ribeira de Sintra, Rest. A Tendinha, 13h, com António Andrez. Música ao vivo. (Inscrições: nos CTs de Sintra ou tels. 9142336-9131355)
- Sobral de Monte Agraço - Dia 14: almoço, 13h, com Sérgio Ribeiro
- Torres Vedras - Dia 13: jantar, 20h, com Joaquim Miranda
- Tortosendo - Dia 13: jantar comemorativo no CT, 13h

Reuniões e debates preparatórios do 6.º Congresso da JCP

Para discussão dos documentos a propor ao Congresso e eleição de delegados estão previstas nos próximos dias, entre outras, as seguintes reuniões em

Lisboa (Superior) - dia 11; Colectivo do ISEG - dia 12; debate sobre **Habituação** - dia 13, JF Alcântara, 16h; jantar e concerto no CT da Ajuda - dia 13, 20h) **Porto (Valongo)** - dia 12, Gaia - dia 13), **Setúbal** (Moita - dia 13), **Amadora** - dia 13, **Oeiras** - dia 7), **Bragança** (Mirandela - dia 12), **Castelo Branco** (Colectivo do Superior - dia 11, 18h, CT da Covilhã), **Coimbra** (Secundário - dia 13), **Guarda** (Plenário Distrital - dia 13, 15h, CT da Guarda), **Viseu** (Cidade de Viseu - dia 12), **Santarém** (Reunião distrital Secundário, dia 13, 15h30, CT de Torres Novas), **Funchal** (dia 11, CT do Funchal)

Tires

Sábado, 13, a partir das 19h, Largo de Tires

Festa-concerto da Juventude:

bandas Ruptura, Pope's Bull, grupo MPP Erva de Cheiro



Torres Novas

Sábado, 13, à noite (22h30)

Festa-convívio na Casa do Povo de Riachos:

concerto com 4 bandas, dança

LISBOA

Sobre «O pacote laboral», promovido pela Org. do Ensino Superior de Lisboa com a participação de Arménio Carlos: dia 16, às 21h, no CT Vitória.

COIMBRA

Ciclo 3 manifestos sobre a cultura em Coimbra

1.º manifesto - O URBANISMO E A ARQUITECTURA

Com o Arq. José António Bandeirinha e outros arquitectos e professores

Casa Municipal da Cultura / Sala Polivalente
10 de Março - 21h30

2.º manifesto - MÚSICA

Com músicos e outros entendidos

Casa Municipal de Cultura / Sala Polivalente
17 de Março - 21h30

Excursão

à Serra da Estrela

Dias 27 e 28 de Março

promovida pela Comissão de Freguesia dos Prazeres

Dia 27

Saída às 6h45 do CT do PCP na R. Possidónio da Silva, 74 Dormida, jantar e pequeno-almoço no Hotel de Turismo da Guarda

Dia 28

Passagem por Guarda, Manteigas, Piornos, Torre, Sabugueiro, Seia (almoço), Nelas, Santa Comba Dão, Buçaco, Luso, Coimbra.

Inscrições e informações: CT dos Prazeres - tels. 397 24 67 - 397 46 61

TELEVISÃO

Quinta, 11

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Malha de Intrigas
16.35 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 As Lições do Toncecas
21.40 Grande Entrevista
23.30 Liga dos Campeões
00.30 Miguel Ângelo ao Vivo
01.45 24 Horas
01.30 Ciclismo: Volta ao Algarve
01.45 Amores que Matam
(de Stephen Whittaker, Gr.Br./1997, com Magie O'Neill, Peter Howitt, Julian Kerridge. Drama)

Sexta, 12

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 Casa Cheia
21.35 Uma Casa em Fancos
22.40 Atlântico
23.45 Serviço de Urgência
00.45 24 Horas
01.45 Desporto - NBA: N. York-Chicago
RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.40 A Terra
16.35 Encontros Imediatos
17.30 Desporto
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.10 Espectáculo e Negócios
21.00 Portugalmente
21.30 Remate

Sábado, 13

- RTP 1
08.00 Infantil/Juvenil
12.00 Made in Africa
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Top+
15.05 Espelho Meu
15.40 Saber & Fazer
16.15 Barafunda no Acampamento
(de John Cherry, EUA/1987, com Jim Varney, Victoria Racimo, John Vernon. Comédia)
17.05 Estrada Viva
18.45 Santa Casa
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Porto-U. Leiria
23.00 Nash Bridges
24.00 24 Horas
00.55 Branco Não Sabe Meter
(de Ron Shelton, EUA/1992, com Wesley Snipes, Woody Harrelson, Rosie Perez. Comédia)
RTP 2
09.00 Universidade Aberta
12.00 Cidade Louca
13.00 Contos Assombrosos
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.50 Blake e Mortimer
19.20 2001
19.50 Onda Curta

Domingo, 14

- RTP 1
08.00 Infantil / Juvenil
11.15 Atletismo: Corta-Mato
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Made in Portugal
14.55 Regresso ao Futuro II
(de Robert Zemeckis, EUA/1989, com Michael J. Fox, Christopher Lloyd, Lea Thompson. Ficção Científica)
17.00 A Ferro e Fogo
18.00 Já que Falamos de Sexo
18.50 GLx
19.30 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
21.10 Jet 7
21.50 Débora
22.25 Conversas de Mário Soares
23.30 Domingo Desportivo
01.00 Perigo Iminente
01.55 24 Horas
RTP 2
09.30 Novos Horizontes
10.30 Missa
11.30 Um Mergulho no Mundo
12.30 Heróis em Acção
13.30 Ekhaya
14.30 Murphy Brown
15.00 Desporto 2
18.00 Jornal de África
18.40 A História de Nikita

Segunda, 15

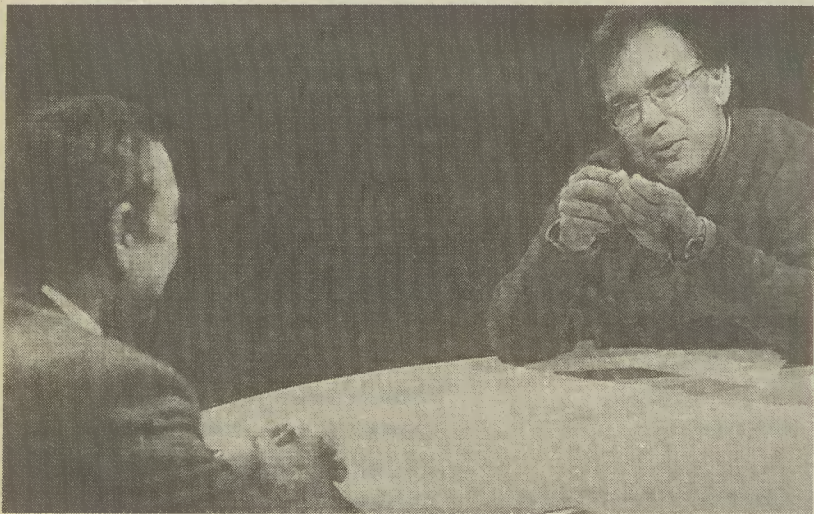
- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Malha de Intrigas
16.35 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
20.45 Contra Informação
21.00 Nós os Ricos
21.35 Canções da Nossa Vida
23.05 Guerra Fria
24.00 24 Horas
01.25 Amigos
RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.40 Rumo ao Sul
16.35 O Nosso Charly
17.30 Madeira
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.05 Ao Natural
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2

Terça, 16

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Malha de Intrigas
16.35 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 Cromos de Portugal
21.45 Herman 99
23.45 Liga dos Campeões
00.20 Dharma e Greg
00.50 24 Horas
01.35 Seaquest, Brigada Submarina
RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.35 O Prémio do Teu Amor
(de Busby Berkeley, EUA/1942, com Judy Garland, George Murphy, Gene Kelly. Ver Destaque)
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.15 África (Documentário)

Quarta, 17

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Ciclismo
16.00 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.00 País País
18.40 País Regiões
18.55 Os Lobos
19.35 Liga dos Campeões: Inter-United
21.55 Telejornal
22.50 O Silêncio dos Inocentes
(de Jonathan Demme, EUA/1990, com Anthony Hopkins, Jodie Foster, Scott Glenn, Lawrence T. Wrentz. Ver Destaque)
01.05 Liga dos Campeões
02.10 24 Horas
03.00 Rotações
RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.40 Derrick
16.35 O Homem Sombra
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá



«Já que Falamos de Sexo», um programa de Allen Gomes na RTP1 (sábado à noite) trouxe como convidado um pioneiro do tema na nossa televisão - Júlio Machado Vaz

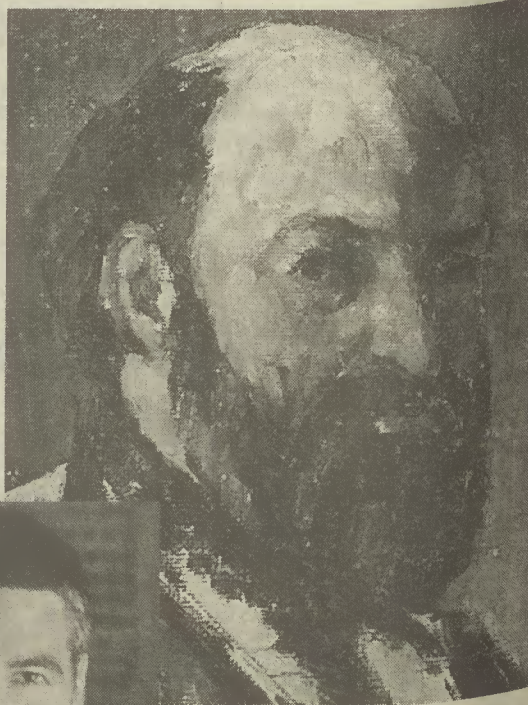


Kim Delany, intérprete de «A Balada de Nova Iorque»

Nelson Mota e Eugénia Melo e Castro juntam a música popular de Portugal e Brasil em «Atlântico»



George Clooney, a despedir-se da série «Serviço de Urgência»



Cézanne, o homem e o pintor, no «Artes e Letras» de Domingo

- 20.10 Eu, César
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 O Sabor da Cereja
(de Abbas Kiarostami, Irão/1997, com Homayoun Ershadi, Ahdolhossein Bagheri, Afshin Khorshidbakhtri. Ver Destaque)
00.35 A Paixão dos Santos

- SIC
08.00 Buêrére
11.00 Sic 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.00 Camilo
17.30 Meu Bem Querer
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Jornalistas
22.00 Torre de Babel
23.15 Esta Semana
01.00 Da Terra à Lua
02.05 Último Jornal
03.00 Vibrações

- TVI
09.00 A Bela e o Monstro
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Heróis por Acaso
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Seres na Escuridão
(de Jorge Montesi, EUA/1996, com Faith Ford, Stephen Tobolowsky, Thomas Gibson. Drama)
24.00 Terra, Conflito Final
01.00 Doido por Ti
02.20 A Esquadra de Brooklin



Dawn French, a brilhante protagonista de «Crimes do Pior»

- 22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.35 Noites Brancas
(Documentário «Jacks», debate e a longa-metragem América, América)

- SIC
08.00 Buêrére
11.00 Sic 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.00 Camilo
17.30 Meu Bem Querer
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Um Sarilho Chamado Marina
21.30 Ponto de Encontro
22.40 Torre de Babel
24.00 Donos da Bola
02.10 Último Jornal

- TVI
09.00 A Bela e o Monstro
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Heróis por Acaso
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Primeira Vaga
23.00 O Duetto das Almas
(de Diane Ladd, EUA/1995, com Diane Ladd, Bruce Dern, Kelly Preston, Shelley Winters. Drama)
01.00 Doido por Ti
01.50 Negócio Explosivo
(de Charlotte Brainsstorm, Fr./1993, com Christopher Walken, Carole Bouquet, Jonathan Pryce. Drama)
04.00 A Esquadra de Brooklin

- (Charlot Vagabundo, The Tramp, EUA/1915; Charlot no Banco, The Bank, EUA/1915. Curtas-Metragens de Charlie Chaplin. Ver Destaque)
20.10 Horizonte
20.50 O Caminho das Estrelas
22.00 Jornal 2
22.35 O Lugar da História
23.35 Allô, Allô!
00.05 Crimes do Pior
00.35 Smith & Jones
01.00 Armadilha de Vénus
(de Robert van Ackeren, RFA/1988, com Myriem Roussel, Horst Günther Max, Sonja Kirschberger. Erótico)

- SIC
08.00 Buêrére
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 F/X - Efeitos Mortais
(de Robert Mandel, EUA/1986, com Bryan Brown, Brian Dennehy, Diane Venora, Mason Adams, Jerry Orbach. Ver Destaque)
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Ai os Homens!
23.15 Mulher
00.15 O Sexo e a Cidade
00.45 Assassinos de Elite
(de Sam Peckinpah, EUA/1975, com James Caan, Robert Duvall, Arthur Hill. Ver Destaque)
02.50 Último Jornal

- TVI
09.00 A Bela e o Monstro
09.35 Animação
13.30 Contra-Ataque
14.55 Acção em Aca pulco
15.45 A Estrela
(de Michael Miller, EUA/1993, com Jennie Garth, Craig Berko, Terry Farrell, Ted Wass. Drama)
17.25 Conta Comigo
(de Rob Reiner, EUA/1986, com Wil Wheaton, River Phoenix, Corey Feldman, Jerry O'Connell, Richard Dreyfuss. Ver Destaque)
19.00 Travesti
(de Christopher Monger, Gr.Br./1991, com Julie Walters, Adrian Pasdar, Paul Freeman. Comédia)
21.00 Directo XXI
22.00 O Dia Seguinte
(de Bethany Rooney, EUA/1996, com Candace Cameron Bure, Mark-Paul Gosselaar, Bess Armstrong. Drama)
24.00 Caçador Infernal
(de Fred Williamson, EUA/1994, com Milles O'Keefe, Peter Colvey, Lynne Adams, Jason Cavalier. Drama)
02.00 A Esquadra de Brooklin

- 19.30 Bom Bordo
20.05 Artes e Letras - «Cézanne»
21.20 Ivanhoe
22.00 Jornal 2
22.35 Horizontes da Memória
23.05 Olhos nos Olhos

- SIC
8.00 Buêrére
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Coração Rebelde
(de Tony Bill, EUA/1993, com Christian Slater, Marisa Tomei, Rosie Perez, Kyle Secor. Ver Destaque)
16.00 Buffy, Caçador de Vampiros
18.00 Futebol: Benfica-Boavista
20.00 Jornal da Noite
21.05 Polícias à Solta
21.40 Chuva de Estrelas
22.50 Hilda Furacão
23.55 O Império do Mal
(de Michael Karbelnikoff, EUA/1991, com Christian Slater, Patrick Dempsey, Richard Grieco, Lara Flynn Boyle. Policial)
01.55 Último Jornal
02.30 Boxe: Hollyfield-Lewis
03.10 Dra. Quinn

- TVI
09.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.15 Missa
13.00 Os Últimos Paraísos na Terra
14.00 O Peixe do Amor
(de John Sayles, EUA/1992, com Mary McDonnell, Alfred Woodard, Leo Burmester, Vondie Curtis-Hall. Ver Destaque)
16.00 Polícia de Intervenção
(de Kevin Hooks, EUA/1993, com Cynthia Rothrock, Paul Winfield. Acção)
17.35 Tirem-me Deste Corpo
(de Melanie Mayron, EUA/1995, com Shelley Long, Gaby Hoffmann, Sandra Bernhard. Comédia)
19.30 Futebol (Campeonato de Itália)
21.15 Directo XXI
22.00 Culpado ou Inocente
23.00 Fuga Sem Regresso
(de Bill Norton, EUA/1995, com Tracey Gold, Thomas Calabrio, Bess Armstrong, Nick Searcy. Drama)
00.45 O Rei das Berlangas
(de Artur Senedo, Port./1978, com Mário Viegas, Maria Albergaria, Zita Duarte, Paula Guedes, Isabel de Castro. Comédia)

- 22.35 Acontece
22.50 Jogo Falado
23.50 Novos Heróis

- SIC
08.00 Buêrére
10.00 Cuidado com o Fantasma
11.00 Sic 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Juiz Decide
12.40 Fátima Lopes
17.30 Malucos do Riso
18.00 Meu Bem Querer
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Torre de Babel
22.00 Roda dos Milhões
00.10 Duetos Imprevistos
01.15 Último Jornal
01.50 Filmes do Século: «O Toiro Enraivecido»
(de Martin Scorsese, EUA/1980, com Robert De Niro, Cathy Moriarty, Joé Pesci, Frank Vincent, Nicholas Colasanto. Ver Destaque)
05.20 Vibrações

- TVI
09.00 A Bela e o Monstro
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Heróis por Acaso
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 A Raiva
23.00 Delta de Vénus
(de Zalman King, EUA/1995, com Andie England, Eric da Silva, Rory Campbell, Costa Mandylor. Erótico)
01.00 Doido por Ti
01.40 Desporto
02.35 Esquadra de Brooklin

- 21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 The Crown and the Country
23.20 Ler para Crer
00.20 A Noite com Jools Holland

- SIC
08.00 Buêrére
10.00 Cuidado com o Fantasma
11.00 Sic 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Juiz Decide
12.40 Fátima Lopes
17.30 Malucos do Riso
18.00 Meu Bem Querer
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.10 Torre de Babel
23.15 Casos de Polícia
00.15 Balada de Nova Iorque
01.15 Toda a Verdade
02.20 Último Jornal
03.15 Vibrações

- TVI
09.00 A Bela e o Monstro
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Heróis por Acaso
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 A Raiva
23.00 Delta de Vénus
(de Stacey Furtie, EUA/1996, com Brandon Smith, Gary Busey, Kristen Cloke, Lorenzo Lamas. Acção)
24.00 A Sombra da Morte
(de Alan Metzger, EUA/1991, com Scott Bakula, Lindsay Frost, Miguel Ferrer. Drama)
02.30 Doido por Ti
03.10 Feedback

- 21.05 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Sinais do Tempo
23.45 Carlos Cruz
00.45 24 Horas para a Morte

- SIC
08.00 Buêrére
10.00 Cuidado com o Fantasma
11.00 Sic 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Juiz Decide
12.40 Fátima Lopes
17.30 Malucos do Riso
18.00 Meu Bem Querer
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.05 Conversa da Treta
21.30 Torre de Babel
22.45 Cantigas de Mal Dizer
23.45 Jogos de Poder - O Atentado
(de Phillip Noyce, EUA/1992, com Harrison Ford, Anne Archer, Patrick Bergin. «Thriller»)
02.05 Último Jornal
03.10 Vibrações

- TVI
09.00 A Bela e o Monstro
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Heróis por Acaso
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
21.35 Queo Justica!
22.00 Caça ao Outubro Vermelho
(de John McTiernan, EUA/1990, com Sean Connery, Alec Baldwin, James Earl Jones, Sam Neil. Acção)
00.45 Os Vigilantes
01.45 Doido Por Ti
02.40 Lanterna Mágica
03.15 A Esquadra de Brooklin

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

O Sabor da Cereja

(Quinta, 22.50, RTP2)

Nos arredores de Teerão, um homem cansado da vida e que decide pôr-lhe termo, procura alguém que se ocupe do seu enterro após a morte, convidando para entrar no seu carro várias pessoas às quais vai tentando vencer daquela tarefa – embora todos a recusem, à excepção de um que, entretanto, estava convencido de que o homem não iria cumprir o que pretendia. Eis o resumido argumento de *O Sabor da Cereja* (1997), um dos últimos filmes do grande cineasta iraniano Abbas Kiarostami, cuja visão é aconselhada pelas referências e que alcançou, no Festival de Cinema de Cannes do mesmo ano, nada menos do que a Palma de Ouro. A descobrir.

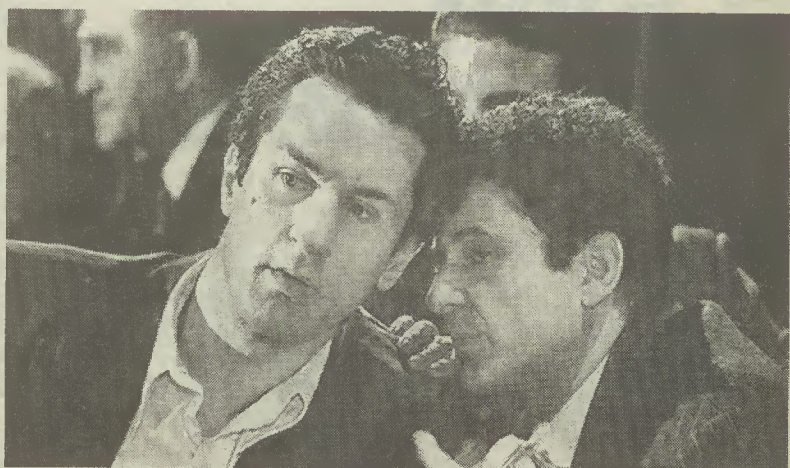
F/X - Efeitos Mortais

(Sábado, 14.00, SIC)

O argumento deste filme é um achado: dois funcionários do Departamento de Justiça contratam um especialista em «efeitos especiais» para o cinema para dar o seu contributo à encenação do assassinato de um chefe da Máfia – a forma mais eficaz de subtrair este à sua liquidação por parte dos rivais, o que, a acontecer, o impediria de depor como testemunha de acusação. Mas o nosso «especialista» cedo acaba por pressentir que está a ser usado como peça fundamental de uma qualquer golpada, embo-



Marisa Tomei e Christian Slater, em «Coração Rebelde», um filme de Toni Bill



Robert De Niro e Joe Pesci, em «O Toiro Enraivecido», de Martin Scorsese

lhava... O argumento deste filme de espionagem é algo desajeitado mas não há dúvida de que Peckinpah consegue dar a volta por cima e encenar com enorme talento visual, como só ele sabe, as múltiplas cenas de acção que polvilham todo o filme. Ainda com Bo Hopkins e Robert Duvall. A confirmar.

Coração Rebelde

(Domingo, 14.00, SIC)

História da paixão quase silenciosa entre uma empregada de balcão e um empregado de cozinha num restaurante nocturno, eis um melodrama daqueles à antiga – mas excelentemente bem representado pelos protagonistas principais, Marisa Tomei e Christian Slater. Uma

mento se centra à volta de uma parilha de artistas de music-hall que vêem a sua carreira em risco de interrupção pelo início da I Guerra Mundial e o alistamento para o exército. Com Judy Garland e Gene Kelly nos principais papéis, o destaque vai ainda para canções como *The Bells are Ringing for Me and my Gal* ou *After You've Gone*, dois grandes êxitos de Judy Garland nessa época.

O Silêncio dos Inocentes

(Quarta, 22.50, RTP1)

Talvez que, por muitos anos, esta interpretação de Anthony Hopkins vá permanecer como uma referência incontornável no que aos filmes de horror diz respeito. Tudo começa na primeira e espantosa cena de *O Silêncio dos Inocentes*, em que o vemos, em plena cela, demonstrando com exuberância a controlada quietude própria dos animais mais ferozes e sanguinários, seguros do seu poder e indestrutibilidade. Uma cena que, mesmo nas sequências

em que ele não está presente, marca definitivamente a atmosfera sinistra de todo o filme, brilhantemente realizada por um Jonathan Deeme sempre à beira do risco que a adaptação de todas as histórias excessivas comporta e que o cineasta domina, quase por completo, numa das mais terríveis e chocantes obras cinematográficas dos últimos anos. Alguns traços da história são mais que conhecidos, pelo «ruído» que o filme despertou: ela gira à volta de um tenebroso assassino «em série», Hannibal Lecter, que tem o estranho hábito de... comer as suas vítimas (e, por isso, é conhecido por Hannibal, o Canibal), embora os investigadores se sirvam dele para tentar arrancar pistas que levem à prisão de um outro criminoso, conhecido por Buffalo Bill, este com um outro terrível costume... o de tirar a pele às pessoas que mata. Jody Foster, no papel de investigadora, tem uma brilhante interpretação nesta nova face da temática a bela e o monstro. Um filme cuja visão naturalmente apenas se aconselha a quem tenha nervos de aço.



Anthony Hopkins e Jodie Foster, numa cena de «O Silêncio dos Inocentes», de Jonathan Demme

ra não resista a envolver-se cada vez mais. E, tal como ao espectador, as perguntas começam a assaltá-lo. O assassinato do gangster foi, de facto, encenado com a ajuda dos seus «efeitos especiais» – ou aconteceu na realidade? E, afinal, quem é que queria eliminá-lo? E fará o nosso «herói» também parte da lista dos homens a abater? Tudo isto contribui para o suspense de um filme cuja visão é agradável e que, tendo como premissa os «efeitos especiais», está longe de exclusivamente viver deles. Além disso, há a registar um conjunto de boas interpretações, de que se destaca a desse grande actor que é Brian Dennehy...

Conta Comigo

(Sábado, 17.25, TVI)

Especializado, sobretudo, na comédia, o realizador Rob Reiner ensaia aqui, em *Conta Comigo*, uma espécie de «thriller» cómico que tem, como argumento, um romance autobiográfico de Stephen King (*The Body*) – interpretado e narrado por Richard Dreyfuss – que nos conta as aventuras de quatro rapazes em busca do corpo de uma adolescente desaparecida, uma jornada arriscada na qual, perante os vários perigos, os valores da amizade vêm a primeiro plano.

Onda Curta: Charlot Vagabundo; Charlot no Banco

(Sábado, 19.50, RTP2)

Eis duas curtas-metragens impagáveis de Charlie Chaplin, ambas datadas de 1915, e que se transformaram em dois clássicos da cinematografia do grande cineasta. Na primeira, *Charlot exprime a ternura pelas mulheres*; na segunda, o nosso vagabundo é empregado de limpeza de um banco e vê-se apanhado nas suas constantes confusões entre sonho e realidade... A não perder.

Assassinos de Elite

(Sábado, 00.45, SIC)

Um assassino profissional (James Caan) revolta-se contra os seus mandantes (uma firma de agentes secretos que trabalha em ligação com a CIA) e o filme conta-nos a história das incidências e consequências deste acto de «rebelião». Dizem as más-línguas, entretanto, que o filme foi uma forma de o realizador Sam Peckinpah se revoltar (também ele) contra os produtores para quem traba-

espécie de conto de fadas do nosso tempo que (ao que dizem as referências) parece ver-se com agrado. De qualquer maneira, numa *matinée* de domingo, não se pode pedir muito mais...

O Peixe do Amor

(Domingo, 14.00, TVI)

Outra opção para a *matinée*, é este filme (também «para as famílias») que nos conta a história de uma actriz que sofre um acidente e fica paralisada, indo curar os seus padecimentos físicos e psicológicos para a casa da família na Louisiana, onde é sobretudo encorajada por uma enfermeira negra que é colocada à sua disposição. Uma grande interpretação de Mary McDonnell, acompanhada à altura por Alfre Woodard.

O Toiro Enraivecido

(Segunda, 01.50, SIC)

Uma das obras mais notáveis da cinematografia de Martin Scorsese, aqui na reconstituição da vida dramática de Jack La Mota, talvez o nome mais carismático da infundável galeria de grandes pugilistas norte-americanos. Acompanhando a trajetória de *La Mota*, Scorsese sabe do que fala: da vida miserável do submundo de Nova Iorque, onde aquele se revelou, até à fama de uma carreira que passou pela conquista do campeonato do Mundo de pesos médios. Pelo meio, a realidade de uma artificialmente propiciadora da glória e das paragonas, mas profundamente solitária, vazia, violenta e sem sentido. A criação de Robert De Niro no papel principal (que se dispôs a engordar muitos quilos para melhor incarnar a fase de decadência) é memorável, assim como a fotografia a preto-e-branco de Michael Chapman, a primeira contemplada com um Oscar e a segunda com uma nomeação.

O Prémio do Teu Amor

(Terça, 15.35, RTP2)

Produzido por Alfred Freed para a MGM, eis um musical realizado por mestre Busby Berkeley cujo argu-

CABO & SATÉLITE

Um Comboio de Luxo

O canal francófono TV 5 vem apresentando uma série de documentários subordinados ao título genérico «Des Trains pas Comme les Autres» e que, como o título indica, se referem a comboios de luxo que, ainda hoje, fazem reviver o fascínio das grandes viagens continentais por via férrea. Intitulado «Trains de luxe en Asie», a primeira parte de uma série de dois documentários sobre uma viagem fantástica pelas profundezas misteriosas da Ásia (passando pela Índia e pela Tailândia), revela-nos os contrastes de uma viagem a bordo do «Royal Orient», um autêntico palácio viajando sobre os carris e atravessando países povoados por milhões de deserdados da fortuna e da sorte. (TV 5, Quinta, das 20.05 às 21.15)

Um grande nome da «pop»

Passam nestes dias os 30 anos do início da carreira de um dos mais famosos nomes da *pop*: o canadiano Neil Young, nascido em 45 em Toronto e que iniciou a sua carreira no grupo *The Squires*, antes de integrar *The Mynah Birds* e de formar o grupo mítico *Buffalo Springfield* – isto sem falar do grupo ainda formado por *Crosby*,

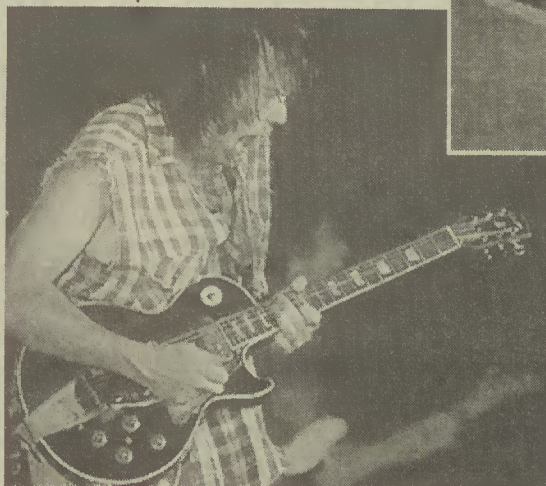
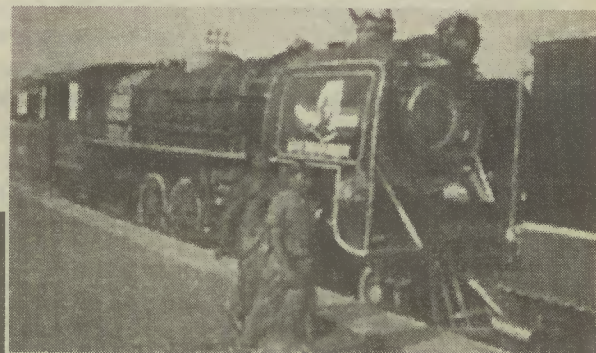
Stills e *Nash*. Para além de uma digressão mundial e de um novo álbum previsto para lançamento este ano, este acontecimento vai ser agora comemorado devidamente no canal musical MCM, com uma «integral» dividida em duas partes, a primeira das quais vai para o ar na Sexta-feira às 18.30.

(MCM, Sexta-feira, das 18.30 às 19.30)

O Segredo da Esfingie

Apresentando em geral séries documentais cuidadas sobre temáticas relacionadas com a História, o canal Discovery começa agora a apresentar uma série intitulada «Revelações do Egipto», uma temática relacionada com uma das épocas que mais mistérios e dúvidas encerra para o homem de hoje. Segundo se anuncia, «nesta série, o Discovery pretende, precisamente, divulgar as mais recentes descobertas feitas pelos investigadores e as conclusões a que estes chegaram sobre como era a vida no Antigo Egipto».

(Discovery, terças, das 22 às 23 horas)



A gula e a gamela

O Jornal da Noite da SIC deu, na passada sexta-feira, notícia de que José Eduardo Moniz estará a ser investigado num caso que se configurará como de corrupção passiva, surgindo a Olivledesportos como possível entidade corruptora. Segundo a informação, a José Eduardo Moniz e a Manuela Moura Guedes terão sido pagas por aquela empresa duas viagens, uma ao Brasil e outra aos Estados Unidos, o que poderá ter estado relacionado com um alegado favorecimento da Olivledesportos pela RTP, onde Moniz era então o «homem forte». De acordo com os deveres formais da boa deontologia jornalística, a SIC deu também conta de que o investigado já rejeitara a suspeita num breve fax que endereçara à estação. Dois dias depois, o «Público» deu seguimento ao que a SIC revelara numa notícia a quatro colunas da sua última página, com todos os pormenores que decerto pôde reunir.

A inclusão do desmentido de Moniz é sem dúvida importante e simpática, e é claro que a SIC se referira a uma investigação ainda em curso, isto é, a qualquer coisa que estava longe de estar provado. Porém, quem manda nos noticiários da SIC não é parvo nem ingénua e, por isso, sabe perfeitamente que notícias como esta, mesmo se duvidosas e mais tarde completa-

Cosmos acerca do caso afigura-se-me pelo menos muito plausível, embora seja claro que eu não tenho de dar palpites acerca de uma questão que estará a ser investigada pela Polícia Judiciária. Tudo me parece, pois, apenas um sinal de gula pelo escândalo e de alguma hostilidade por parte da SIC, o que situa o incidente à condição de miudeza lá entre eles.

Um misterioso fastio

Há nisto, porém, o óbvio vestígio de uma outra gula, da mesma cepa mas muito mais ampla, que há muito alastra pela Comunicação

Social portuguesa e não apenas por ela: a caça, muito mais aparente que real, à corrupção e aos corruptos, não por respeitáveis e até recomendáveis motivações cívicas e morais mas sim, muito mais simples e verdadei-

ramente, porque notícias sobre corrupções efetivas ou supostas, tanto faz, são boa mercadoria de excelente venda, promovem e qualificam jornais, rádios e TVs, dão aos jornalistas envolvidos na informação o natural sentimento de serem «justiceiros» ou pelo menos de o parecerem, o que para o caso vale o mesmo. Assim o público é diariamente abastecido de casos de corrupção de gente da política e dos futebolis, que são os territórios com maior visibilidade conferida, aliás, pelos mesmíssimos *media* que depois os varrem com rajadas de suspeitas e denúncias.

Que as corrupções existem não oferece dúvida, mas é preciso acrescentar que é natural ser assim, que o contrário é que seria muito de maravilhar numa sociedade onde o pragmatismo (isto é, a ausência de embaraços éticos, de escrúpulos) atirou para o sótão das velharias os arcaicos valores de honradez e lealdade, tornados característicos de obsoletos «perdedores» num mundo que só valoriza e aplaude os «ganhadores». O neoliberalismo puro e duro, que é ainda dominante, celebra as virtudes do «killer instinct», e quando se lembra isto está tudo dito, mesmo que a fórmula só deva ser entendida em sentido figurado, o que de resto nem sempre acontece. Porém, o que em tudo isto se me afigura mais interessante, talvez mais importante, é que o verdadeiro habitat da corrupção, o terreno onde radicam todas as suas tradições e todos os seus métodos, é o mundo dos negócios, sem ue os *media* minimamente se mostrem comovidos com isso, salvo exceções raríssimas. Dir-se-ia mesmo, muitas vezes, que a gula do jornalismo dito de investigação é substituída por um desconcertante fastio que leva a que se desvie os olhos para não ver. Fico a perguntar-me se o alarido em torno de por vezes mínimas, outras vezes só míticas, corrupções na política e no futebol não servem para desviar as atenções da macrocorrupção endémica que grassa no negociismo. E se o fastio não decorre de poder ficar em risco, se a gula persistir, a manutenção da gamela que o patronato proprietário dos *media* estende aos que nos abastecem de notícias.

TVISTO

■ Correia da Fonseca



mente desmentidas, lançam sobre os acusados uma nódoa de facto indelével. Quer isto dizer que é de todo improvável que a SIC, ao dar a notícia que deu, aliás em infração não só das regras éticas mas também a disposições legais, não quisesse atentar contra a imagem pública de José Eduardo Moniz no momento em que este parece estar a ter êxito profissional à frente da TVI. Por este possível motivo, que é muito visível, ou por qualquer outro, isso será o que menos importa.

Por mim, parece-me de todo improvável que Moniz se tenha «vendido» pelo valor de duas viagens duplas que custaram cerca de 1600 contos, verdadeira bagatela para um homem como ele que, de resto, pouco tempo depois saiu da RTP com contratos de futura prestação de serviços que, esses sim, ascenderam a valores verdadeiramente interessantes. Aliás, a explicação depois avançada pela agência de viagens

Dedicado ao 25 de Abril Novo número de *O Militante*

A caba de sair mais um número de *O Militante*, referente a Março/Abril do corrente ano. E, como não podia deixar de ser, a abrir com textos dedicados ao 25.º aniversário do 25 de Abril. Na capa, o cartaz alegórico à aliança Povo-MFA, da autoria de João Abel Manta, um desenho que todos os que viveram os momentos gloriosos da Revolução dos cravos guardam na memória.

Logo no Editorial se chama a atenção para as comemorações deste ano e para a necessidade de que sejam retomados os caminhos então abertos por Abril. Mas outras páginas lhe são dedicadas, com destaque para a extensa entrevista concedida pelo General Vasco Gonçalves, que foi Primeiro-Ministro de Portugal durante o período revolucionário e esteve à frente de quatro governos provisórios. Um artigo de Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP, já então um destacado activista do movimento operário, recorda o primeiro dos 1.º de Maio após a Revolução. E outro artigo, do camarada Joaquim Gomes, que integrava a primeira Comissão Política do PCP conhecida após o 25 Abril, lembra o encontro havido entre uma delegação do Partido com a Junta de Salvação Nacional, o órgão indicado pelo Movimento das Forças Armadas para assumir o poder.

Como é natural, este número de *O Militante* não se esgota nestas páginas comemorativas e publica muitos outros artigos sobre diversas matérias, dedicando especial atenção às questões organizativas do Partido. Desta vez, chamando a atenção, num deles, sobre a combinação do esforço de organiza-

ção e as batalhas eleitorais que aí vêm. Noutro, dando conta da realização da IV Assembleia da Organização Regional de Lisboa do PCP.

Questões sociais ocupam também as páginas desta revista - O Trabalho a Tempo Parcial na União Europeia é um deles; outro incide sobre os problemas do Serviço Nacional da Saúde e sobre a necessidade de uma reforma do SNS.

A União Europeia é ainda tema de outro artigo, fazendo notar a necessidade de reforçar a participação dos comunistas no Parlamento Europeu.

Em destaque, a campanha dos 250 mil contos levada a cabo em todo o Partido, uma tarefa de todos os militantes a realizar até Outubro deste ano e com a finalidade principal de fazer frente aos custos de duas campanhas eleitorais.

Em destaque, também, a próxima realização do 6.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa, hoje em fase de preparação e que terá lugar em Almada nos próximos dias 27 e 28 deste mês. Outro artigo, sobre questões de juventude, dedica-se aos problemas da educação e do emprego.

A realização recente do Forum do PCP sobre a Situação das Mulheres no Limiar do Século XXI; a exigência de uma nova política agrícola; os problemas da defesa do ambiente; a escolha da cidade do Porto para Capital Europeia da Cultura em 2001, são outros dos artigos deste número de *O Militante*, que inclui ainda notas e comentários variados, além de publicar a Resolução do Comité Central aprovada na sua reunião de Janeiro.

Proletários de todos os países: UNI-VOS!
O Militante

União Europeia
Uma presença
única que importa
reforçar

MFA, POVO

Neste número

25.º Aniversário
do 25 de Abril

Depoimentos de
Jerónimo de Sousa
e Joaquim Gomes
e entrevista
com o General
Vasco Gonçalves

Melhorar
a organização
e a actividade
eleitoral

Um Partido
mais forte
para intervir melhor

Campanha
dos 250 mil contos

Uma tarefa
para todo o Partido



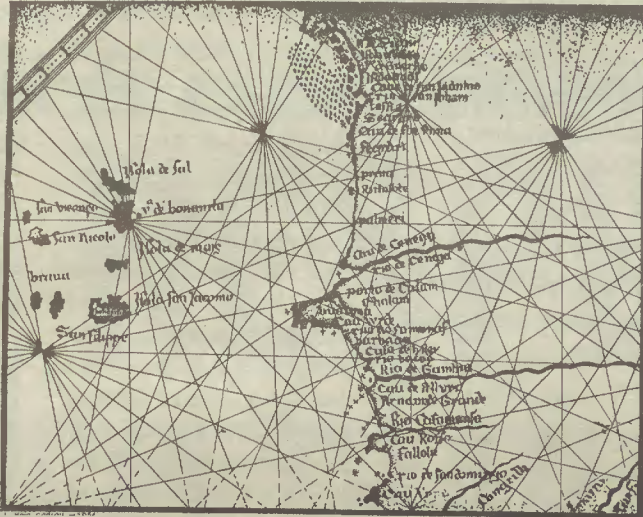
POVO, MFA

ESCAPARATE

Arquipélago de Arquipélagos

Numa iniciativa fortemente original – e que tem o apoio de entidades tão diversas como o Ministério da Cultura de Cabo Verde, a Universidade dos Açores e a Direcção Regional da Cultura dos Açores, a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses ou a Câmara Municipal de Lisboa – o Instituto Franco-Português leva a efeito nos próximos dias 15 a 17 de Março uma realização cultural que intitulou «Arquipélago de Arquipélagos» e que é preenchida com um conjunto de manifestações que aqui se destacam.

Segundo o texto de apresentação, as atenções serão centradas «sobre os Açores e a Madeira, as Antilhas Francesas e Cabo Verde. As ilhas fazem sonhar os poetas e atraem os viajantes. Elas alimentam o imaginário mas também geram ideias feitas: o isolamento, o aprisionamento. A noção de «arquipelaridade» desenvolvida pelo escritor martiniquês Edouard Glissant põe, por seu lado, a tónica sobre a abertura e a relação: ela inspira o conjunto das manifestações de «Arquipélago de Arquipélagos». Conferências e Mesas-Redondas, Cinema, Exposições e Música interrogarão a identidade e a multiculturalidade, a criatividade, a história e o geopolítico bem como as relações entre as culturas francófonas e lusófonas».



Entre estas várias manifestações (cujo programa detalhado pode ser consultado no Instituto Franco-Português) contam-se um ciclo de cinema, com obras como «Contes de Cyclone en Septembre» e «Les Descendants de la Nuit», de Christiane Succab-Goldman (Antilhas), ou «Cidades ou a Lenda de Genádio, o Arcebispo», de José Medeiros (Portugal-Açores); um espectáculo musical por José Medeiros

e conferências e mesas-redondas, como por exemplo «Cabo Verde – Potencialidades e condicionantes da produção artística», de Leão Lopes (Cabo Verde), «O tema ou o mito do retorno nas literaturas insulares», de João de Melo (Portugal-Açores) ou «Arquipelaridade: multiculturalidade e identidade», com a participação de Isabel A. Barcelos, Vera Duarte, Vamberto Freitas, Mário Fonseca, Michel Giraud e António Machado Pires.

Informações e inscrições: Instituto Franco-Português (Av. Luís Bivar, Lisboa), tel.: 3158806.

LIVROS

UM FIO DE FUMO NOS CONFINOS DO MAR

ALICE VIEIRA

CAMINHO



Um Fio de Fumo nos Confinos do Mar

Quem tenha lido os livros de Alice Vieira – e quem os não leu e viveu a infância e a juventude nos anos das duas últimas décadas? – não deixará de se imaginar a fazer uma viagem, acompanhando a prosa desta destacada escritora e «crescendo» ao longo dos seus livros. Este **Um Fio de Fumo nos Confinos do Mar - Editorial Caminho** continua a ser um livro para a adolescência? Certamente que o será, do mesmo modo que muitos clássicos da literatura continuam a lê-lo. Mas podemos todos lê-lo, a reviver as nossas próprias grandes esperanças germinando nos problemas do quotidiano, rememorar as nossas verduras inscritas numa outra fala, nascida já depois do 25 de Abril, numa outra postura perante o mundo. Tudo contado ao jeito de Alice Vieira, ao jeito da crónica, do coloquial, de uma simplicidade que pode encerrar muito – um fio de fumo, ou mesmo os confins do mar...

Dizer é Preciso

Crónicas em Allegro Vivace

Maximiano Gonçalves

Antena 2

AS CRÓNICAS INCONFUNDÍVEIS DA ANTENA 2

Dizer é preciso

Quantas palavras se perdem apenas porque foram ditas e não registadas solenemente em papel? Hoje é já comum, neste mundo mediático, fazer recollections como esta que a **Campo das Letras** publica. Crónicas de radiofonia, como outras são de TV, outras ainda escritas no efêmero jornal. Estas, da autoria de Maximiano Gonçalves, foram ditas em **Allegro Vivace** na Antena 2, e ouvidas por muitos. Aqui, os ouvintes terão a oportunidade de as recordar, e os menos atentos à Rádio a ocasião de as ler em primeiro olhar. Como quase todas as crónicas de jornalista, elas versam sobre uma grande diversidade de questões, com aquele olhar abrangente e nem por isso menos rigoroso de quem sente a responsabilidade de contribuir para a opinião do público.

EXPOSIÇÕES



Pintura na Galeria Gymnásio

Continua patente ao público até à próxima terça-feira 16, na Galeria Municipal «Gymnásio» (ao Chiado), a exposição «Segredos que a Luz não Adormece», um conjunto de trabalhos da pintora Cidália Rodrigues. Nas palavras de Rogério Ribeiro, «a pintura que Cidália Rodrigues vem realizando, numa passagem de quadro a quadro, buscando e refazendo as soluções, dão-nos como que momentos dum trabalho que se sedimenta, que se concentra, que ganha corpo e que aspira a mais espaço e a maior dimensão que, de momento e ao recusar refazê-lo, a autora o anuncia».

Colectiva em Loures

Permanece até 27 do corrente no Centro Cultural da Malaposta (Olivar Basto) a exposição colectiva de pintura integrada nas comemorações do Dia Internacional da Mulher. Participam com os seus trabalhos nesta exposição as pintoras Saskia Moro, Teresa Almeida e Silva e Catarina Sobreiro.

«Homenagem à Mulher»

Também integrada nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, o Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa anuncia a exposição «Homenagem à Mulher», que está patente ao público na Biblioteca Municipal Camões (Largo do Calhariz, Lisboa) e que é constituída por um conjunto de trabalhos do pintor Henrique Tigo, cujas obras, nas palavras de Célia Costa, «reflectem uma personalidade artística fortemente marcada pelos mestres Matisse e Paul Klee, através da utilização selvagem das cores na sua tonalidade mais pura e pela liberdade com que as cores se expandem».

Fotografia de Carlos Gil

No Centro Comercial Colombo (Loja 0.007) pode ser vista até ao próximo dia 29 de Março uma exposição de fotografia de Carlos Gil intitulada «Casal Ventoso, No Vendaval da Mudança», uma impressionante colecção de trabalhos que espelham a realidade crua daquele bairro lisboeta e o esforço de reconversão actualmente empreendido.

MÚSICA

Jovens Compositores Portugueses

É já na próxima quarta-feira 17, pelas 21.30, que tem início na Sala de Ensaio do Centro Cultural de Belém o projecto «Jovens Compositores Portugueses» – com prolongamento no domingo 21, à mesma hora, e com entrada livre, segundo a disponibilidade da sala. Segundo o texto de apresentação deste projecto, ele tem por objectivo «oferecer ao público uma breve panorâmica da mais recente acti-

vidade criativa ao nível musical. Nos dois concertos poder-se-ão ouvir obras instrumentais de câmara tocadas em primeira audição, escritas que foram propositalmente para esta ocasião, destinadas a um instrumentário bastante diversificado que inclui cordas, sopros e percussão». Os compositores cujas obras serão divulgadas nestes dois concertos são os seguintes (na foto, da esquerda para a direita e de cima para baixo):

Luís Pena, João Madureira, Emanuel Marcelino, Diana Ferreira, Elsa Filipe, Helder F. M. Pereira Gonçalves, Luís Tinoco, Ricardo Ribeiro, Carlos Marecos, Jorge Pereira e João Miguel Pais. As interpretações estarão a cargo de um conjunto de músicos da Orquestra Metropolitana de Lisboa, sob a direcção de Jean-Marc Burfin.

TEATRO

Teatro para jovens no CCB

Ainda está a tempo de assistir no Centro de Pedagogia e Formação do CCB às últimas representações de «De Olhos Fechados, Histórias do Viver e do Morrer», um espectáculo de teatro italiano, com representação em português, para dois actores e um músico, e cujo público-alvo se situa entre os 8 e os 14 anos. O guião é de Bruno Stori, a encenação de Letizia Quintavalla e a representação de Flavia Armenzoni e Claudio Guain e o espectáculo conta-nos «a história de um pescador que, num local proibido, pesca um esqueleto que se agarra à sua linha de pesca. Apesar do medo, o pescador chega a passar uma noite com o esqueleto e, com muita paciência e devoção, consegue desembaraçar o esqueleto da linha. Enquanto o homem dorme, o esqueleto, utilizando o coração do pescador como tambor, cumpre um ritual mágico. O pescador ao acordar encontra ao seu lado uma surpresa...». Dias 11, 12 e 15 às 11 horas; dia 13, às 15.30; dia 14, às 11.30.

Estreia no S. João do Porto

É já hoje à noite (21.30) que se estreia no Teatro Nacional de S. João (Porto) a peça «Ilusão Cómica» («Illusion Comique», 1639), de Pierre Corneille numa tradução de Nuno Júdice e que estará em cena até 28 do corrente. A encenação e os figurinos são de Nuno Carinhos, a cenografia de António Lagarto e a luz de Dominique Brugnière, estando a representação a cargo de Alberto Magassela, António Durães, Carlos Gomes, Emília Silvestre, Fernando Moreira, João Paulo Costa, João Reis, Jorge Vasques, Lígia Roque e Luísa Cruz.

Teatro a partir de Kafka

O grupo Artistas Unidos leva à cena, a partir de quarta-feira 17 até 18 de Março, na Sala 1 do Teatro da Comuna, o espectáculo «Dois Homens», um projecto de Luís Gaspar e José Maria Vieira Mendes concebido a partir de textos de Franz Kafka, e que fora já incluído no âmbito do seminário «Sem Deus Nem Chefe» realizado entre os



«De Olhos Fechados», no CCB

Artistas Unidos e a Câmara Municipal do Seixal. Segundo o próprio Luís Gaspar, «foi quando estávamos a fazer «O Fim», em Setembro de 97, na Litografia de Portugal, que encontrei uma antologia de páginas íntimas de Kafka e pensei propor um espectáculo. Sempre me intrigou a sua escrita. Aquilo que eu tinha pensado era um espectáculo mais de apresentação do escritor... mas quando o José Maria começou a escrever esta biografia sentida achei que com a sua proposta nos levava mais longe do que aquilo que eu pensava. Porquê fazer um teatro das páginas íntimas de Kafka? Porque sou actor e é pelo teatro que posso partilhar com os outros aquilo que gosto».

Luís Gaspar em «Dois Homens», na Comuna



ATALHE DE FOICE

Em nome do povo

Não há nada como os conclaves dos partidos burgueses para se ouvir falar do povo. Nalguns casos, quando a demagogia já perdeu de vista a noção do pudor e do ridículo, é até possível ouvir falar «o povo» nos tais conclaves dos que há muito perderam, com a vida privilegiada a que acederam, a noção da realidade do comum dos mortais.

Três exemplos recentes atestam esta afirmação.

Primeiro foi o Tino na magna reunião do PS, transformado num espectáculo mediático que levou ao rubro a família socialista ao debitar durante um quarto de hora um inflamado discurso populista; seguiu-se o Zé, repescado por Marcelo Rebelo de Sousa a Bordalo Pinheiro para fazer a ponte entre um PSD elitista e conservador e o imaginário nacional; faltava naturalmente a Maria, oportunamente trazida à liça em tempo de quotas pelas mãos cuidadas de Paulo Portas nesse evento de engenharia partidária da direita travestida de popular que foi a cimeira do CDS/PP. A comunicação social, como lhe compete, deu ao assunto o devido destaque. Como o «interesse jornalístico» - sacrossanto critério que baliza a acção de quem informa, logo de quem escolhe, logo de quem selecciona, logo de quem decide o que é ou não importante que venha a público - choca frequentemente com a disponibilidade do espaço ou do tempo de antena disponíveis, outros assuntos ocorridos no período dos três eventos em questão foram ignorados ou relegados para secundo plano. É o caso, por exemplo, das insólitas medidas tomadas pela Comissão Europeia para garantir a transparência, isenção e idoneidade dos seus comissários.

O caso é sério, tanto mais que ainda recentemente as suspeitas de corrupção andaram à solta por Bruxelas e Estrasburgo, manchando o bom nome dos responsáveis europeus que à custa de penosos sacrifícios e muita dedicação pessoal, por puro altruísmo e amor à camisola, andam a tratar da «construção europeia». Decidiu então a Comissão, entre outras coisas, que a partir de agora os senhores comissários deixam de poder receber prendas de valor superior a 30 contos; passam a ter direito 'apenas' a 4000 litros de gasolina por ano; só podem adquirir anualmente, a preço isento de taxas, 12 000 cigarros; e no que toca a whisky, no mesmo período e com a mesma isenção, não mais do que uma garrafa dia sim dia não.

Aperta-se-nos o coração perante tamanha austeridade. Como poderão sobreviver os comissários de um país como Portugal, onde 7,8 por cento dos 3 200 000 trabalhadores por conta de outrem vivem com o salário mínimo nacional (61 300\$00)? Como poderão estes cavaleiros andantes dos tempos modernos, obrigados a tamanha contenção de tabaco e álcool, cumprir as suas promessas aos reformados e pensionistas que auferem pensões de miséria?

Vislumbra-se, no entanto, uma luz ao fundo do túnel. Dado que as deslocações oficiais têm ajudas de custo, talvez a gasolina extra, gratuita, se bem gerida, dê para umas visitinhas aos eleitores. Quanto às prendas - simpatias do capital à política, sem segundas intenções, evidentemente - só parecem estar limitadas no montante, não na quantidade, pelo que várias prendas de trinta contos sempre hão-de dar para alguma coisa.

Conhecidas as capacidades de gestão (e de imaginação) dos mentores nacionais dos Tinos, dos Zés e das Marias há motivos para ter esperança. Afinal, é tudo para o bem do povo.

■ Anabela Fino

Em luta contra o pacote laboral

Hoje, no dia em que são discutidos, na Assembleia da República, os primeiros projectos de revisão das leis laborais, realiza-se no Porto uma acção pública de protesto e luta contra o pacote laboral, promovida pela União dos Sindicatos.

O início da acção está previsto para as 15 horas, na Praça de Liberdade e é uma das muitas iniciativas que a CGTP-IN realiza em várias regiões. Segundo o calendário aprovado pela 3.ª Conferência de Organização Sindical, o presente mês será marcado por fortes movimentações de trabalhadores, que exigem o respeito pelos seus direitos e pretendem que o Governo abandone projectos sobre trabalho a tempo parcial, férias, conceito de retribuição e trabalho nocturno, remetendo a regulamentação destas matérias para a negociação colectiva (ver entrevista com Jerónimo de Sousa na página 19).

No dia 25 de Março, os trabalhadores de todo o país concentram-se nos Restauradores e em S. Bento, junto à Assembleia da República.

Entretanto, a estrutura sindical está a intensificar as acções de esclarecimento e mobilização em torno da revisão da legislação laboral, e tem como objectivo aprovar o máximo número de pareceres, nomeadamente contra a subordinação das férias à assiduidade e à redução dos salários por via da alteração do conceito de retribuição.

Guardas em vigília

Os guardas e vigilantes da

natureza tinham marcada para ontem um vigília junto à Secretaria de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa. A classe acusa o Governo de estar a violar a negociação colectiva sobre o regime de trabalho, matéria em que as partes chegaram a acor-

Cultura, que ontem enviaram uma delegação de dirigentes e activistas do sector para entregar um abaixo-assinado ao titular do cargo, onde exigem a abertura do diálogo e a calendarização das negociações sobre carreiras, horários e outras matérias.

Auxiliares de saúde continuam greve

A greve dos trabalhadores dos Serviços Gerais do Ministério da Saúde, que teve início na

Hoje, greve está marcada para os concelhos de Cascais, seguindo amanhã, sexta-feira, para o distrito de Beja, Barlavento algarvio, sul do distrito de Santarém, parte dos distrito de Setúbal e concelho de Oeiras.

Ainda amanhã a greve atingirá os Hospitais da Universidade de Coimbra, os centros de Saúde de Condeixa, Penela, Lousã, Poiares, Penacova e Miranda do Corvo, bem como os hospitais de Santa Maria, Pulido Valente, Egas Moniz e



As acções prosseguem em defesa dos direitos laborais (foto de arquivo)

do no passado mês de Junho. Segundo uma nota da Federação da Função Pública, o Governo «renegou todo o processo negocial que decorreu durante dois anos». Esta situação já foi objecto de queixa ao Provedor da Justiça.

Igualmente em luta, estão os trabalhadores do Ministério da

passada semana, prosseguiu esta semana com elevados índices de adesão, entre 70 e os 100 por cento. Na terça-feira, na zona sul do distrito de Castelo Branco, paralisação afectou o hospital e centros de saúde de Castelo Branco, Vila Velha de Ródão, Proença-a-Nova, Oleiros, Sertã, Vila de Rei e Idanha-a-Nova. Na quarta-feira foi a vez do distrito de Portalegre, em particular no Hospital distrital e nos centros de saúde de Marvão, Castelo de Vide, Gavião, Nisa, Ponte de Sor e Avis.

S. Francisco Xavier, em Lisboa.

Estes trabalhadores exigem a publicação de um diploma negociado em 1996 entre a Federação da Função Pública e o Ministério da Saúde que consagra a reestruturação das carreiras.

De referir por último que a Federação Intersindical da Metalurgia, Minas, Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás convocou uma greve nas empresas do Grupo GDP - Gás de Portugal, para os próximos dias 17 e 18 de Março.

Sobre o caso de Canas de Senhorim

Cidadãos de Canas de Senhorim manifestaram-se anteontem junto à Sede do PCP, em Lisboa. Como pode ver-se pela nota do Gabinete de Imprensa que abaixo publicamos, os manifestantes apontaram o seu descontentamento para o alvo errado.

A bem da verdade e da justiça, é necessário que corrijam a pontaria do seu justo protesto - e, já agora e em coerência, também do seu voto em futuras eleições.

«Estão pendentes de apreciação da Assembleia da República dezenas de projectos de lei de Criação de Novos Municípios. Apenas foram aprovados, como se sabe, os projectos de lei que criam os municípios de Trofa e Odivelas, porque perfaziam, desde logo, as exigências e procedimentos legalmente previstos.

«Hoje, na AR, na "Conferência de Líderes" dos grupos parlamentares foi apresentada uma sugestão (e não uma proposta formal de

agendamento) do PSD de reapreciação do caso de Canas de Senhorim. O PS não aceitou e o PCP declarou que não se opunha, desde que fossem agendados todos os outros projectos de Criação de Novos Municípios que estão nas mesmas condições de Canas de Senhorim.

«O PCP manifestou-se igualmente disponível para apoiar o agendamento de um projecto de alteração da Lei-Quadro de Criação de Novos Municípios, de origem do PP, mas este não se mostrou interessado ou disponível para esse agendamento. É de todo descabido, nestes termos, qualquer tentativa de imputação ao PCP da autoria de uma decisão que manifestamente não lhe cabe.»

A terminar, o Gabinete de Imprensa do PCP considera que «só por óbvia manobra de desinformação e manipulação se pode explicar a lamentável manifestação».

Douro é um monumento!

Na deslocação que, na passada segunda-feira, fez a Trás-os-Montes, Ilda Figueiredo, cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu, apoiou a elevação da Região Demarcada do Douro a Património Mundial.

A União Europeia e os governos europeus devem sentir-se obrigados a defender esse «Património Mundial», disse a candidata da CDU. Não apenas por ter sido a primeira Região Demarcada do Mundo e possuir soberbas e

peculiares paisagens vitícolas mas «porque o Douro é um monumento! Porque os pequenos viticultores e assalariados agrícolas durientes são os históricos construtores» desta epopeia vitícola chamada Região Demarcada do Douro.

Festival no Luxemburgo junta imigrantes

Sob o lema «2000 anos! - 2000 culturas?», o CLAE (Comité de Ligação e Acção dos Estrangeiros) promove no próximo fim-de-semana a 16.ª edição que do Festival da Emigração, na cidade do Luxemburgo.

O PCP estará representado com um pavilhão próprio, cujo funcionamento e animação estão a cargo de militantes os membros emigrados no Luxemburgo. No espaço estão disponíveis documentos informativos sobre o partido e as suas posições, em particular sobre as questões europeias, bem como esta-

rá patente uma exposição e será emitido um filme vídeo.

Entre outras presenças portuguesas, destaca-se a actuação do grupo «Quinta do Bill», que animará a noite de sexta-feira. Os visitantes podem ainda percorrer a exposição fotográfica «25 de Abril - 25 anos», que é da responsabilidade da Associação Amigos do 25 de Abril existente no Luxemburgo.

O Festival será ainda uma ocasião para a descoberta das diferenças e das semelhanças que atraem e aproximam as gentes das várias culturas. Música, dança, debates, exposições, cinema, gastronomia vão assim contribuir para criar novos laços e cimentar a solidariedade já existente entre os que acreditam na riqueza humana da diversidade.

